



AEDOS

Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

Dossiê Temático: Para que votar? História do voto e das eleições no Brasil





AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Conselho Editorial

Maíra Oliveira dos Santos (Editora-Chefe)

Israel Aquivo (Editor Gerente)

Debora Salvi (Editora Gerente)

Ângela Pereira Oliveira Balladares

Eduarda Borges da Silva

Erick Vargas da Silva

Guilherme Cardoso

Luísa Caiaffo Valdez

Mariani Banddeira

Priscila Cristina Nascimento Lopez de Scoville

Rovian Schenatto Palavicini

Tiago Vidal Medeiros

Vitor da Cunha

Revisão

Conselho Editorial

Editoração Eletrônica

Maíra Oliveira dos Santos e Israel Aquino

Imagem de Capa

O Malho. A soberania do povo. Rio de Janeiro, Ano XVII, Edição n. 808, 9 mar. 1918, p. 16
[BNDigital].

AEDOS

Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

Porto Alegre V.10 N.23 2019-2-28

ISSN 1984-5634

Aedos	Porto Alegre	Vol. 10	N. 23	p. 400	Dez. 2018
-------	--------------	---------	-------	--------	-----------

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitor(a): Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Cláudia Wasserman

Vice-Diretora: Maria Izabel Saraiva Noll

AEDOS Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

Publicação do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Avenida Bento Gonçalves, 9500. Caixa postal 15055

CEP: 91501-970

Bairro Agronomia – Porto Alegre – RS



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Editorial

Maíra Oliveira dos Santos (Editora-chefe)

Israel Aquino (Editor-Gerente)

Debora Salvi (Editora-Gerente)

Em 2018, enquanto ainda recebíamos artigos para esta edição, foram realizadas eleições a nível federal e estadual no Brasil. Nestas eleições, novos personagens foram inseridos no panorama nacional, colocando em jogo para milhares de brasileiros diversas questões que permaneciam veladas até então ou que ganharam maior força dentro daquele contexto.

Em tempos onde as mais recentes tecnologias de comunicação - internet, celulares, redes sociais, etc. - encontram-se continuamente no centro das atenções e do debate públicos, assistimos a invasão do espaço político-eleitoral por um vocabulário que evoca muito do momento tecnológico que vivemos: *Twitter*, *Whatsapp*, *hashtags*, *fake news*... Mas, talvez, a verdadeira novidade nesse processo tenha sido o contraste *aparente* entre os novos espaços ocupados pela disputa política e as velhas práticas que permeiam nossos processos eleitorais, tais como os conchavos partidários, as campanhas difamatórias e as quase onipresentes práticas de corrupção. Em meio a tudo isso, o país viveu uma de suas disputas mais desesperadas dos últimos anos, que confrontou dois projetos antagônicos e colocou em xeque a própria sobrevivência de nosso incipiente regime democrático.

O voto continua sendo um dos principais elementos que caracterizam os países que se apresentam como democráticos. Sua importância simbólica é tão significativa que ele se faz presente em regimes de diferentes matizes ideológicos, sejam os que se reivindicam liberais ou socialistas. Mesmo assim, a universalização deste direito é uma conquista extremamente recente em nosso país - há apenas 30 anos o voto universal está prescrito em nossa Constituição. E, em outros países, essa situação se torna mais preocupante: segundo relatório da ONG Freedom House, em 2018 existiam 49 países considerados não democráticos ao redor do mundo - indo de monarquias familiares a repúblicas teocráticas fundamentalistas.

Evidentemente, a realização de eleições não é sinônimo de democracia ou liberdade - como atestam alguns dos países mencionados no último parágrafo. As críticas aos regimes representativos indicam, ainda, uma limitação dessa forma de organização, que exclui das decisões políticas diretas a maior parte dos cidadãos, ao limitar sua participação a eleições periódicas, onde são apresentados candidatos previamente escolhidos pelos partidos. Fica a impressão de que o caminho para a democracia é longo, e ainda tem muitos percalços.

Nesse contexto, consideramos oportuna a temática do Dossiê que a Revista Aedos traz a público em sua edição de número 23: *Para que votar?* História do voto e das eleições no Brasil. Organizado pelos colegas Douglas Souza Angeli e Paula Vanessa Paz Ribeiro, do PPGH UFRGS, o dossiê contou com sete artigos temáticos, além de duas entrevistas, concedidas pelas professoras Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF) e Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS).

Tal como apontam os organizadores do nosso dossiê, *“Pensar as motivações do voto em um momento em que a maioria da população brasileira é movida por um sentimento de descrença (...) se faz necessário para compreender o complexo jogo de representação e de expressão da vontade popular nas mais diversas conjunturas históricas e políticas da República brasileira”*. Desta forma, a Aedos traz para o debate a contribuição dos colegas historiadores e historiadoras, neste momento em que a reflexão crítica e consciente se faz tão importante para superação dos desafios sociais e políticos que se impõe à nossa sociedade.

Desejamos uma boa leitura a todos!



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Apresentação do dossiê temático *Para que votar? História do voto e das eleições no Brasil*

Douglas Souza Angeli¹
Paula Vanessa Paz Ribeiro²

Pensar as motivações do voto em um momento em que a maioria da população brasileira é movida por um sentimento de descrença nos políticos e mesmo de rejeição à política se faz necessário para compreender o complexo jogo de representação e de expressão da vontade popular nas mais diversas conjunturas históricas e políticas da República brasileira. Enquanto o Brasil experimentava um processo eleitoral dramático, os editores da revista *Aedos* trabalhavam no dossiê *Para que votar? História do voto e das eleições no Brasil*, que teve como objetivo reunir trabalhos que abordassem a temática das eleições e do sistema eleitoral no Brasil Republicano e, sobretudo, que refletissem sobre o sentido do voto e da representação política.

Em virtude da complexidade da experiência republicana, marcada por regimes políticos e legislações eleitorais distintas que vigoraram no período, convidamos os pesquisadores a contribuir no estudo da dinâmica dos processos eleitorais, da história do voto e da representação política nesse recorte temporal, buscando reunir trabalhos que, a partir do estudo de casos ou dinâmicas específicas, proporcionassem reflexões sobre os diferentes sentidos do voto e os diferentes papéis das eleições no jogo político ao longo da República. O objetivo do dossiê também foi o de reunir trabalhos que questionassem a relação estabelecida entre representante e representado na legitimação da autoridade política e na construção democrática do exercício do poder.

No centro desse debate, sobre os regimes representativos, encontram-se os partidos políticos, que ao mesmo tempo que se constituem em instrumento de aproximação e articulação

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. douglasangeli@hotmail.com.

2 Professora da EMEB Antônio Saint Pastous de Freitas, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. paulavpaz@gmail.com.

entre os diversos segmentos sociais, também representam demandas particulares e aspirações universais. Durante os processos eleitorais, as siglas partidárias se empenham para promover a personificação das aspirações sociais na pessoa do seu representante e na desconstrução da imagem e no discurso dos seus adversários, com o propósito de convencerem os eleitores a votarem no seu candidato. Logo, são nesses momentos de competição eleitoral que os representados ganham destaque, são o objeto do discurso político, ao serem chamados a exercerem um direito, o do sufrágio. O voto além de manifestar uma escolha e uma posição, diante de um determinado contexto político, econômico e social, também é um instrumento que vincula o representante ao representado.

O voto como objeto da História Política parte da premissa de que sua implementação como meio de participação política possui uma historicidade a ser pensada: longe de ser um meio natural para tomadas de decisão coletivas, o voto foi historicamente instituído, até mesmo em detrimento de outras formas presentes em um vasto repertório de ação coletiva, e constituído como meio legítimo. É o que apontam reflexões de autores como Bernard Manin (1995), Alain Garrigou (1988), Michel Offerlé (1993; 2011) e os diversos textos da coletânea organizada por Leticia Bicalho Canêdo (2005) no Brasil. Um história do voto se apresenta como um empreendimento capaz de identificar, contextualizar e problematizar as práticas e as concepções que levaram eleitores e eleitoras a se constituírem como tais, a se tornarem eleitores, e a estabelecerem relações entre o ato de votar e a vida cotidiana.

A história do voto e das eleições no Brasil está longe de ser a história de uma evolução linear. Sua trajetória foi acidentada e influenciada pelas contingências de um cenário político com alterações constantes. Da implantação do regime republicano até a promulgação da Constituição de 1988 muitas reformas ocorreram em relação ao direito ao voto, que passaram, paulatinamente, a incluir uma massa de indivíduos (não abastados, mulheres e analfabetos) que outrora tinham negado esse direito e determinaram a mudança do voto facultativo para obrigatório. Os artigos que formam o presente dossiê passam por diversos momentos dessa história, em diferentes fases da República, abordando desde os aspectos legais da representação política até as práticas de partidos políticos, as campanhas eleitorais e a competição política.

Neste dossiê, contamos com um artigo sobre as eleições no período da Primeira República (1889-1930), intitulado *As Eleições na Primeira República: Abstenções, Legislação e Controle Eleitoral*, de autoria de Carina Martiny. Sobre as articulações visando à eleição presidencial de 1937 temos o artigo Luiz Mário Dantas Burity, “*Eis o que me ocorre, por hoje*”: *a campanha presidencial de 1937 e a candidatura de José Américo de Almeida nas correspondências de Juraci Magalhães e Artur Neiva*. O período da experiência democrática

(1945-1964) foi contemplado por quatro artigos, sendo dois sobre as eleições no Piauí: Jackson Dantas de Macedo e Marylu Alves de Oliveira são autores de *História e política: Fontes documentais como lugares de memória e a análise do processo eleitoral de 1945 no Estado do Piauí*; e Ábdon Eres da Silva Neto contribui com o artigo *O município e o processo eleitoral de 1954 no Piauí*. Sobre a dissidência do PSD no Rio Grande do Sul temos o artigo de Tiago de Moraes Kieffer e Marcos Jovino Asturian, intitulado *O Partido Social Democrático Autonomista (PSDA): Apontamentos Preliminares de Pesquisa*. Completam o dossiê os artigos de Laila Correa e Silva, *O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913)* e o de Leticia Sabina Wermeier Krilow intitulado *Democracia em perspectiva: as representações no Correio da Manhã sobre as eleições gerais de 1958*.

Acompanham o dossiê duas entrevistas que realizamos tangenciando o tema do voto e da representação política, gentilmente concedidas pelas professoras Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF) e Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS). A primeira, destacando as novas abordagens que vêm resignificando o tema da competição política na Primeira República e a segunda trazendo uma reflexão sobre a democracia no Brasil realizada no calor dos resultados eleitorais de 2018.

Referências:

CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

GARRIGOU, Alain. Le secret de l'isoloir. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 71-72, março 1988.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp. 5-34, 1995.

OFFERLÉ, Michel. *Un homme, une voix?* Histoire du suffrage universel. Paris: Gallimard, 1993.

_____. *Perímetros de lo político: contribuciones a una sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

“Eis o que me ocorre, por hoje”: a campanha presidencial de 1937 e a candidatura de José Américo de Almeida nas correspondências de Juraci Magalhães e Artur Neiva¹

Luiz Mário Dantas Burity²

Resumo: A campanha presidencial de 1937 aconteceu em um período de incerteza quanto à manutenção do regime democrático. Em todo caso, aquela seria a primeira eleição majoritária direta depois da Revolução de 1930 e as lideranças partidárias começavam a se organizar para formar candidaturas. Isso em uma época na qual não se fazia política sem o intermédio de correspondências. O objetivo desse texto é discutir a arquitetura da candidatura governista a partir da ação política de três personagens – José Américo de Almeida, Juraci Magalhães e Artur Neiva – e privilegiando a troca de cartas entre eles. Os três políticos construíram uma campanha voltada para as massas. Faziam isso a partir de discursos focados no tema da assistência social, mas também com a articulação de lideranças em diferentes localidades do país. As correspondências foram fundamentais nesse processo, na medida em que permitiam a troca de informações, avaliação de estratégias, o contato dos apoiadores e a afinação do discurso político entre as bases aliadas.

Palavras-chave: Campanha Presidencial; Correspondências; Golpe de 1937.

Abstract: The presidential campaign of 1937 happened in a period of insecurity of the democratic regime. In this way, this would be the first direct majority election after the Revolution of 1930. So, the party leaders start to organize their groups to decide the candidates. In this time, they couldn't do the political work without correspondences. The objective of this paper is observe the structure of the governor candidature seeing the political action of three characters – José Américo de Almeida, Juraci Magalhães e Artur Neiva – and choosing their letters. Therefore, the three politicians did a campaign focused in the popular masses. They did it with the discourses about the social assistance, but also with articulation of leaders in different places of the country. The correspondences were too important in this process to send information, strategies evaluations, contact from supporters and the connection of the political discourses.

Keywords: Presidential Campaign; Correspondences; Coup of 1937.

“Prezado amigo”: considerações iniciais

Em vista de termos tido
Um bom chefe da nação
Graças o bem que nos trouxe
A grande revolução,
José Américo é o único

¹Esse texto é uma versão ampliada do trabalho final da disciplina *História, memória e escrita (auto)biográfica*, ministrada pela Profa. Dra. Angela de Castro Gomes, à qual agradeço imensamente a leitura e as contribuições.

²Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com orientação da Profa. Dra. Lúcia Grinberg. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marioburity@hotmail.com.

Capaz para a sucessão

Zélo Materno, 1937, p.8.

Aos primeiros dias do mês de setembro de 1937, é provável que os transeuntes que faziam compras na feira de Campina Grande pudessem flagrar, entre as novidades que corriam de boca em boca e da banca de folhetos, as notícias da campanha presidencial. Entre os impressos vendidos pelos cantadores, seria possível encontrar uma biografia em versos de José Américo de Almeida, candidato governista, com miolo impresso em folhas de jornal e uma capa cor de laranja, com o título *A Redenção do Brasil* escrito em formas geométricas de inspiração futurista e na qual figurava um desenho do seu personagem principal.

Produzido em agosto daquele ano, o folheto escrito e editado por Zélo Materno, convidava os seus leitores a votarem em José Américo de Almeida na eleição que teriam vez no dia 3 de janeiro de 1938. Além dos versos que ocupavam sete das oito páginas, o autor dedicou um prefácio, escrito em prosa, para explicar as razões da elaboração daquele material. O texto exaltava a imagem pública do político, dito principal articulador da Revolução de 1930 no Norte, e sua atuação redentora no Ministério de Viação e Obras Públicas. Fazia mais, apresentava-o como patriota cristão, único candidato capaz de vencer o “negro comunismo”.

Oitenta anos mais tarde, um dos folhetos impressos àquela ocasião foi encontrado no Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, protegido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, vinculado à Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Isso porque, ao dia 27 de agosto de 1937, o versista havia remetido o folheto como anexo de uma carta enviada ao chefe do Executivo da Bahia, principal articulador da candidatura José Américo de Almeida. Ao curto parágrafo datilografado com letra azul em papel pautado, o remetente dizia ser aquele material resultado de um desejo íntimo, fazer a biografia completa do “ilustre candidato”, e solicitava recursos para levar a efeito o resto da campanha.

O folheto, em sua materialidade, dava notícia ao destinatário das estratégias que os articuladores da campanha nas cidades do interior da Paraíba estavam adotando para a organização do pleito. Desde a virada do século, aquele suporte havia se popularizado pelos sertões nordestinos, servindo à circulação escrita de notícias por aquelas regiões onde a oralidade imperava. A novidade, porém, estava no conteúdo da narrativa: a história constituía a biografia de um político com objetivos explicitamente eleitorais. Aquele era um movimento inédito dos partidos políticos e dos candidatos para se aproximar do eleitorado das pequenas cidades do interior e do campo, outrora mais distante da seara política nacional, sem que para isso fossem necessariamente acionados os chefes políticos locais.

Ao remeter a carta e seu anexo ao governador Juraci Magalhães, o autor do folheto

atestava ter conhecimento da particularidade daquela forma de fazer campanha eleitoral, arquitetada cada vez mais em torno das massas e cada vez menos em torno dos quadros partidários, conforme discutido por Maurice Duverger (1981). O testemunho, a propósito, não parecia menos relevante para o destinatário, que prescreveu aos seus assessores que agradecessem o envio e que arquivassem o documento³. Seria a primeira eleição majoritária direta depois da Revolução de 1930 e da Constituição de 1934, de forma que ela estava alicerçada por um universo ideológico diferente, envolto de novas regras de execução.

Além disso, a campanha de 1937 desenrolava-se em meio a uma crise política que havia se abatido sobre o país desde o Levante Comunista de 1935. Os sucessivos decretos de estado de sítio e estado de guerra, as intervenções federais nos estados e as indecisões de Getúlio Vargas quanto à sucessão presidencial ameaçavam a realização do pleito. Ainda assim, o golpe de 10 de novembro não era um desfecho certo e a liberal-democracia se mostrava, pelo menos até o mês de setembro, como um horizonte possível para o Estado Nacional Brasileiro. A empreitada, em todo caso, não seria fácil. A execução de uma candidatura em tempos de instabilidade democrática mais parecia “uma dança sobre o abismo”, conforme metáfora de Juraci Magalhães (1996).

Em meio a esse cenário, o objetivo desse texto é discutir a arquitetura da campanha governista a partir da ação política de três personagens estratégicos – José Américo de Almeida, Juraci Magalhães e Artur Neiva – e privilegiando a troca de correspondências entre eles. A atividade político-partidária, conforme Michel Offerlé (2004[1987]), costuma envolver personagens em diferentes posições hierárquicas e com diferentes atribuições. Isso em uma época na qual não se fazia política sem o intermédio de correspondências – cartas, bilhetes, telegramas etc. – principalmente em se considerando um país de dimensões continentais e sem partidos com representatividade nacional. Tratavam-se, portanto, de três políticos, de gerações distintas e em postos de poder igualmente distintos, cada um ao seu modo e no espaço que lhe cabia, trabalhando em rede em função de um interesse comum: a vitória na eleição para o ano seguinte⁴.

José Américo de Almeida contava cinquenta anos de vida quando foi escolhido candidato à sucessão presidencial. Àquela altura, o paraibano já havia consolidado uma imagem pública respeitada entre políticos e civis em âmbito nacional. Enquanto intelectual, destacara-se com a publicação de uma pesquisa denunciando as razões sociais das secas em *A*

³Carta de 27 ago. 1937, de Zélo Materno a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).

⁴Essa estratégia de observação de três correspondentes foi inspirada no texto “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas” de Angela de Castro Gomes (2009).

Paraíba e seus problemas (1923) e com a publicação do romance *A Bagaceira* (1928). A sua posição estratégica entre os revolucionários de 1930 despontava como um mito de origem na sua formação política, ainda que tenha sido a atuação no Ministério de Viação e Obras Públicas o que efetivamente lhe permitiu as sociabilidades e a visibilidade que, ao momento mais propício, abriram as portas para que o seu nome figurasse como o mais adequado para concorrer às eleições prometidas para aquele ano.

Juraci Magalhães, aos trinta e dois anos, guardava na agenda uma rede de sociabilidades arquitetada em âmbito nacional. O tenente cearense havia se destacado em meio às tropas revolucionárias de 1930 e, sete anos mais tarde, já ostentava a patente de capitão. Desde setembro de 1931, era chefe do poder executivo da Bahia, primeiro como interventor federal – quando sucedeu Artur Neiva – e, depois de 1934, como governador eleito pela Assembleia Constituinte Estadual. Em 1937, foi um dos articuladores da lista tríplice enviada a Getúlio Vargas, da qual deveria sair o nome do candidato governista. Escolhido José Américo, ele foi também o principal fomentador da campanha em curso.

Artur Neiva, àquela altura, já havia completado cinquenta e sete anos, guardando no currículo o título de médico, com passagem nas instituições científicas mais destacadas do país. Foi interventor da Bahia por cinco meses. Líder da bancada baiana na Assembleia Constituinte de 1934, ele não era nem de longe um dos nomes preferidos do eleitorado. Em correspondência a Juraci Magalhães, dizia não sentir-se bem com a situação: “acho-me colocado no 12º lugar, em 2º turno, como acima de mim já se encontram eleitos no 1º turno, o Novaes, o Altamirando e o Pacheco, estou, de fato, no 15º”. E continuava, “como nas próximas eleições suplementares, o Clemente e o Lauro atingirão o 1º turno, passarei para 17º”, arriscando não ser eleito, caso a oposição tivesse melhor êxito⁵. A despeito disso, dispunha de conhecimentos no meio intelectual, na Câmara e no Senado, o que lhe conferia acesso a informações privilegiadas dos bastidores da política partidária na capital federal.

A documentação consultada envolveu as correspondências ativas e passivas desses três políticos. As cartas, os telegramas e os bilhetes trocados por José Américo e Artur Neiva com Juraci Magalhães conquistaram espaço privilegiado nessa análise, mas também foram observadas as mensagens remetidas por outras pessoas. Ademais, foram analisados os discursos do candidato publicados na coleção *A palavra e o tempo* (1985[1965]), bem como a cobertura jornalística realizada pelo jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro⁶, e os livros

⁵Carta de 27 nov. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁶Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Foi realizada uma pesquisa por período, no recorte 1930-1939, a partir da palavra-chave “José Américo”. O *Diário de Notícias* foi escolhido por ser, dentre os

de memória *Eu e eles* de José Américo (1970) e *O último tenente* de Juraci Magalhães (1996).

Uma Revolução para o Norte: os projetos de poder, as atividades políticas e as relações de amizade de três revolucionários no Governo Provisório

Quer que eu lhe diga? Eu não tenho feito nada pela Bahia e para o prestígio da sua administração, porque, como vê, me falecem todos os recursos.

José Américo de Almeida, 1933.

Alguns protocolos prescritos a um posto político perdiam função quando a amizade antecedia as relações formais. No dia 24 de maio de 1933, José Américo, então ministro de viação e obras públicas, escreveu ao interventor da Bahia. Àquela oportunidade, limitou seus cumprimentos ao breve vocativo “Juraci”, sem títulos ou pronomes de tratamento. A correspondência dizia de dois personagens reconhecidos de formas distintas no campo político – aos quarenta e seis anos o intelectual paraibano portava-se como experiente homem público, a quem o seu correspondente, de vinte e sete anos, se dirigia para pedir conselhos.

A intimidade que atravessava a missiva dava notícia de uma amizade construída já de algum tempo. Os dois patrícios se conheceram em meio aos preparativos para a ofensiva militar que daria início à Revolução de 1930 nos estados do Norte. Juraci Magalhães estava hospedado junto à sua esposa e outros correligionários em uma casa na Praia de Tambaú, balneário da Cidade da Paraíba, onde escondiam Juarez Távora. Havia reuniões recorrentes com articuladores locais, dentre os quais o então secretário de segurança, José Américo de Almeida. Deflagrada a guerra, foi montado o Governo Geral do Norte, com a chefia militar de Juarez Távora e liderança civil do referido político paraibano (MAGALHÃES, 1996).

No mês seguinte, depois de debelarem quartéis gerais e destituírem presidentes de estado, eles chegaram vitoriosos ao Rio de Janeiro. No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas tomou posse como presidente da República. Tinha início o Governo Provisório, era a hora de executar o projeto revolucionário. A tarefa não era das mais fáceis. Era preciso acomodar em um mesmo programa de governo os projetos de país de políticos, tenentes e intelectuais de estados distantes e com propósitos bastante distintos. Além do Norte, era necessário contemplar os revolucionários de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, considerando todas as rivalidades internas que as lideranças desses estados tinham entre si.

Em meio a esse cenário, os combatentes nortistas ficaram com o Ministério de Viação e Obras Públicas. Tratava-se de uma instituição estratégica na condução da política de

modernização e integração nacional que seria conduzida pelo poder público. A pasta era responsável pela construção e administração dos portos, estradas de rodagem e ferrovias, serviços de correios e telégrafos, aviação civil e obras contra as secas. Essa função ficaria a cargo de José Américo, que empreenderia uma política severa de moralização pública – demitindo funcionários fantasmas, cortando despesas com automóveis, entre outras medidas – e deu prioridade absoluta no enfrentamento dos problemas sociais, sobretudo em casos emergenciais, como a seca que assolou as populações sertanejas em 1932.

Em contrapartida, com o propósito de administrar os entraves políticos e militares dos interventores nortistas, em favor da manutenção da supremacia revolucionária, foi criada a Delegacia Militar do Norte, com a chefia de Juarez Távora. A instituição deveria responder, dentre outras coisas, pela coesão política daquela região. As correspondências tinham um papel fundamental nesse processo, na medida em que era por meio delas – sobretudo dos telegramas – que a articulação das agendas dos estados se fazia possível. Mais do que isso, a indicação feita por Juarez Távora era prioritária na hora da escolha do nome dos interventores pelo presidente. O chefe de comando contou com a assessoria, em um posto de absoluta confiança, dos militares Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca (LOPES, 2014).

Em princípios dos anos 1930, José Américo e Juraci Magalhães moravam no Rio de Janeiro. Sendo assim, é provável que tenham se encontrado muitas vezes no gabinete do ministro ou pelos salões da capital. Pouco tempo depois, quando o tenente chefiava a interventoria baiana, era com intimidade que os dois se tratavam. Na missiva do dia 24 de maio de 1933, o ministro desculpava-se com o amigo pelo pouco investimento que estava conseguindo destinar ao seu estado e explicava porque, apesar do pedido de Juraci, não demitiria o chefe dos Correios e Telégrafos da Bahia: “maior mal decorre da exploração feita em torno de qualquer ato de represália, do que dos danos políticos que lhe possam causar, individualmente”. E continuava, “no entanto, estou disposto, como tenho feito, a punir todo aquele, [que] com essa atuação facciosa prejudique o interesse publico”⁷.

O conteúdo da carta expressava, com a leveza e a singularidade que o trato com o interventor e amigo exigia, os valores de um homem público fiel aos ideais revolucionários. José Américo, no início dos anos 1930, considerava sua atuação no ministério como adequada a um administrador que precisava preterir os amigos ante os interesses públicos. Era assim, diga-se de passagem, que ele descrevia o seu programa ministerial nos relatórios e discursos da época, o que lhe rendeu a alcunha de “censor da revolução”. A escrita epistolar é uma

⁷Carta de 24 mai. 1933, de José Américo de Almeida a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida, Fundação Casa de José Américo).

prática eminentemente relacional. Conforme Angela de Castro Gomes (2004, p.19): “ela implica em uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê”. O destinatário, neste caso, era um jovem político, apesar da posição de interventor e com uma lista de serviços interessantes. Vale questionar se o tom seria o mesmo se a carta fosse endereçada a Juarez Távora ou ao Palácio do Catete.

José Américo de Almeida e Juraci Magalhães não foram correspondentes frequentes. A despeito disso, mantiveram uma amizade perene, ocasionalmente permeada por missivas, coalhada pela distância que separava as suas residências. Tomando como índice o catálogo de correspondências depositadas no Arquivo Pessoal José Américo de Almeida, foram encontrados doze cartas e seis telegramas recebidos e quatro cartas enviadas ao amigo Juraci em seus endereços mais diversos: Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, Washington. A primeira correspondência datava de 10 de abril de 1931, a última, do dia 23 de março de 1977. Ao longo desse tempo, os dois trocaram pelo menos duas mensagens por década.

Conquanto isso, a primeira carta enviada por Artur Neiva a Juraci Magalhães foi remetida do Ministério de Negócios da Agricultura também no dia 24 de maio de 1933⁸. Àquela ocasião, o ministro pedia pela nomeação de um amigo recentemente aprovado no concurso para agente fiscal. Apesar do vocativo, que sugeria proximidade entre os correspondentes – “Prezado amigo Capitão Juraci Magalhães” – a formalidade da missiva atestava que, àquele momento, a saudação não era mais que uma cordialidade ou estratégia de aproximação. O conteúdo e o tom da carta, a propósito, se repetiram em outras mensagens, sempre datilografadas com letras azuis, nos papéis em formato tabloide⁹.

Os dois políticos devem ter se conhecido alguns anos antes, quando o médico baiano ocupava a interventoria do seu estado natal e o tenente cearense assessorava Juarez Távora na Delegacia Militar do Norte. Os contatos realizados àquela oportunidade, no entanto, provavelmente se fizeram de forma impessoal e indireta. As circunstâncias, todavia, mudaram de forma quando os personagens trocaram os seus endereços. Àquele ano de 1933, era Juraci Magalhães que ocupava o Palácio Rio Branco, sede do governo baiano, ao passo em que seu correspondente tomava posse como ministro. As posições, nessa ocasião, exigiam relações mais frequentes e mais diretas. Acontecia que, a despeito da formalidade que poderia manter-se nas correspondências oficiais, o intelectual e o tenente parecem ter preferido ultrapassar

⁸As correspondências enviadas por Artur Neiva a Juraci Magalhães foram encontradas no arquivo pessoal do remetente e não do destinatário. Essa circunstância diz muito dos possíveis riscos que o armazenamento daqueles documentos poderiam guardar, motivo pelo qual tais escritos possivelmente foram descartados pelo governador. Apesar disso, é certo que as mensagens foram enviadas, pois seus temas foram citados nas missivas posteriores.

⁹Carta de 24 mai. 1933, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

esses limites, estreitando as relações pessoais e políticas que mantinham entre si.

A partir de então, as cartas e os telegramas enviados por um e por outro testemunhavam uma amizade que se constituiu, antes de tudo, por meio das próprias missivas. Artur Neiva, quando trocou o ministério pela Assembleia Nacional Constituinte, passou a usar a fonte preta no papel ofício. O tamanho das mensagens também mudou significativamente, ocupando, com frequência, duas ou três páginas. A forma datilografada, porém, continuou em voga. A esse respeito, explicou-se o remetente que se tratava de um hábito antigo, mas necessário, por ter uma letra praticamente ilegível: “As missivas que lhe escrevo, eu as dito para minha filha que as datilografa diretamente, de maneira que as precauções todas estão tomadas; ninguém poderia ser de minha maior confiança”¹⁰. Certa vez, falou da tentativa quase frustrada de se fazer entender quando a máquina de escrever não estava ao seu alcance:

Enviei-lhe rápidas linhas naquele meu horrível cursivo, o qual fiz o possível para melhorar, tendo tentado realizar uma letra de domingo, como costume dizer. Dou-lhe esta explicação porque preferirei enviar datilografado o que foi lhe escrevendo. Poucas letras conheço piores que a minha. Tenho um amigo íntimo, Afonso de Taunay, que possui letra ainda pior, o que é objeto de pilhéria entre nós¹¹.

Juraci Magalhães, sempre que possível, escrevia as missivas de próprio punho em papel timbrado do gabinete, mas não era com tanta frequência que tinha tempo para escrever uma carta. Nesse sentido, é possível flagrar uma quantidade equilibrada de mensagens manuscritas e datilografadas dentre as enviadas por ele. Além disso, não era sempre que ele conseguia responder as correspondências do amigo. Tomando por referência o Arquivo Pessoal Artur Neiva, foram encontradas trinta e quatro mensagens enviadas, enquanto apenas sete percorreram o caminho oposto. O governador, então, desculpava-se pelas faltas: “Devo-lhe resposta a algumas cartas suas, de vez que só o tenho feito por telegramas. Leve essa falta à conta, só e só, das múltiplas atribuições de meu cargo”¹².

Os três políticos ascenderam ao poder em um momento particular de coesão ideológica e coerência de ação entre as lideranças revolucionárias do Norte. Essa circunstância conferiu a eles as redes de sociabilidade e o instrumental político que permitiram a consolidação do seu poder pessoal nos seus estados e no cenário nacional. Essa unidade de formação, a propósito, foi mantida após a constitucionalização do país, apesar da extinção da Delegacia Militar do Norte e do declínio do poder pessoal de Juarez Távora (LOPES, 2014). Ainda assim, não se pode perder de vista que, ao passo em que ganhavam

¹⁰Carta de 27 nov. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹¹Carta de 13 jun. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹²Carta de 12 jul. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

poder, cada um desses sujeitos passou a dispor de questões, interesses e projetos políticos próprios, enraizados tanto em seus estados de influência quanto no cenário nacional.

As lideranças nortistas seguiam fiéis a Getúlio Vargas durante o Governo Provisório. Isso apesar do abalo na sua base de apoio depois do Movimento de 1932. Os tenentes, aliás, não foram a favor da imediata constitucionalização do país, em razão da fragilidade com a qual as instituições ainda se encontravam para a segurança militar e política dos propósitos revolucionários. José Américo manifestou uma opinião particular a respeito do assunto. Ele defendia a manutenção do regime discricionário por mais um ano, até que os revolucionários fiéis ao governo montassem um partido político de expressão nacional (LIRA NETO, 2013).

Apesar da posição contrária à constitucionalização, os revolucionários nortistas foram estratégicos para assegurar que o processo corresse em acordo com os interesses da base aliada do presidente. José Américo seria um dos membros da comissão que escreveu o anteprojeto da constituição, mas renunciou ao posto. Juraci Magalhães fundou o Partido Social Democrático da Bahia, o qual contou com uma campanha de filiação forte nos municípios, e teve um resultado surpreendente, responsável pela desarticulação da coligação autonomista que lhe fazia oposição: “Conseguí eleger vinte representantes [de classe] e vinte e dois deputados federais no pleito de maio de 33, a bancada mais numerosa que qualquer líder da revolução tinha podido levar à Constituinte” (MAGALHÃES, 1996, p.151).

Nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934, José Américo trabalhou enquanto ministro, atividade prevista no regimento, acompanhando as discussões e fazendo uso da palavra quando acreditou necessário. Artur Neiva liderava a bancada baiana e atestou, em certa oportunidade, ao interventor cearense que o “PSD não mediu sacrifícios; o bloco não se desfez; ninguém discrepou”¹³. Enquanto isso, Juraci Magalhães mobilizava os aliados no entorno das causas governistas. As correspondências desses dois correligionários, inclusive, tinham como propósito avaliar a ação dos deputados e pensar as estratégias para a união e o fortalecimento do grupo, bem como a aprovação das pautas essenciais para o estado.

Acontecia que, a despeito dos bons ventos que ainda corriam entre as lideranças nortistas e o presidente, alguns boatos balançavam os trabalhos parlamentares. Na mensagem transmitida no dia 27 de março de 1934, Artur Neiva dava notícia ao seu amigo Juraci Magalhães das falácias que corriam pelos corredores do Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Nacional Constituinte, a respeito da eleição que ocorreria em alguns meses:

Eis os boatos: – São candidatos contra o Getúlio [Vargas], o Góes [Monteiro], o José

¹³Carta de 22 jun. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

Américo e o Protógenes [Guimarães]. Há conspirações em Pernambuco, Minas, S. Paulo e Rio Grande. O José Américo não voltará enquanto o [Osvaldo] Aranha for Ministro. A grande parte da Constituinte está conspirando, entre estes Maurício Cardoso, Virgílio [de Mello Franco] etc., com a preocupação de implantar uma ditadura militar no Brasil. Foi preso o Luiz Carlos Prestes, em Belo Horizonte, quando descontava um cheque de 1.400 contos. Que o Antunes Maciel irá para a Fazenda com a saída do Osvaldo [Aranha]¹⁴.

A constitucionalização era um tiro no escuro e como tal havia sido evitada por muito tempo por algumas das lideranças revolucionárias. A liberalização do regime, conforme Angela de Castro Gomes (1980, p.31), “sempre oferece margens de risco, uma vez que é praticamente impossível abraçar todo o espaço político que então se abre para articulações e debates”. Em meio a esse cenário, os boatos eram construções narrativas que jogavam com a posição de algumas figuras na cena pública, ao passo em que capitalizava os efeitos concretos dessas possibilidades na vida política nacional. Ainda que José Américo seguisse fiel ao presidente, o seu nome representava os interesses de certo grupo de revolucionários nortistas que, apesar de alguns conflitos – destacadamente o rompimento de José Américo e Juarez Távora – seguia com uma força política coesa e bastante expressiva.

A pretensa intriga entre José Américo e Osvaldo Aranha era simbólica do equilíbrio de forças entre as lideranças do Norte e do Sul, sustentáculo da política revolucionária. Nesse tempo, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul representavam, junto com a Bahia, o conjunto dos maiores estados, consultados em primeiro lugar na hora das decisões políticas mais estratégicas do presidente. Enquanto isso, a notícia de que Luiz Carlos Prestes – na época, instalado na União Soviética – tivesse sido preso mais parecia uma tentativa de aterrorizar todo mundo dos perigos do fim do regime discricionário, leia-se a falta de ordem entre as elites e o comunismo, isso quando o anticomunismo se insurgia com muita força.

Uma das pautas prioritárias da bancada aliada nesse tempo dizia respeito à sucessão presidencial. As lideranças situacionistas barganhavam eleição majoritária indireta, ao passo em que trabalhavam para que não houvesse impedimentos legais para a candidatura de Getúlio Vargas. Havia, no entanto, outros nomes, a maioria dos quais lideranças da Revolução de 1930, que tinham condições efetivas para barganhar votos – fossem eles diretos ou indiretos – para a corrida presidencial de 1934. A opção pelo apoio a Getúlio Vargas era, portanto, uma escolha pela manutenção, a essa altura já parcial, do grupo revolucionário, mas principalmente pela saída constitucional que fosse mais centralizadora e autoritária possível.

Em meio a esse cenário, a atuação da bancada baiana, articulada por Juraci Magalhães, foi capital para o encaminhamento dos trabalhos em favor da permanência do político gaúcho

¹⁴Carta de 27 mar. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

na Presidência da República. Na correspondência ao interventor da Bahia, a propósito, Artur Neiva dava notícia do sucesso que os discursos do deputado baiano Antonio Garcia de Medeiros Neto, então líder da maioria, havia alcançado no plenário e pelos corredores da assembleia: “A atuação do Medeiros (...) na segunda fase foi brilhante, (...) decisiva para a solução dos magnos problemas da Constituição e quiçá da própria candidatura Getúlio”¹⁵. O remetente falava da defesa contundente do deputado quanto ao substitutivo Simões Lopes, o qual invertia os trabalhos da assembleia e adiantava a eleição indireta para presidente.

Durante o Governo Provisório, os três políticos agiram, nos diferentes cargos públicos que ocupavam, com as capacidades e as solidariedades das quais dispunham, em prol de um programa que fosse fiel ao projeto revolucionário, mas que contemplasse os interesses dos governos do Norte. Isso significou uma aliança com o presidente em 1934, mas não sem que fosse declarada a força de algumas de suas lideranças. Os governadores Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti ocupavam as posições centrais de articulação, espaço que de certa forma dividiam com o ministro Agamenon Magalhães. José Américo era um nome mais popular e com mais autoridade. Artur Neiva, por outro lado, não tinha nem a confiança do presidente, nem era a liderança representativa de alguma posição política, mas sua experiência contava bastante, sobretudo para um jovem militar como Juraci Magalhães.

“Um nome para um Norte”: a pauta da sucessão presidencial e as disputas entre as lideranças revolucionárias

Eleito e empossado o presidente, o professo período constitucional foi um tempo de instabilidades políticas de toda ordem. As fundações da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB) implicaram em um acirramento das discussões que tomavam a cena pública, mas que ainda caminhavam no âmbito da ação política. Aconteceu que, tão logo foi conflagrado o Levante Comunista de 1935, o presidente solicitou ao congresso o decreto do estado de sítio e, no mês seguinte, do estado de guerra, que suspendia temporariamente as garantias constitucionais consideradas prejudiciais à segurança nacional. O país seguiria governado nessas circunstâncias até meados de 1937, quando o Congresso, depois de muitas renovações do prazo, impediu que o decreto fosse prorrogado mais uma vez.

Em julho de 1934, uma greve de bancários, marítimos e telegrafistas pressionou o pedido de demissão de José Américo do Ministério de Viação e Obras Públicas¹⁶. Getúlio

¹⁵Carta de 29 mai. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹⁶*Diário de Notícias*, 13 de julho de 1934, p.1.

Vargas, em contrapartida, ofereceu-lhe a Embaixada do Vaticano. Antes que partisse para a Itália, no entanto, a elite política paraibana, a pedido do próprio presidente, começou a articular a sua campanha para o Senado. Eleito senador, o seu nome seria cogitado para a presidência da casa, mas ele abdicou dessa posição em razão das intrigas políticas, pedindo a Getúlio a nomeação para o Tribunal de Contas da União. Naquela instituição, podia resguardar-se dos conflitos que afetavam a sua imagem depois da saída do ministério e dos desentendimentos com algumas das lideranças governistas na Paraíba.

Nesse tempo, Artur Neiva foi reeleito deputado federal, seguindo os trabalhos legislativos em uma posição privilegiada de político experiente e que mantinha boas relações no Palácio Tiradentes. Juraci Magalhães, por sua vez, foi escolhido governador pela Assembleia Constituinte da Bahia. A amizade política seguia assim marcada por uma ou outra correspondência enviada do Rio de Janeiro para Salvador. Mas também pelos raros encontros que, uma oportuna viagem de um ou do outro poderia proporcionar. Na carta do dia 27 de novembro de 1934, por exemplo, Artur Neiva queixava-se dos desencontros que impediram que estivesse com o amigo quando da viagem dele à capital¹⁷.

O tempo tornara a relação mais próxima, tanto que passaram a tratar de assuntos íntimos. As referências familiares se tornaram mais comuns. Artur Neiva reiteradas vezes remetia seus cumprimentos à esposa do destinatário ao passo em que dava notícias da saúde de sua mãe, que tanto o preocupava. Também dizia dos sentimentos que perpassavam sua permanência na vida pública: “a Bahia toda assistiu como trabalhei no último pleito, voltando às minhas origens”. E continuava: “Minha sorte está lançada, minha consciência, porém, tranquila. Entrei para a política incorporando-me à revolução e cujos ideais continuarei a servir”. Além disso, passaram a ter sociabilidades em comum. Por intermédio de Artur Neiva, Juraci Magalhães receberia Monteiro Lobato e Hilário Freire na Bahia¹⁸.

A amizade de Juraci Magalhães e José Américo deve ter esfriado um pouco nesse meio tempo. Isso devido, em grande medida, ao afastamento do ministro da vida política. Àquele entremeio, o intelectual paraibano fez uma complicada cirurgia para corrigir a miopia, o que demandou repouso. As cartas, que já não eram muito frequentes, pararam de circular. Enquanto isso, era notória a preferência do governador baiano, dentre os nomes presidenciais cogitados à época, por Medeiros Neto. José Américo, no entanto, não era uma possibilidade estranha, na medida em que, bem sabia ele, seria um candidato melhor aceito entre as lideranças revolucionárias, principalmente no Norte.

¹⁷Carta de 27 nov. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹⁸Carta de 31 dez. 1935, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

Em meados do ano de 1936, começou a ser ventilada a possibilidade de uma candidatura única, que resultasse de um acordo entre as lideranças revolucionárias e com o aval do presidente. Essa aparecia como uma solução mais segura, diante do momento de instabilidade democrática, para que fosse preservada a constituição e para que o projeto revolucionário, do qual tanto se falava, continuasse em curso. A ideia teria sido sinalizada, em um primeiro momento, ao chefe da nação. Juraci Magalhães (1996) contava em suas memórias que, nessa ocasião, Getúlio Vargas pareceu não oferecer qualquer resistência.

Acontecia que, a essa altura, uma parcela significativa da elite paulista já fazia seus encaminhamentos para lançar a candidatura de Armando de Sales Oliveira, tivesse ou não o apoio do Palácio do Catete. Eram oferecidos jantares e reuniões com políticos no propósito de encaminhar a campanha do governador. Juraci Magalhães, então, seguiu para São Paulo, onde pretendia negociar a saída com o possível candidato paulista. No meio da conversa, no entanto, Pisa Sobrinho entrou no gabinete portando um recado de Valder Sarmanho, assessor direto do presidente, desautorizando o governador baiano a falar em seu nome. Dessa maneira, a conversa foi encerrada sem que se chegasse a nenhuma conclusão (MAGALHÃES, 1996).

No final de junho, Agamenon Magalhães, então ministro do trabalho, começou a sondar os chefes dos maiores estados sobre a proposta de adiar o mandato do presidente e dos governadores, o argumento era que a revolução ainda não estivesse segura. Juraci Magalhães (1996) narrou em suas memórias que não deu qualquer resposta e solicitou audiência com o presidente. No encontro, ele teria recuado da ideia. A consulta havia recebido negativas de Carlos de Lima Cavalcanti de Pernambuco; Protógenes Guimarães do Rio de Janeiro; Flores da Cunha do Rio Grande do Sul; e Armando Sales de São Paulo (CAMARGO *et al*, 1989).

Devido aos sucessivos estremecimentos com as principais lideranças do movimento revolucionário, Getúlio Vargas ficava cada vez mais isolado politicamente. Em meados do ano de 1936, a questão sucessória despontava na arena pública com cada vez mais força. O presidente fugia do tema sempre que possível e a discussão era, assim, adiada por mais um tempo. Enquanto isso, ele tratava de afastar do páreo qualquer nome que ganhasse maior força no cenário provável para a disputa. Foi o que aconteceu com Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Isso principalmente porque, por ocasião das candidaturas à presidência da Câmara, Getúlio apoiou o também mineiro Pedro Aleixo, que venceu o pleito, desarticulando as forças políticas do oligarca dentro de sua própria bancada (CAMARGO *et al*, 1989).

Mediante esse cenário de incertezas, Juraci Magalhães marcou para o dia 20 de novembro de 1936 a inauguração do Instituto do Cacau na Bahia. Tratava-se de uma

oportunidade para reunir algumas das principais lideranças governistas. Estiveram presentes Osvaldo Aranha, Benedito Valadares, Carlos de Lima Cavalcanti, Vicente Rao, Odilon Braga, Gustavo Capanema e, sobretudo, Getúlio Vargas. Ainda assim, o assunto foi desviado pelo chefe da nação, defendendo que fosse aguardado momento mais oportuno. Os governadores da Bahia e de Pernambuco, no entanto, não deixaram por menos e, em seus discursos, trataram de pontuar o assunto da eleição: “pronunciei um discurso entusiasmado, descrevendo as características do seu possível sucessor” (MAGALHÃES, 1996, p.175).

O ano de 1937 começou em meio a esse clima de incertezas. O ministro de relações exteriores, José Carlos de Macedo Soares, mediante sinalização do presidente de que poderia ser ele o candidato governista, abdicou do cargo. A constituição vetava a participação dos ministros de estado no processo eleitoral e o prazo final para o desligamento era o dia 2 de janeiro. Tratava-se de um nome capital para o governo. Àquela altura, Armando Sales ganhava expressão no cenário nacional. Assim, a nomeação de outro paulista era uma maneira de fazer concorrência à sua escalada dentro do seu próprio estado de origem. Mas as coisas não caminhariam dessa forma. A demissão do ministro só seria publicada no diário oficial no dia seguinte ao prazo, por ordens advindas do próprio Palácio do Catete, criando dúvidas quanto à legalidade da candidatura (CAMARGO *et al*, 1989).

Passada a primeira quinzena do mês de janeiro, a imprensa voltava a falar no nome de José Américo como possível candidato governista. O movimento começou no *Correio da Manhã* por meio das especulações do jornalista Assis Chateaubriand: “é dos mais falados, por muitos motivos, inclusive pela circunstância de haver sido uma das principais figuras da revolução e do governo provisório, com a circunstância de ter ao seu lado o norte do país”¹⁹. Desde então, a notícia ganharia repercussão em outros veículos. No dia 19 de janeiro, *O Globo* publicou uma entrevista com o pretense candidato, a qual foi replicada posteriormente no *Diário de Notícias*. Na oportunidade, o entrevistado criticou a política do presidente de queimar candidaturas: “mas eu só poderia ser queimado, se andasse aceso”²⁰.

A tática de queimar candidaturas se tornava cada vez mais explícita na opinião pública, tanto que não demorou muito para virar motivo de chacota na imprensa e no teatro. No dia 30 de janeiro de 1937, foi publicada na capa da revista *Careta* uma charge com a assinatura de J. Carlos, denominada “Lá no Palácio das Águias”. A imagem retratava o presidente visto por trás de um bananal com uma cesta cheia de bananas, espalhando as cascas no entorno do prédio. Alguns meses mais tarde, estreava a peça *Quem vem lá* no Teatro

¹⁹*Correio da Manhã*, 16 jan.1937, p.4.

²⁰*Diário de Notícias*, 21 jan.1937, p.5.

Carlos Gomes na Praça Tiradentes. Tratava-se de uma revista política. Em um de seus quadros, os artistas satirizavam a maneira como a sucessão presidencial estava sendo tratada.

A lista dos personagens envolvidos contava com as lideranças revolucionárias capitais à sustentação política do governo. Havia os nortistas, como os governadores Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, mas também o possível candidato José Américo. Os mineiros eram representados por Antonio Carlos. Enquanto isso, havia os gaúchos Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, e paulistas Armando Sales e Macedo Soares. A querela era posta, assim, em meio aos embates políticos regionais. Ao passo em que José Américo representaria as forças políticas do Norte e Osvaldo Aranha do Sul, Macedo Soares era uma alternativa a Armando Sales, que também não era de todo opositor do governo.

Ainda em janeiro, algumas das principais lideranças revolucionárias passaram a propor a composição de uma lista tríplice, construída consensualmente, que deveria ser levada ao presidente para que ele escolhesse um candidato. Dessa maneira, no final de janeiro, foi organizado um encontro com os governadores da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e suas bancadas no congresso, na cidade do Rio de Janeiro. Feito isso, alguns dias mais tarde, teriam ido todos ao encontro de Cardoso de Melo Neto, então governador de São Paulo. Saindo de lá, Juraci Magalhães e Benedito Valadares seguiram para Poços de Caldas, onde pretendiam continuar as negociações. A viagem gerou boatos de todos os tipos, dizia-se que a proposta era fazer o candidato paulista recuar em favor de José Américo²¹.

No dia 31 de janeiro de 1937, discutia-se a viagem de Getúlio Vargas de Petrópolis para Poços de Caldas, onde encontraria os correligionários²². A viagem, porém, mais uma vez não deu respostas conclusivas. As negociações seguiriam, assim, na esperança de uma nova convenção com os governadores. Os meses se passavam e, em meio a isso, três personagens passaram a aparecer com maior recorrência na imprensa: Macedo Soares, Osvaldo Aranha e José Américo. Também datou desse momento a associação cada vez maior do nome do ex-ministro de viação e obras públicas ao poder de influência de Juraci Magalhães, ainda que Medeiros Neto continuasse a ser o nome de sua preferência.

A lista tríplice era discutida na opinião pública e movimentada pelas lideranças governistas. Em correspondência a Juraci Magalhães, Artur Neiva falava dos nomes de Medeiros Neto, José Américo e Armando Sales²³. Enquanto isso, Osvaldo Aranha falava na

²¹*Diário de Notícias*, 28 jan. 1937, p.4.

²²*Diário de Notícias*, 31 jan.1937, p.5.

²³Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

imprensa em pelo menos dez nomes habilitados para a campanha presidencial²⁴. As notícias corriam com muita imprecisão e se sabia muito pouco em quem era possível confiar. Na carta a Juraci do dia 24 de abril, Artur Neiva avaliava o cenário político e as possibilidades de golpe que estavam postas: “Até hoje, o Getúlio não conseguiu dissipar totalmente a impressão de que deseja continuar. Os desmentidos surgem da gente que o rodeia”.

O deputado seguia sua descrição apontando as forças que ameaçavam o processo democrático. Desconfiava-se de Agamenon Magalhães “que está liderando a agitação do país” e da estranha proximidade do presidente com o integralismo. A bancada baiana, ele bem sabia, não estava de todo homogênea, parte dela apoiaria o presidente incondicionalmente. Dizia mais, o presidente andava muito interessado no nome do Medeiros Neto, mas que não sabia bem ser essa uma vontade legítima ou uma tentativa de queimar mais uma candidatura. Por fim, as forças armadas eram sempre uma incógnita:

De há muito que tenho impressão de que no Brasil não há verdadeiramente um Exército, há qualquer coisa parecida com uma organização chinesa, de tal forma vamos decaindo. Existem vários exércitos, o do General Góes, o do General Waldomiro, do General Dutra, Pantaleão etc. etc. Uma confederação de forças, plena China²⁵.

O medo de que o presidente permanecesse no poder depois do término do período constitucional do seu governo era constante na opinião pública e entre as lideranças políticas. Tinham motivo para isso, sobretudo por causa das sucessivas intervenções federais nos estados. Começou com Maranhão e Mato Grosso, depois Distrito Federal e, por fim, Rio Grande do Sul. Mais do que isso, havia alguma desconfiança quanto à posição dos militares. Havia diferenças flagrantes entre os generais. Dessa maneira, a avaliação de Artur Neiva, como era possível notar, envolvia o cenário político em diferentes planos, observando as disposições para a ação desde os movimentos dos civis até as investidas dos militares.

A carta, no entanto, provavelmente só deve ter sido recebida por Juraci Magalhães uma semana depois, talvez mais cedo se tivesse um portador direto no lugar do serviço de postagem convencional. Em todo caso, era interessante observar a leitura que o deputado baiano fazia das posições que os diferentes grupos políticos estavam tomando no jogo político que então se montava. Era preciso compreender o que pensavam as pessoas e como elas estavam se articulando, isso porque, na hora de fazer alianças e compartilhar interesses, não dava para pisar em solo movediço. Acontecia que, enquanto a carta seguia do Rio de Janeiro a Salvador, o governador da Bahia fazia outros movimentos políticos. Ao que tudo indica, dessa

²⁴*Diário de Notícias*, 9 abr. 1937, p.4.

²⁵Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães, (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

vez mais com mais certeza quanto ao nome de José Américo e tendo-o como correspondente.

No dia 25 de abril, José Américo foi a Petrópolis, onde teve uma longa conversa com o presidente no Palácio Rio Negro²⁶. Não foram encontradas outras informações que dessem notícia do assunto e nem das consequências que ela teria provocado. O *Diário de Notícias*, no entanto, deu nota de que, encerrada a reunião, o ex-ministro de viação e obras públicas teria usado o Telégrafo Nacional para uma longa conferência telegráfica com Juraci Magalhães²⁷. Por meio dos telegramas expedidos e recebidos quase que imediatamente por um e outro, era possível estabelecer uma comunicação mais rápida, ainda que suscetível à interceptação de qualquer um que, dispondo do instrumento e captando a frequência certa, registrasse a mensagem. A despeito disso, não era incomum utilizar criptogramas que impedissem que o conteúdo da mensagem fosse decifrado por outra pessoa que não o seu destinatário.

O certo é que, de uma forma ou de outra, os três personagens, a partir de abril, estavam afinados no entorno de um propósito comum: a candidatura de José Américo, ainda que o próprio não o confessasse. Em todo caso, eles faziam isso cada um ao seu modo, mas articulados no entorno de um mesmo contato: Juraci Magalhães. A carta e o telegrama – uma comportando discussões maiores, apesar de mais lenta, e o outro mais limitado em termo de informações e segurança, porém mais rapidamente acessado pelo destinatário – serviam à formação de uma rede, tornando o trabalho político mais concatenado e, por isso, mais ágil. Agilidade essa que seria fundamental na hora de pressionar o presidente.

Em princípios de maio, a questão estava posta e restava pouca dúvida quanto ao nome do candidato. Mais ou menos nesse período, Benedito Valadares tomava a frente como coordenador da campanha governista. Ele presidenciaria a convenção do partido que escolheria o candidato, bem como o comitê que se estabeleceria a partir de então²⁸. Aquela, porém, era uma decisão controversa. O governador mineiro era demasiado próximo do presidente. Conceder a coordenação da campanha a ele era uma forma de controlar o trabalho eleitoral, mas também de estar por dentro das estratégias desses personagens para dar sequência ao programa político e ao projeto democrático do candidato.

Às vésperas da convenção, marcada para o dia 25 de maio de 1937, José Américo respondeu uma carta de Juraci Magalhães, na qual aceitava o convite para ser o candidato, mas justificava: “Você deve ter notado o meu silêncio. É de propósito. Deixei de escrever-lhe, há muito tempo, para que você ficasse à vontade, sem se preocupar com o meu nome, nesta

²⁶*Diário de Notícias*, 25 abr. 1937, p.8.

²⁷*Diário de Notícias*, 27 abr. 1937, p.10.

²⁸*Diário de Notícias*, 8 mai. 1937, p.4.

delicada conjuntura em que deveria guiar-se pelo seu próprio tato político”. E continuava, assumindo que seu nome era alvo de certo movimento de confiança pública, que exaltava a memória dos seus “companheiros de 30”, era simpático entre os líderes do Exército e, de alguma forma, aquietava os ânimos de diferentes grupos políticos brasileiros. No que tangia aos seus interesses pessoais, porém, dizia abdicar de qualquer vaidade: “Você bem sabe com que desambição me tenho portado, (...) mas se considerarem útil essa solução, para o lançamento imediato(...) não terei outro remédio senão pôr-me às ordens dos amigos”²⁹.

Não ficava bem a um político perseguir os adeptos ao seu próprio nome, ou pelo menos era isso que pensava o intelectual paraibano. José Américo de Almeida, dessa maneira, terceirizava essa função ao seu amigo Juraci Magalhães. Mas não era menos verdade que seu nome, para além das simpatias que provocava, havia sido pensado como uma forma de resolver a questão da sucessão e pressionar o encaminhamento da campanha. Enquanto liderança revolucionária de primeira hora, ele tinha crédito para amansar as investidas dos outros grupos governistas. O certo é que a convenção aconteceu na data marcada e o nome do intelectual paraibano foi escolhido por aclamação como candidato à Presidência da República.

“Hay algo nel aire”: algumas avaliações políticas da escolha do candidato ao golpe

O essencial, agora, é que se prepare propício ambiente para um pleito livre de que saía fortalecido o prestígio moral do candidato escolhido soberanamente pelo povo brasileiro.

Juraci Magalhães, 1937³⁰.

Encerrada a convenção no Palácio Monroe, era hora de começar os trabalhos de campanha. José Américo fez uma declaração à imprensa no dia seguinte e se comunicou por carta com Benedito Valadares, Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti. A partir de então, ele se empenharia em conceder entrevistas, enquanto preparava o seu programa de governo. Juraci Magalhães, por sua vez, empenhava-se em arregimentar alianças nas mais variadas localidades do país. O governador, ainda na última semana de maio, enviou dezenas de cartas pedindo apoio a lideranças regionais estratégicas na condução do trabalho eleitoral. Em pouco mais de uma semana, era possível flagrar centenas de respostas na caixa postal do palácio parabenizando a escolha do candidato. Além disso, os remetentes davam notícia das estratégias que estavam usando para divulgar o nome do candidato e as suas propostas.

Na carta do dia 29 de maio, Aníbal Duarte, governador do Pará, dava notícia do início

²⁹Carta de 21 mai. 1937, de José Américo a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida).

³⁰*Diário de Notícias*, 27 mai. 1937, p.5.

dos trabalhos eleitorais naquele estado. Estava marcado para o dia seguinte o primeiro grande comício da capital, pretendendo estender a campanha por todo o norte. Em anexo, remetia um impresso direcionado especificamente para as mulheres, cujo direito ao voto havia sido regulamentado em território nacional desde 1932³¹. Avelino Pereira, editor do jornal *A Tarde*, que circulava em Manaus, remeteu recortes de jornais oposicionistas e informou como pretendia, em sua folha diária, reverter a discussão em favor do candidato situacionista³².

Enquanto isso, o Dr. Plácido Rocha, médico e cirurgião em Araçatuba, São Paulo, enviava cartas ao eleitorado local e distribuía cartões, nos quais se oferecia para dar informações a respeito do processo de alistamento eleitoral³³. O governador baiano receberia ainda apoio de outros profissionais liberais. Era o caso de João Caruso, advogado em Boa Vista do Erechim, Rio Grande do Sul, e Francisco Abdoral de Lacerda, agrimensor em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Em meio a esse movimento entusiasmado, houve notícias de pelo menos dois comitês montados fora da capital federal. Aníbal Duarte criou a Coligação Pró-José Américo, com sede em Belém do Pará. Luiz Djalma de Siqueira Granja, comerciante pernambucano, fundou o Comitê Independente Pró-José Américo, no Recife³⁴.

No mais, as táticas que perpassavam o envio das missivas variavam nas diferentes regiões do país. Ao passo em que os endereços da porção Norte – onde o governador baiano e o candidato paraibano tinham solidificado sua base de sustentação política – tinham a assinatura prioritária de prefeitos, senadores e deputados, as mensagens postadas nas agências do Sul arrematavam prioritariamente profissionais liberais com influência no eleitorado local, sobretudo em cidades industriais, como Araçatuba e Campos dos Goytacazes.

Em uma carta remetida ao amigo “Dr. Neiva”, Juraci Magalhães explicava a sua estratégia: “Tenho ativado o alistamento. Trabalho sem cessar no preparo de um terreno desfavorável aos adversários. Desejo prevenir os ‘milagres do dinheiro’... A antecipação do trabalho eleitoral facilitará a nossa vitória. Luto por elevar a 350 mil o nosso eleitorado de 217 mil”³⁵. O propósito era montar uma base popular para a campanha. Essa estratégia não era de toda novidade no arsenal de práticas do governador baiano. Ele havia se valido da mobilização das massas também na campanha dos deputados constituintes em 1933, o que lhe rendeu a desarticulação dos líderes da oposição³⁶.

³¹Carta de 29 mai. 1937, de Aníbal Duarte a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).

³²Carta de 7 jul. 1937, de Avelino Pereira a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).

³³Carta de 2 jun. 1937, de Plácido Rocha a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).

³⁴Carta de 24 jul. 1937, de Aníbal Duarte; 27 jul. 1937, de Luiz Djalma Siqueira Granja; 31 jul. 1937, de João Caruso; 2 ago. 1937, de Francisco Abdoral de Lacerda (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).

³⁵Carta de 12 jun. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

³⁶As eleições de 1933 e 1934 foram discutidas por Ana Luiza Caribé de Araújo Pinho (2010).

Na capital federal, a montagem do comitê oficial aconteceu junto às discussões da prorrogação ou não do estado de guerra pelo Congresso Nacional. As medidas autoritárias do presidente estavam em baixa na opinião pública e a pauta só serviu para atrapalhar a campanha do candidato governista. Em todo caso, em meados de junho, começavam os trabalhos, que deveriam ser coordenados por Benedito Valadares. Artur Neiva participaria ativamente do cotidiano da instituição, fazia isso a pedido do governador baiano, ao qual ele remetia notícias constantes dos trabalhos de campanha, mas também informações capitais quanto aos bastidores das negociações político-partidárias:

Vejo os paulistas com seu espírito de organização trabalhando intensamente. Já alugaram um pavimento interno de um arranha-céu, tendo distribuído os setores para a ação de propaganda com os responsáveis. Nós, até agora, não realizamos tal coisa; e ainda não sei quando o faremos³⁷.

O deputado falava ainda dos estranhamentos que vinha percebendo nas relações entre Pedro Aleixo e Benedito Valadares. Havia a possibilidade de um rompimento entre os dois mineiros e, com isso, a associação do presidente da câmara e parte das lideranças de seu estado ao candidato paulista. Além disso, contava ele, havia estado com José Américo, com quem teve mais de uma hora de conversa, embora interrompida por um grupo de fazendeiros que foram discutir o preço do café. A respeito desse encontro, relatava: “vou lhe dar, com a franqueza habitual, as minhas impressões. Achei o nosso candidato excessivamente otimista, e me parece que não gosta de analisar os fatos quando estes não são inteiramente agradáveis”.

Na conversa, o candidato teria sugerido a conveniência da presença de Juraci, amigo comum aos dois, no comitê para contribuir com a arquitetura da campanha. Nesse ponto, porém, intercedia o remetente: “No meu modo de entender, e digo francamente, não lhe iria bem, como governador da Bahia, chefiar aqui no Rio a propaganda”, e sugeria uma resposta, “sei quanto seria eficiente a atuação de um homem como o amigo, com seus dotes, combatividade e espírito de organização, mas não poderia despir-se das funções que tão diretamente desempenha, a de governador da Bahia”. Artur Neiva passava a ser reconhecido, dessa maneira, enquanto intermediário de Juraci Magalhães no Rio de Janeiro, sobretudo no que tangia às negociações políticas no interior dos quadros partidários.

No dia 19 de junho, José Américo de Almeida fez o seu primeiro discurso oficial de campanha na abertura dos trabalhos do comitê do partido situacionista mineiro, a convite de Benedito Valadares em Belo Horizonte³⁸. Nessa oportunidade, o candidato se apresentava ao povo, dizendo ser filho da hinterlândia e muito ter trabalhado para melhorar a vida daquela

³⁷Carta de 15 jun. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

³⁸*Diário de Notícias*, 19 jun. 1937, p.4.

gente. Fizera isso como ministro, construindo estradas e erguendo obras estratégicas de desenvolvimento econômico. Além disso, retomava o período mais famoso do seu romance *A Bagaceira* para apresentar um valor que julgava maior que todos os outros – “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”. No mais, criticava o autoritarismo, sem citar nomes: “Juremos todos, pelas cinzas repatriadas dos vossos mártires, que não se destruirá a liberdade dos brasileiros, com falsos regimes de autoridade, que não passariam de regimes de submissão” (ALMEIDA, 1985[1965], p.44).

Apesar das críticas que o candidato e os seus aliados faziam ao autoritarismo, a marca oficial dava instrumentos para a imprensa oposicionista associar a campanha José Américo com as atitudes centralizadoras adotadas por Getúlio Vargas. Às vésperas do primeiro comício na capital, o Congresso aprovou a intervenção no Distrito Federal³⁹. O evento teve vez no dia 16 de julho na Esplanada do Castelo. O candidato fez um discurso longo e voltado às massas, como era a proposta daquela campanha, que até então tinha restado fechada aos gabinetes dos partidos e às declarações da imprensa. Naquele momento, ele explicava as medidas moralizadoras que tomara enquanto ministro, ao passo em que dava ainda maior ênfase ao programa de assistência social para os grupos em situação de vulnerabilidade, “não deixemos a ralé passar necessidade”. O ponto mais polêmico, no entanto, foi trecho no qual dizia “eu sei onde está o dinheiro”. Ele sinalizava, assim, que poderia mudar as prioridades orçamentárias e sanar as necessidades calamitosas da população (ALMEIDA, 1985[1965]).

Na carta datada do dia 3 de agosto, era com entusiasmo que Artur Neiva contava a Juraci Magalhães dos bons resultados que o discurso havia provocado nos corredores das casas do Legislativo: “O êxito do comício pró José Américo no Castelo foi verdadeiramente extraordinário e desorientador para os nossos adversários que agora vivem a explorar as ideias defendidas com tanto brilho e elevação pelo nosso candidato”⁴⁰. Ele dizia ter ouvido de outro deputado que o candidato faria uma revolução social. A estratégia de mobilizar as massas parecia dar certo e, ao menos por aquele instante, o trabalho eleitoral rendia pontos positivos em favor do êxito da campanha. Mas o otimismo não durou tanto tempo.

No dia 6 de agosto, a missiva dava notícia do banquete oferecido, no dia anterior, pelo presidente da câmara Pedro Aleixo. A festa fora frequentada pelos deputados da maioria, dentre os quais muitos armandistas. Os ministros, por sua vez, não tinham sido convidados, à exceção de Gustavo Capanema. Mineiro como o anfitrião, reconhecido no meio político e intelectual, tratava-se de uma figura excepcional na arquitetura do governo. A festa teve

³⁹*Diário de Notícias*, 24 de julho de 1937, p.4.

⁴⁰Carta de 3 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

apenas dois discursos e, para a estranheza do remetente, não houve brinde ao presidente. Em suas falas, o gaúcho João Neves da Fontoura, que à época tinha relações estremitadas com Getúlio Vargas, e o próprio Pedro Aleixo discutiam suas versões a respeito da Revolução de 1930. O que parecia estar no centro da disputa de fato, no entanto, era a corrida pelos votos para a intervenção no Rio Grande do Sul. No mais, escrevia: “acho a situação grave, não sei porque o banquete de ontem, para mim e para muita gente, apresentava alguma analogia com o baile da Ilha Fiscal”, em referência ao último baile do Império⁴¹.

A imprensa oposicionista tecia serias críticas a José Américo, insistindo na associação do seu nome à política autoritária do presidente. Além disso, passou a denunciar o uso que os governadores estavam fazendo da máquina para dar voz à campanha situacionista. Dizia-se que a propaganda estava sendo feita por meio de periódicos, estações de rádios e outros veículos pagos pelo poder público, o que era vedado pelo código eleitoral. Citavam os jornais oficiais de Minas Gerais e da Paraíba, mas também a Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte, e o que era mais grave, o sistema de radiodifusão do Departamento Nacional de Propaganda⁴².

No dia 24 de agosto, o candidato oficial foi ao encontro de Juraci Magalhães na Bahia. Nessa oportunidade, abriu seu discurso garantindo que as notícias de golpe não passavam de um boato e certificava à população de que haveria sucessão, só então voltou à pauta das obras contra as secas e a importância da assistência às populações sertanejas (ALMEIDA, 1986[1965]). A imprensa armandista na capital federal falava de um candidato que perdia força e moderava no discurso, sem o fôlego da campanha de massas da Esplanada do Castelo. Falava de uma pretensa irritação do candidato diante dos seus quadros partidários e de como, em meio a isso, ele estaria se voltando, cada vez mais, para o povo. O discurso social, a propósito, lhe rendia a acusação de comunista. No *Diário de Notícias*, chegava-se a debater até mesmo a substituição do titular da chapa, assunto que chegou aos governadores⁴³.

Há esse tempo, as correspondências trocadas por Artur Neiva e Juraci Magalhães se tornaram cada vez mais frequentes. Por vezes, a velocidade dos acontecimentos atropelava a novidade das informações comunicadas e, antes mesmo que o destinatário as pudesse ler, já era necessária outra carta, a qual corrigisse ou atualizasse a missiva anterior. Decerto que os telegramas eram uma forma de comunicação mais rápida, porém, excessivamente exposta aos intermediários telegrafistas e por demais curta para as avaliações do médico baiano, que usualmente ultrapassava os limites da página. Daquele momento em diante, as expectativas se

⁴¹Carta de 6 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁴²*Diário de Notícias*, 5 ago. 1937, p.2.

⁴³*Diário de Notícias*, 3 set. 1937, p.4.

fecharam cada vez mais para a manutenção do regime liberal-democrático.

Em meados do mês de agosto, o comitê havia conseguido arrecadar trezentos contos de réis depositados por Benedito Valadares e outros duzentos enviados da Bahia e Pernambuco⁴⁴. As cartas que se seguiram àquela, no entanto, relatavam as crises financeiras: “a escassez de dinheiro é total”⁴⁵. Aquele era um mau sinal. Dizia das poucas expectativas que a vitória do candidato governista despertava em políticos e civis. Além disso, o financiamento é um dos pilares sobre o qual se estrutura uma campanha, sem ele é impossível mobilizar uma maioria, sobretudo em uma proposta assentada sobre as massas (OFFERLÉ, 2004[1987]).

Apesar dessas circunstâncias, Artur Neiva e José Américo no Rio de Janeiro e Juraci Magalhães na Bahia continuavam o trabalho eleitoral. O primeiro comentava os discursos nas rádios e nos jornais, além do trabalho político nos bastidores. O candidato empenhava-se na elaboração dos discursos que deveriam conquistar as massas. No comício de Niterói, no dia 27 de setembro de 1937, por exemplo, ele se esforçava para se fazer entender como representante do povo: “já não sei se estas palavras são minhas ou são vossas” (ALMEIDA, 1986[1965], p.78). Não conseguiu reunir mais de cem mil almas. Isso não era bom, pelo menos na avaliação do deputado baiano. Por outro lado, Juraci Magalhães dava boas notícias do trabalho pelo interior. Ele acreditava que por ali conquistaria um número de votos superior ao que havia conseguido em outras ocasiões. No Norte, a candidatura estava bem amparada⁴⁶.

Em princípios de outubro de 1937, voltava a ser discutida pelo governo a possibilidade de um novo decreto de estado de guerra. Macedo Soares, então ministro de justiça, insistia que isso não empataria o curso da eleição. Em carta a Juraci Magalhães, Artur Neiva perguntava como proceder diante dessas circunstâncias⁴⁷. Ao mesmo tempo, divulgava-se na imprensa que Benedito Valadares havia abandonado a coordenação da campanha⁴⁸. Não era mentira, a essa altura, o governador mineiro estava confabulando com o Getúlio Vargas um golpe de estado. Artur Neiva resumia a situação: “Minas fará o que o presidente quiser”⁴⁹.

O estado de guerra arrefeceu o encaminhamento das campanhas, atrapalhando o processo democrático. Em meados de outubro, o médico baiano afirmava ter “a impressão de que as eleições serão realizadas; não sei se em ambiente de entusiasmo, talvez mais de indiferença”, mas continuava “entre elas e a posse há muita distância a percorrer”⁵⁰. O

⁴⁴Carta de 13 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁴⁵Carta de 20 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁴⁶Carta de 12 jul. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁴⁷Carta de 28 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁴⁸*Diário de Notícias*, 1 out. 1937, p.1; *Diário de Notícias*, 3 out. 1937, p.4.

⁴⁹Carta 15 out. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁵⁰Carta 13 out. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

argumento dos militares era a pretensa descoberta do Plano Cohen – um plano soviético de depredações e incêndios no território nacional brasileiro – o qual se descobriu posteriormente ter sido orquestrado pelo capitão do estado maior Olímpio Mourão. Em meio a esse cenário, José Américo chegou a propor a renúncia de sua candidatura, podendo negociar também a retirada de Armando Sales, em nome de um terceiro candidato, mas não teve resposta de Getúlio Vargas. Algumas semanas mais tarde, os dois candidatos encerravam as suas atividades de campanha. No dia 10 de novembro, antes que a opinião pública se rearticulasse, foi outorgada uma nova constituição e decretado o Estado Novo (CAMARGO *et al*, 1989).

“Do seu amigo, *ex-corde*”: considerações finais

A eleição presidencial de janeiro de 1938 despontava no horizonte como uma possibilidade de fortalecer o regime liberal-democrático montado pela Constituição de 1934. Isso, porém, em um país de dimensões continentais e sem partidos nacionais. Em meio a esse cenário, os aliados de José Américo apostaram na ousada proposta de fazer uma articulação das massas, estratégia que tinha muito do trabalho de Juraci Magalhães. Era preciso construir propostas que interessassem ao eleitorado e divulgá-las pelo país, por meio dos comícios, pronunciamentos no rádio e nos jornais, mas também pelo trabalho de boca em boca de uma lista de correspondentes do candidato e do governador baiano, seu principal aliado político.

Uma proposta com essa dinâmica carecia, portanto, de meios de comunicação que fizesse o trânsito rápido de notícias e estratégias entre as lideranças dos comitês eleitorais e os demais replicadores dessas informações. Nesses entremeios, as cartas, os bilhetes e os telegramas foram instrumentos caros aos articuladores políticos. Conforme Brigitte Diaz (2002), as correspondências devem ser pensadas não só como um instrumento que porta um testemunho, mas também como um texto, dotado de intenções estéticas, um discurso, que pressupõe um interlocutor, e um fazer – escrever, endereçar, enviar, agir à distância, arquivar.

A escolha da carta ou do telegrama enquanto suporte, por exemplo, contava com um cálculo entre o tempo de envio, o tamanho da mensagem e a confidencialidade do que estava sendo dito. Mais do que isso, o *gap* entre o remetente e o destinatário podia tornar uma notícia velha, uma avaliação ultrapassada, uma ação política desprovida de contexto. Em tempos de incerteza, as cartas de Artur Neiva a Juraci Magalhães atropelavam-se umas nas outras, o que era sinal da velocidade dos acontecimentos e das distâncias que essas missivas percorriam.

As cartas eram instrumentos fundamentais no trabalho político dos três personagens. José Américo, mais intransigente em suas ideias de como fazer política, usava delas para

obter informações e preparar seus planos de ação. Artur Neiva e Juraci Magalhães as tinham como ferramenta prioritária de organização da base aliada e construção de solidariedades. Artur Neiva com suas redes de informações e avaliações. Juraci Magalhães como uma forma de agir à distância, gerenciando os processos políticos da capital federal às cidades do interior.

O trabalho político, sobretudo em um tempo no qual a ameaça golpe estava presente, se desenrolava em meio às notícias do dia. O presidente tardou a escolher um candidato, ao passo em que tentava, sorrateiramente, queimar todos os seus possíveis sucessores. Nesse cenário, as correspondências seriam uma forma de jogar com o adversário, um modo de se movimentar e entender a posição do outro. A ruptura democrática, portanto, não era um destino certo, ainda que alguns sujeitos a planejassem desde algum tempo. Durante toda a campanha, havia muita gente poderosa lutando para assegurar a sucessão.

Esse texto caminhou, portanto, na contramão da análise de Aspásia Camargo *et al* (1989), no livro *O Golpe silencioso: as origens da República corporativa*, segundo a qual a intervenção militar teria sido uma alternativa à tentativa de transformar o populismo embrionário da chapa José Américo ou o débil liberalismo da candidatura Armando Sales em estilo nacional. Ao observar a documentação, é possível afirmar, em primeiro lugar, que tanto a ruptura constitucional quanto a saída democrática eram conjecturadas pelos atores políticos, mas que o desfecho daquele processo seguia incerto e dependia não só da ação das pessoas como do curso das circunstâncias. Em segundo lugar, as campanhas eram antes ferramentas a favor da manutenção do sistema democrático que combustível para a ação dos conspiradores.

Referências:

ALMEIDA, José Américo de. *A palavra e o tempo: 1937-1945-1950*. Rio de Janeiro: José Olympio; João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1985[1965].

_____. *Eu e eles*. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1970.

CAMARGO, Aspásia; PANDOLFI, Dulce; GOMES, Eduardo; D'ARAÚJO, Maria Celina; GRYNSZPAN, Mário. *O golpe silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nômade*. Paris: PUF, 2002.

DUVERGER, Maurice. *Les parties politiques*. Paris: Seuil, 1981.

GOMES, Angela de Castro. "Introdução". In: _____. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 23-39

_____. "Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo". In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro, FGV, 2004, p.7-24.

_____. Rascunhos de uma história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 41-77

LIRA NETO. *Getúlio (1930-1945):do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Raimundo Helio. *Um vice-reinado na República do pós-30:Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 319f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.

MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente*. Depoimento a J. A. Gueiros. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MATERNNO, Zélo. *A Redenção do Brasil*. Campina Grande, 1937.

OFFERLÉ, Michel. *Los partidos políticos*. Traducción de Cristián Vila Riquelme. Santiago: LOM, 2004[1987].

PINHO, Ana Luiza Caribé de Araújo. *De Forasteiro a Unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. 153f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

O Partido Social Democrático Autonomista (PSDA): apontamentos preliminares de pesquisa

Tiago de Moraes Kieffer¹
Marcos Jovino Asturian²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender a atuação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA) nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul em 1954. Para tanto, se utilizará fontes bibliográficas, da imprensa escrita, dos Anais da Assembleia Legislativa, assim como o estatuto do Partido Social Democrático (PSD). Pretende-se com isso, a partir de uma pesquisa em desenvolvimento, entender os papéis desempenhados pelos autonomistas no cenário eleitoral sul-rio-grandense pós 1950, assim como retomar questões levantadas em estudos de referência sobre o processo de desgetulização do PSD estadual.

Palavras-chave: PSDA; Eleições Estaduais; Desgetulização.

Abstract: This article aims to understand the performance of Autonomist Social Democratic Party (PSDA) in the state of Rio Grande do Sul elections in 1954. For this purpose, we will use bibliographical sources of the written press, the annals of the Legislative Assembly, as well as the statute of Social Democratic Party (PSD). This is intended, from a research in development; understand the roles played by the autonomists in the sul-rio-grandense elections post-1950, as well as resume issues raised in reference studies about the “desgetulização” process of state PSD.

Keywords: PSDA; State Elections; *Desgetulização*.

Considerações Iniciais

O presente trabalho objetiva compreender a atuação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA) nas eleições de 1954. Para tanto, se utilizará fontes bibliográficas, assim como será desenvolvida pesquisa na imprensa escrita e nos Anais da Assembleia Legislativa. Nas eleições de 1954, os autonomistas decidiram apoiar o candidato petebista Alberto Pasqualini para o governo estadual do Rio Grande do Sul em detrimento do pessedista Ildo Meneghetti, da Frente Democrática (PSD/UDN/PL).³ Ademais, os candidatos do PSDA à

¹ Mestrando em História pela Unisinos. Bolsista CAPES/PROSUC.

² Doutorando em História pela Unisinos. Bolsista CAPES/PROSUC.

³ A Frente Democrática foi criada em 1952 a partir do sucesso da coligação PSD/PL/UDN nas eleições municipais de Porto Alegre, no ano anterior, os partidos decidiram realizar essa coligação sem acordo com o governo estadual ou federal. Destarte, sem a participação do Partido Trabalhista Brasileiro (OLIVEIRA, 2008, p. 225).

Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa tiveram os seus nomes incluídos na chapa trabalhista.

Para a análise do PSDA, em um primeiro momento, se contextualizará a formação dos partidos políticos no Brasil e no Rio Grande do Sul. Isso é necessário para compreender os motivos que levaram a fundação do PSDA em 1950 e, conseqüentemente, qual era a função dele no cenário político daquele contexto histórico. Em seguida, o foco será na atuação do PSDA nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul em 1954. A escolha desta disputa eleitoral estadual em específico, explica-se porque ela foi a primeira pós-1950, ano em que o PSDA foi criado. Para tanto, três questões conduzirão esta análise: 1) O PSDA pode ser considerado um partido político?; 2) O seu surgimento representou o processo de “desgetulização” do PSD?; 3) Quais eram as razões para a permanência dos autonomistas nos quadros do PSD?

O estudo dos partidos constitui um importante viés de análise da sociedade. Para Serge Bernstein (2003, p. 71-72), o partido – fenômeno histórico por definição – está em condições de fornecer aos historiadores uma significativa quantidade de informações em relação aos grupos que se esforçam por reunir os indivíduos aspirando uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Ele pode fornecer informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente o comportamento do indivíduo na política. Ademais, proporciona uma reflexão sobre o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos.

Já o estudo das eleições é pouco explorado pelos historiadores e deve ser considerado, por si só, como um objeto de observação, assim como outros fatos sociais. Nas palavras de René Rémond (2003, p. 443) a campanha eleitoral, por exemplo, é parte integrante de uma eleição. Na eleição ocorre a manifestação das preocupações dos eleitores e é o espaço de apresentação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos. Além disso, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre cálculos políticos e os movimentos de opinião. Ela modifica diariamente as intenções e talvez a relação de forças.

Cabe destacar, que conforme René Gertz (2004, p. 347-368), até o início da década de 1990 havia escassez de produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul, no período entre 1945 a 1964, à exceção de pesquisas produzidas por cientistas políticos. Os trabalhos acadêmicos do brasileiro Carlos Cortés – publicado em inglês em 1974 – e da cientista política Mercedes Cánepa no ano 2000, juntos, apresentam um arcabouço da história política estadual no respectivo período. O mesmo autor (2004, p. 347-368) destaca o trabalho de Miguel Bodea, publicado em 1992 sobre o surgimento e o desenvolvimento do PTB. Gertz também cita teses e dissertações influenciadas pelos estudos desenvolvidos por cientistas políticos, desde a década de 1970, entre os quais Héglio Trindade, Maria Izabel Noll, Leônidas Xausa e Francisco

Ferraz. E por fim, sublinha que apesar da significativa produção de estudos sobre aquele período, é necessário aprofundar aquilo que as pesquisas só puderam tangenciar.⁴

Considerando a necessidade de preencher lacunas históricas, conforme observado por Gertz, que este trabalho foi escrito. Todavia, trata-se de apontamentos iniciais de uma pesquisa, pois o presente artigo é um recorte de pesquisas mais amplas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).⁵ Como observado, os trabalhos desenvolvidos a partir do ano 2000, com exceção de Oliveira (2008), não aprofundaram a questão do PSDA. Em geral, citaram – como também faremos – os trabalhos de Bodea (1992), Costa (1983) e Cánepa (2005). Debruçados sobre os questionamentos mencionados anteriormente trazemos à luz alguns aspectos da atuação do PSDA em 1954, cuja finalidade é compreender o seu papel naquele cenário político.

O Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul: gênese e cisma pessedista

Entre 1945 e 1964, o Brasil vivenciou uma experiência democrática: a consolidação dos partidos políticos nacionais, o aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e o povo como ator político. O respectivo período foi de rápidas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. As elites do país passaram a lidar com algo novo, isto é, a necessidade de conquista de votos, sobretudo das camadas populares urbanas. Os partidos intensificaram as relações entre o eleitor e o candidato e se fortaleceu a concorrência entre os próprios candidatos (CÂNEDO, 2012, p. 483).

Cabe ressaltar que com o advento da democratização de 1945, os arranjos corporativistas surgidos nos anos 1930 não foram desativados. Ao contrário, o respectivo processo esteve permeado pela “gramática personalista do clientelismo”. O regime surgiu das “entranhas” do Estado Novo: as elites que administraram a transição eram compostas pelas mesmas pessoas que apoiaram o regime anterior ou que dele se beneficiaram (NUNES, 1997, p. 67-68).

Conforme Maria do Carmo Campello de Souza (1983, p. 105-106),

⁴ A partir do ano 2000, surgiram significativas pesquisas no âmbito historiográfico. Os estudos tiveram como foco a análise dos partidos políticos, das trajetórias e das disputas eleitorais: Oliveira (2001; 2008), Heinz (2005), Albernaz (2006), Gatti (2008), Taufer (2008), San Segundo (2009), Cruz (2010), Asturian (2011), Angeli (2015), Bombardelli (2016), entre outros.

⁵ Uma pesquisa analisa as disputas entre o PSD e o PTB nas eleições para o governo estadual no Rio Grande do Sul (1947, 1950 e 1954) e outra tem como enfoque as relações dos pessedistas gaúchos em torno da figura de Getúlio Vargas (1945-1950).

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado [...] foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória [...].

Não obstante, é possível reconhecer, no período entre 1945 e 1964, a construção de uma experiência democrática brasileira. O historiador Jorge Ferreira desenvolveu vários estudos sobre a importância do respectivo período, ou seja, a “República Democrática” para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira. Logo, “[...] Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado” (FERREIRA, 2011, p. 09).

Segundo Angela de Castro Gomes (2009, p. 36), a experiência liberal-democrática de 1945-1964 propiciou um “[...] aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”. O cientista político Antônio Lavareda (1991, p. 170) defende que “[...] apesar das dificuldades, era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade”.

O também cientista político Fernando Limongi (2015, p. 372-392) observa que na dinâmica do período – permeada pelas permanências e mudanças importantes – a incerteza no processo eleitoral torna-se um dos principais aspectos que diferencia a “República Democrática” em relação ao período anterior. Em outras palavras, as eleições não eram mais controladas pelo Governo e as oposições passaram a ter chances reais de chegar ao poder. Elas passam a ser competitivas: para ser eleito, políticos têm que fazer um grande número de eleitores. O crescimento do eleitorado é a evidência indireta da incerteza quanto aos resultados eleitorais.

De acordo com Souza (1983, p. 111-124), a Lei Agamenon⁶ definiu o voto secreto e obrigatório, bem como o sufrágio universal. Também se exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de dez mil eleitores distribuídos em, pelo menos, cinco estados: cada um com, no mínimo, quinhentos adeptos, bem como personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. A obrigatoriedade – criticada pela oposição – favorecia o partido do governo, o qual, por meio das interventorias, detinha articulações nacionais, em detrimento das demais siglas.

Conforme a respectiva autora (1983, p. 111-124), pelo novo Código: a) o Tribunal Superior Eleitoral detinha prerrogativas para negar o registro de partidos que fossem contrários

⁶ Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, sendo que sua elaboração esteve a cargo do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, razão pela qual ficou conhecida como Lei Agamenon.

aos princípios democráticos⁷; b) os candidatos só poderiam concorrer se registrados por partidos ou alianças de partidos; c) sobre a representação proporcional, o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos, bem como dos votos em branco, dividido pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada pela divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia por meio do mecanismo de sobras, ou seja, as vagas ficariam com o partido de maior número no respectivo pleito; d) foi permitido o alistamento *ex-officio*⁸ – que vigorou até 1950 – permitindo o registro de bloco de eleitores feito com base em listas preparadas por organizações às quais essas pessoas pertencessem, como agências governamentais ou empregadores.

A Constituição Federal de 1946 ratificou o impedimento do analfabeto ao voto. Um aspecto realmente restritivo ao exercício da cidadania, considerando que o contingente populacional de analfabetos no país era de 48% em 1950 (CÂNEDO, 2012, p. 539). Todavia, conforme Limongi (2015, p. 383-384) o Código Eleitoral de 1950 preservou a indefinição concernente à cidadania política: o novo marco legal não estipulou quais deveriam ser as provas apresentadas para fins de comprovação que o alistando sabia ler e escrever. Ademais, a possibilidade legal do alistamento feito por terceiros e de forma coletiva foi preservada. Em suma, as indefinições e ambiguidades da legislação tornavam-se “letra morta” a restrição do voto aos analfabetos.

Os partidos políticos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas⁹. Os de maior expressão nacional foram: a União Democrática Nacional (UDN), que se caracterizou como a principal oposição a Vargas; o Partido Social Democrático (PSD)¹⁰ e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas. Dessas, a primeira foi herdeira da estrutura das interventorias nomeadas por Vargas durante o Estado Novo e a segunda surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil

⁷ Dispositivo acionado – posteriormente – no processo de cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1947.

⁸ Para Letícia Bicalho Canêdo (2012, p. 539) “[...] Um novo código foi promulgado em 1950, e é o que continuou em vigor até 1964. Por ele, o alistamento deixou de ser *ex-officio*: todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos era obrigado a ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. Na prática, significou um trabalho de recrutamento feito pelos partidos [...]”.

⁹ Conforme a interpretação do brasilianista Thomas Skidmore (1975, p. 78-89), a política brasileira dividia-se – naquele contexto – entre os “de dentro” (situacionistas) e os “de fora” (oposicionistas). Os “de dentro” eram: políticos e burocratas ligados – na esfera estadual e federal – a estrutura administrativa estadonovista; os proprietários de terras, industriais e banqueiros que prosperaram no período varguista; e, por fim, os trabalhadores urbanos beneficiados pela legislação social. Já os “de fora”, formavam um grupo heterogêneo cuja confluência de ideias e projetos – principalmente liberais – deve-se a oposição a Vargas.

¹⁰ Posteriormente, no Rio Grande do Sul, o Partido Social Democrático (PSD) se tornará um diretório dissidente. Sobre esse processo, ver Lisandre Medianeira Oliveira (2008).

e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. Quanto aos menores partidos em nível nacional, mas com influência em determinadas regiões do país, destacaram-se o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

O PSD, fundado em 17 de julho de 1945, começou a ser organizado inicialmente nos estados, sob a liderança dos interventores, congregando prefeitos, membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo estadonovista, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros. Entretanto, se há concordância em relação à formação de seus quadros, há divergência no que se refere a sua atuação. Por exemplo, Franco (1974, p. 86-87) relata que a base do partido era predominante rural e o seu perfil social e político era eminentemente conservador e nada reformista. Por outro lado, Hippolito (2012, p. 42) defende que o partido era denominado por uns como de centro e por outros como de centro-esquerda. No decorrer da história do partido durante a República Democrática, além dos indivíduos tradicionais ligados ao setor rural, existiram também lideranças reformistas: políticos mais jovens que atendiam às demandas das camadas urbanas (HIPPOLITO, 2012, p.56).

Para Oliveira (1981, p. 112) os representantes do PSD como Amaral Peixoto, por exemplo, defendiam que o partido era de cunho mais popular no início, mas com o tempo acabou perdendo o seu caráter popular. Em síntese, porém, no interior desta última interpretação, o PSD era um partido de classe média, que se utilizava de termos como “interesse da nação” ou “interesse do povo”. Em outras palavras, usava termos abstratos que poderiam angariar mais adeptos ao seu programa.

O que não há discordância, haja vista que é baseado em dados eleitorais brutos, é em relação ao sucesso eleitoral do PSD entre 1945 e 1964. Isso pode significar um resultado do fato dos pessedistas estarem familiarizados com a vida pública e com os canais de ligação com as diferentes esferas do governo e do poder (OLIVEIRA, 1981, p. 110), mas também com o que Hippolito chamou de *Manual de Bom Pessedista* (2012 p. 50-54). Esse conceito elaborado pela cientista política foi baseado em depoimentos dos partidários do PSD entre 1945 e 1964. Em linhas gerais, a conclusão que chegou é que no imaginário desses políticos: 1) o bom pessedista deveria ter um bom número de votos, tanto na área urbana ou rural; 2) o PSD era um partido de centro, portanto, aberto às ideias que viessem de fora, tanto de esquerda, quanto de direita; 3) os pessedistas deveriam ter habilidade na conciliação e na moderação; 4) a conciliação e a moderação não deveriam tirar a firmeza na decisão e na execução; 5) pessedistas

deveriam estar familiarizados com a socialização política; 6) por último, eles deveriam possuir depois de conquistarem os postos, a competência administrativa. O que se vê, portanto, é que PSD conquistou a presidência da República duas vezes (Eurico Gaspar Dutra nas eleições de 1945 e Juscelino Kubitschek em 1955), além de sempre ser vitorioso em relação ao número de cadeiras na Câmara Federal e nos ministérios do período.

No Rio Grande do Sul, o partido também iniciou a sua organização a partir da máquina administrativa estadual e municipal:

A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem estadual, o que facilitou a estruturação do partido (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

Entre as principais lideranças pessedistas, na fase inicial de estruturação partidária, destacaram-se Protásio Vargas – irmão de Getúlio –, o interventor Ernesto Dornelles, Walter Jobim – que fora Secretário Estadual de Obras durante um significativo período no Estado Novo – e Oscar Carneiro da Fontoura. Diferente de outros estados, o PSD no Rio Grande do Sul foi organizado pelo Secretário Estadual do Interior Cylon Rosa e não pelo interventor Ernesto Dornelles. Cylon Rosa e José Diogo Brochado da Rocha (representante do Partido Republicano Riograndense) participaram das articulações em âmbito federal no Rio de Janeiro, além da articulação da legenda no Rio Grande do Sul (COSTA, 1983, p. 15).

No mês de junho foi formada a comissão diretora do PSD sul-rio-grandense composta por: Protásio Vargas – na presidência –, Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Cylon Rosa, Oscar Fontoura, Osvaldo Vergara e José Coelho de Souza. A comissão pessedista congregou, em sua composição, a confluência de três diferentes origens partidária anteriores ao Estado Novo: José Diogo e Osvaldo Vergara, provêm do Partido Republicano Rio-Grandense. Protásio Vargas, José Coelho de Souza e Cylon Rosa pertenciam à dissidência de abril de 1937 do Partido Republicano Liberal. Jobim e Oscar Fontoura provieram do Partido Libertador (COSTA, 1983, p. 19).

Após ter sido formada a comissão diretora estadual pessedista, o partido já contava com aproximadamente dez diretórios municipais distribuídos por diversas zonas do estado. O PSD tornava-se o partido com maior organização no período. Em março, o nome de Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial já havia lançado pelo interventor do estado de Minas Gerais, Benedito Valadares. Em julho, o PSD realizou em Porto Alegre a primeira convenção estadual do partido, onde lançou, oficialmente, a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual.

Nesta convenção começa a se delinear [...] o primeiro esboço de um conflito que afetaria profundamente o futuro do PSD gaúcho: o choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo “populista” do outro. A expressão máxima destes últimos era José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação de ferroviários gaúchos. Na primeira convenção estadual do PSD, José Diogo enfrentou e desafiou os próceres pessedistas tradicionais com um estilo político distinto, caracterizado por um apelo à mobilização de massas impregnado de uma tônica social-reformadora e antielitista. No choque entre estes estilos de liderança, Protásio Vargas manteve-se prudentemente equidistante. O conflito prenunciava, no entanto, uma fissura política de sérias conseqüências na história subsequente do PSD gaúcho, que se manifestariam já a partir de 1946. Mas o resultado mais imediato do conflito na convenção de julho de 1945 foi a criação da chamada ala trabalhista do PSD, germe, na verdade, da futura articulação do Partido Trabalhista Brasileiro [...] (BODEA, 1992, p. 19).

Bodea (1992, p. 21-29) analisou o processo de cisão ocorrido no seio do PSD. Inicialmente o cisma pessedista realizou-se devido ao envolvimento da “Ala Trabalhista do PSD” no “movimento queremista”¹¹ em contraposição ao apoio da cúpula do partido à candidatura Dutra. Ainda em 1945, José Vechhio – presidente do Sindicato da Carris de Porto Alegre – e Sílvio Sanson – da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira – desligam-se do PSD – e com o aval de Vargas – articulam a fundação do PTB no Estado. Posteriormente, José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha – principais lideranças da “ala trabalhista do PSD” – também deixam o partido. Em 1946, Vargas¹² convence Loureiro a sair do PSD e ingressar no PTB. Enquanto isso, durante o ano de 1946 a relação conflitiva de José Diogo com o interventor Cylon Rosa e as lideranças do partido – em razão do apoio do parlamentar as reivindicações da greve geral dos ferroviários e de suas críticas às intransigências da interventoria estadual – culminou com a sua saída dos quadros pessedistas e o ingresso no PTB, ou seja, às vésperas das eleições estaduais de 1947. A desgetulização do partido, segundo esta interpretação, só estaria completa com a formação do PSDA em 1950.

A formação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA)

¹¹“O queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta [...] O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores o PTB [...] Resgatando crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com eles, o queremismo mobilizou-se como classe social, com consciência de sua identidade coletiva” (FERREIRA, 2003, p. 43-44).

¹² Em 1946/1947, Getúlio Vargas apoiou a candidatura Pasqualini (PTB) ao governo estadual sul-rio-grandense afastando-se de Walter Jobim (PSD). De acordo com Cánepa (2005, p. 127-129), em 1948, Vargas assume a Presidência do PTB em nível nacional, retirando-se oficialmente do PSD.

As eleições de 1950 foram as únicas concomitantes para governador do Estado e Presidência da República em todo o período democrático no Rio Grande do Sul.¹³ Já a partir de 1948 o presidente Dutra procurou articular um Acordo Interpartidário vislumbrando a sucessão presidencial em 1950.¹⁴ Segundo Oliveira (2008, p. 196-197) no que diz respeito à formação de alianças parlamentares podem formar-se grandes acordos interpartidários, que compreendem as maiorias governamentais no Congresso, bem como as alianças formadas simplesmente para votar determinadas matérias. Todavia, os grandes acordos de cunho interpartidário gerenciados pelo governo federal, em sua maioria, desconsideram as singularidades partidárias regionais e comprometem sua efetivação.

No Rio Grande do Sul, a partir de junho de 1949, o governador do Estado, propõe que a escolha para a sucessão presidencial se faça por meio de ampla consulta aos partidos políticos, com a presença, inclusive de Getúlio Vargas¹⁵. Mesmo com a ampla consulta, o candidato natural, haja vista sua posição como vice-presidente da República e presidente do PSD, era o catarinense Nereu Ramos (HIPOLITO, 2012, p. 100). Essa proposição, conhecida como “Fórmula Jobim”, seria debatida amplamente nos meios políticos. Para Costa (1983, p. 112) a atitude do governador Walter Jobim demonstra a existência de um vínculo entre o PSD e Vargas conclamando-o para o debate sucessório, assim como evidencia um descontentamento – de alguns pessedistas – em relação ao presidente Dutra.

Conforme Oliveira (2008, p. 203-204) em contraposição a “Fórmula Jobim” surgiu no plano nacional – informalmente – a “Fórmula Mineira”, ou seja, restringindo o Acordo Interpartidário somente a consulta do PSD, UDN e PR, prevendo ainda que o eventual candidato deveria ser mineiro, pessedista e obter a aprovação de Dutra. Desse modo, no âmbito estadual ocorreu uma cisão no PSD: de um lado, a “ala trabalhista” (Oscar Carneiro da Fontoura, Gabriel Obino, Protásio Vargas, Francisco Brochado da Rocha, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo) apoiando a “Fórmula Jobim” e, de outro, a “ala dutrista”¹⁶ (Cândido Machado

¹³ Conforme Cánepa (2005, p. 124) “[...] A coincidência dos dois níveis emprestará um caráter extremamente particular a esta eleição no que diz respeito à articulação regional/nacional dos partidos [...] a presença de Vargas como candidato à Presidência da República, nas eleições brasileiras de 50, determinará, por certo, uma ‘sobredeterminação’ da conjuntura nacional sobre às clivagens regionais com efeitos em todo o território nacional [...]”.

¹⁴ Sobre uma análise detalhada das alianças eleitorais, ver: Souza (1983) e Cánepa (2005).

¹⁵ Para Costa (1983, p. 113-114) Getúlio Vargas e Salgado Filho (então Vice-Presidente em exercício do PTB) são consultados pelos pessedistas. Ambos aceitam tratar sobre o problema sucessório, mas defendem que a escolha de um nome para candidato deveria ser feita após a formulação de um programa a ser aprovado pelos órgãos máximos partidários, diretórios ou convenções. Conforme a interpretação de Bodea (1992, p. 61) “[...] Vargas procurava ganhar tempo e evitar o lançamento de um candidato do PSD, impedindo que se consolidasse, previamente, algum nome ou, talvez, na remota esperança de recompor a aliança PTB-PSD em torno do seu próprio nome”.

¹⁶ Segundo Costa (1983, p. 116) ainda em 1949 “[...] Nos primeiros dias de dezembro, a candidatura de Cylon Rosa para governador do Rio Grande do Sul é lançada extraoficialmente; a ala dutrista do PSD não só vencerá

Carrion, Miguel Lopes de Almeida, Osvaldo Vergara e Paim Filho) defendendo a “Fórmula Mineira”.

Segundo Hippolito (2012, p. 100), em novembro de 1949 a “Fórmula Mineira” substituiu a “Fórmula Jobim”. Entre os possíveis políticos mineiros que poderiam ser candidatos, estavam os nomes de Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Bias Fortes (preferido por Dutra) e Carlos Luz. A questão da sucessão presidencial se intensificou em 1950, isto é, o ano eleitoral. No plano nacional, o PSD ainda procurou entendimentos com a UDN e o PTB. Contudo, a UDN lança, nacionalmente, pela segunda vez, a candidatura Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e o PTB, por sua vez, indica o nome de Getúlio Vargas. Destarte, no dia 15 de maio de 1950 o PSD nacional, na pessoa de Cirilo Junior¹⁷, lançou finalmente a candidatura de Cristiano Machado – sendo indicada por Cylon Rosa e previamente aprovada pelo presidente Dutra – em detrimento do interesse de muitos pessedistas – entre eles o governador Walter Jobim – que apoiava à candidatura Nereu Ramos. A ideia inicial era que Cristiano Machado procurasse Getúlio Vargas e lhe oferecesse a vice-presidência. Porém, com o receio de por em risco o apoio do presidente Dutra, o candidato pessedista optou por não procurar Vargas (OLIVEIRA, 2008, p. 85).

De acordo com Oliveira (2008, p. 209) o lançamento da candidatura Cristiano Machado a presidência pelo PSD não foi unânime na seção sul-rio-grandense do partido. A respectiva candidatura contou somente com o apoio da “ala dutrista”. Além disso, a “ala getulista” tentou articular a candidatura Ernesto Dornelles ao governo estadual. Mas, a “ala dutrista” – que formava a maioria na direção partidária no Estado – efetivou a candidatura de Cylon Rosa na Convenção Estadual no mês de maio de 1950.

Segundo Costa (1983, p. 120),

No PSD rio-grandense há um grupo que reage contra a interferência do Presidente da República na escolha do candidato pelo partido, grupo este que, denominando-se autonomista, por defender a autonomia partidária, se propõe formar um novo partido – Partido Social Democrático Autonomista, PSDA -, que seria uma espécie de sublegenda do PSD, pois defenderia o mesmo programa acrescido de princípios rígidos de autonomia partidária e que poderia extinguir-se no momento em que houvesse acordo, em âmbito federal e estadual, entre os dirigentes das duas organizações. Formado o PSDA, nele ingressam, entre outros, Bittencourt de Azambuja, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Gabriel Obino e Ernesto Dornelles.

quanto à fórmula política a ser adotada pelo partido para a sucessão presidencial como, aproveitando esse fortalecimento de poder, incrementara-o dando mais um passo e vencendo, também, a próxima etapa: lançando a candidatura ao governo do Estado de um integrante desta”.

¹⁷ Cirilo Júnior era o presidente em exercício do PSD nacional naquele momento. Depois de não ser indicado para o pleito presidencial, Nereu Ramos saiu da presidência do PSD, pois foi isolado pelo partido e pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (HIPPOLITO, 2012, p.101).

Oliveira (2008, p. 207-210) traz mais detalhes sobre a formação do PSDA. Diante da falta de alternativas em face do lançamento das candidaturas de Cristiano Machado e Cylon Rosa, em maio de 1950, João Neves da Fontoura¹⁸ chega ao Rio Grande do Sul com o manifesto do programa autonomista,¹⁹ lançando-o na Câmara Federal. O partido autonomista seria coordenado por Francisco Brochado da Rocha, Glicério Alves e Ernesto Dornelles. João Neves da Fontoura, por sua vez, aceitou o papel de presidente do Comitê Nacional da Campanha de Getúlio Vargas, escrevendo, inclusive, seus discursos. Nesse aspecto, cabe ressaltar um dos pontos nevrálgicos do artigo: O PSDA é uma legenda partidária? A bibliografia consultada ainda não permite uma interpretação mais clara acerca dessa questão.

O PSDA, tendo como liderança Ernesto Dornelles, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência e comprometeu-se com o apoio ao candidato do PTB em relação ao governo do Estado. Com a morte do candidato petebista Salgado Filho, o líder dos autonomistas – indicado por Vargas – em detrimento dos interesses de lideranças do PTB – José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva – concorreu ao Piratini pela legenda trabalhista e com o apoio do PSP, sendo eleito com 45,85% dos votos. O pessedista Cylon Rosa (PSD/UDN/PRP) ficou em segundo lugar com 39,47%, seguido de Edgar Schneider (PL) com 11,23% e Mendonça Lima (PSB) que obteve 0,11% dos votos (CÁNEPA, 2005, p. 152).

Segundo a interpretação clássica e mais citada entre os pesquisadores da experiência democrática no Rio Grande do Sul, isto é, a de Miguel Bodea (1992), o surgimento do PSDA completou o processo de “desgetulização” do PSD sul-rio-grandense.²⁰ Desse modo, outro ponto que permeia o presente trabalho consiste na verificação dessa premissa. Como já vimos anteriormente, o afastamento desses membros do partido está na sua origem – desde o ano de 1945 – com a denominada “ala trabalhista”. No ano subsequente José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha deixaram os quadros pessedistas e ingressaram no PTB. Enfim, os meandros do Acordo Interpartidário e o conseqüente conflito entre pessedistas “dutristas” e “getulistas” resultaram na criação PSDA.

¹⁸ Em 1953, João Neves da Fontoura – antigo líder do PSDA – saiu do Ministério das Relações Exteriores do governo Vargas. A partir de então, rompeu relações com o presidente da República e buscou consolidar o PSD sul-rio-grandense na âmbito nacional como oposição ao governo federal. No início do ano subsequente, ele foi um dos responsáveis pela indicação de Ildo Meneghetti, pois o prefeito de Porto Alegre era reconhecidamente um opositor do governo estadual e federal (OLIVEIRA, 2008, p. 226-227).

¹⁹ O acesso e, conseqüentemente, a análise dos documentos – como, por exemplo, o Manifesto apresentado por João Neves da Fontoura – serão importantes para analisar – na perspectiva comparada – as diferenças e semelhanças em relação aos documentos produzidos pelo PSD.

²⁰ Sobre as implicações desse processo na configuração do PSD sul-rio-grandense destacam-se: a) a precoce “udenização” do partido; b) a estruturação de um diretório dissidente com acentuado perfil oposicionista em relação ao Governo Vargas (1951-1954). Ver, Xausa e Ferraz (1968) e Oliveira (2008), respectivamente.

Os autonomistas e as eleições de 1954 para o governo estadual sul-rio-grandense

Diferente da posição do diretório nacional do PSD – de apoio ao governo Vargas – a bancada federal pessedista sul-rio-grandense declarou independência política. Esse grupo era vinculado ao “grupo ortodoxo do PSD gaúcho”, que procurou fortalecer dentro da agremiação uma base oposicionista ao governo federal e estadual (ambos petebistas). Em contrapartida a “velha guarda” do partido, o PSDA apoiou tanto Getúlio Vargas como Ernesto Dornelles. A escolha de Ildo Meneghetti para a presidência da seção estadual do partido, assim como sua declaração formal de oposição ao governo federal e estadual, causaram desavenças internas (OLIVEIRA, 2008, p. 215-216).

A partir da oposição formal da direção do PSD do Rio Grande do Sul no âmbito local e nacional, a bancada federal pessedista sul-rio-grandense posicionou-se oficialmente como oposição ao governo Vargas. A bancada da Assembleia Legislativa – formada em sua maioria por parlamentares vinculados ao “grupo ortodoxo” – também optou pela oposição. Na tentativa de não destoar da orientação partidária nacional, de coligação com o PTB, alguns parlamentares locais e membros da direção estadual, vinculados ao PSDA, propuseram uma postura de centro. Não obstante, a bancada estadual permaneceu intransigentemente na oposição e a direção do partido – contrária ao governo petebista – proibiu os diretórios locais de realizarem alianças com o PTB na eleição para prefeitos municipais no ano de 1951 (OLIVEIRA, 2008, p. 216-217).

Apesar da proibição de coligação, lideranças petebistas – entre elas João Goulart – tentaram uma aproximação entre os partidos. O próprio Jango entrou em contato com Protásio Vargas numa tentativa de articular um acordo – sem sucesso – entre PTB e PSD. Apesar dos dirigentes pessedistas, muitos diretórios municipais do PSD, alinhados aos autonomistas, não seguiram a orientação da Comissão Executiva da agremiação e lançaram seus candidatos a prefeitos em conjunto com os petebistas. O presidente do PSDA, Vítor Loureiro Issler, convocou os correligionários a votarem nos candidatos a prefeito registrados pelo PTB. Encerrado o processo eleitoral, o PTB – com a adesão do PSDA – conquistou 40% das prefeituras, enquanto o PSD – coligado com outros partidos – elegeu seus prefeitos em 43% dos municípios do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2008, p. 218-219).

Desse modo, são revelados alguns indícios sobre algumas das principais questões do artigo: a pesquisa de Oliveira (2008) demonstra que os diretórios municipais pessedistas – alinhados aos autonomistas – não seguiram a orientação da Comissão Executiva do partido,

sendo assim, o PSDA parece estar vinculado ao PSD. Além disso, nas eleições de 1951, havia uma aproximação entre autonomistas – supostamente pertencentes aos quadros do PSD – e trabalhistas, isto é, problematizando a interpretação de Bodea (1992) concernente ao processo de “desgetulização” ainda no ano anterior.

Já em 1954, no que diz respeito ao encaminhamento da candidatura do petebista Alberto Pasqualini para sucessão ao governo estadual, os trabalhistas procuraram Vítor Issler – presidente da ala dissidente do PSD sul-rio-grandense – para entendimentos políticos, o líder autonomista comprometeu-se a se reunir com seus correligionários para apreciar o assunto, assim como desde já garantiu o seu apoio pessoal.²¹

Posteriormente, na Convenção Estadual do PSDA, convocada para escolher os candidatos dissidentes do PSD na próxima eleição, decidiram os autonomistas, por unanimidade, dar integral apoio à candidatura Pasqualini (PTB). Além disso, Vítor Issler foi indicado como candidato a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, foram indicados, pelo PSDA: “José Carlos Pereira, Lindolfo Humes, José Torres, Arami Silva e Belmiro Terra”. Esses nomes foram incluídos na chapa dos candidatos trabalhistas.²² Participaram da convenção autonomista representantes de 47 municípios, sendo ela presidida pelo governador Ernesto Dornelles, bem como contou com a presença de Aníbal Di Primo Beck (presidente da Comissão Executiva do PTB).²³

Os autonomistas participaram efetivamente da campanha Pasqualini ao governo estadual. No Palácio do Catete, em visita a Getúlio Vargas, lideranças trabalhistas – Alberto Pasqualini, João Goulart, Loureiro da Silva e Leocádio Antunes, o último secretário da campanha de Pasqualini –, acompanhados pelo autonomista Vítor Issler, deram conhecimento ao presidente da República do programa de governo petebista para o Rio Grande do Sul.²⁴

O PSD solicitou impugnação dos candidatos autonomistas junto ao Tribunal Regional Eleitoral, fundamentado no fato que eles não eram filiados ao PTB.²⁵ Gabriel Obino – então secretário-geral do PSDA e, posteriormente, Secretário Geral do Estado na gestão Dornelles – sublinhou que os candidatos da dissidência petebista foram regularmente registrados no PTB, ou seja, apesar de o estatuto trabalhista exigir elementos filiados ao partido para concorrer na agremiação, às candidaturas do PSDA foram sufragadas em Convenção Estadual. Preocupou-

²¹ *Correio do Povo*, 6 de junho de 1954, p. 48; *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1954, p. 7 e 16.

²² Vítor Loureiro Issler se elegeu deputado federal pelo PTB e Olintho Aramy Silva foi eleito deputado estadual pela mesma agremiação política (faleceu em 28/08/1955).

²³ *Correio do Povo*, 19 de junho de 1954, p. 2.

²⁴ *Correio do Povo*, 18 de julho de 1954, p. 44.

²⁵ “O Tribunal Regional Eleitoral concedeu registro aos candidatos do PSD incluídos na chapa trabalhista, em decisão tomada por seis votos contra nenhum”. *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 4.

se, outrossim, em acusar o PSD estadual de suposto desrespeito ao estatuto do partido²⁶ por fazer oposição ao governo Vargas.²⁷ Ainda sobre esse aspecto, o deputado Theobaldo Neumann (PTB) – defendendo Vítor Issler na Assembleia Legislativa – assim discursou: “[...] Êle é mais PSD do que VV. Exas. porque acompanha a orientação do PSD nacional, ao passo que VV. Exas. são discordantes [...] VV. Exas. deveriam até ser expulsos do PSD”.²⁸

Diante dessa análise, onde tomamos como exemplo a atuação do PSDA em 1954, faz-se necessário retomar algumas questões levantadas no decorrer do trabalho: 1) O PSDA era um partido? Não. Em primeiro lugar, porque tanto o Código Eleitoral de 1945, quanto o de 1950, exigiam número mínimo de eleitores divididos em cinco estados diferentes.²⁹ Partidos menores como PL, PSP e PR, mesmo que com maior atuação no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Minas Gerais, respectivamente, precisaram cumprir com a lei vigente no momento de inscrição do partido. Não se verificou na historiografia o PSDA em outros estados, portanto, parte-se do pressuposto que era exclusividade do contexto político-partidário sul-rio-grandense. Ademais, compreendemos os autonomistas como fazendo parte de uma ala dissidente do PSD; 2) Em 1950, com o surgimento do PSDA, ocorreu a “desgetulização” do PSD? A resposta também é negativa, ou seja, discordamos da análise de Bodea.³⁰ Os autonomistas constituíram uma ala minoritária dentro do partido e alguns componentes mantinham vínculos com o getulismo:³¹ manter o partido alinhado ao projeto nacional varguista e a figura de Vargas. Em 1951, procuraram fazer alianças com o PTB a despeito da proibição da Comissão Executiva Pessedista. Em 1954, diferentemente da atitude do PSD estadual, os autonomistas defenderam os governos de Vargas e Dornelles. Além disso, apoiaram Pasqualini (PTB) nas eleições para o governo estadual e concorreram pela chapa trabalhista ao legislativo estadual e federal;

E, por fim: 3) Qual era o motivo quanto à permanência dos autonomistas no PSD? Há uma dissidência dentro da dissidência. A ala autonomista representava, em grande medida, as

²⁶ Conforme o “Estatuto do Partido Social Democrático”, a “Convenção Estadual” e a “Comissão Executiva”, “gozam de plena autonomia para decidir as questões de interesse político do Estado, vedada intervenção de quaisquer outros órgãos do partido”. Não obstante, o “Conselho Nacional” deve “exercer função deliberativa em todos os assuntos de interesse partidário, no âmbito nacional” e a “Comissão Diretora” – “supremo órgão executivo do partido” – tem como prerrogativa para “tomar as providências necessárias para fiel execução do programa e estatutos do Partido”. Logo, o partido poderá excluir os membros que se tornarem culpados de: “a) infração de dispositivo estatutário; b) desobediência a suas deliberações”. Disponível em: <http://tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979> Acesso em: 18 de junho de 2018.

²⁷ *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1954, p. 2.

²⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 74ª sessão, em 6 de agosto de 1954, p. 98.

²⁹ O código eleitoral de 1945 previa o número mínimo de 10.000 eleitores, enquanto o de 1950 aumentava para 50.000 eleitores.

³⁰ Ver, Bodea (1992, p. 30).

³¹ O getulismo constitui-se em uma força política fundada na legitimidade e no poder pessoal de Getúlio Vargas. Logo, excedia o próprio trabalhismo (GOMES, 2007, p. 66).

diretrizes do diretório nacional: o apoio ao governo Vargas e as alianças políticas com o PTB. Entretanto, foram derrotados internamente, pois os pessedistas “ortodoxos” notabilizaram-se como um diretório dissidente, ou seja, oposicionista ao governo Vargas e intransigente quanto às alianças políticas com os petebistas. Parte-se do pressuposto de que os autonomistas não eram expulsos, pois o diretório estadual pessedista “descumpria” o estatuto do partido no âmbito nacional. Desta maneira, o PSDA estava alinhado ao PSD nacional e, conseqüentemente, detinha uma espécie de “proteção estatutária” sobre uma eventual represália da seção estadual do partido.³²

Considerações finais

Este trabalho é uma pesquisa inicial e apenas apresentou elementos introdutórios para o estudo da atuação do PSDA. Nossas considerações nasceram de anotações e discussões em torno das pesquisas desenvolvidas no programa de pós-graduação em História da Unisinos. O presente artigo se limitou a trazer provocações sobre um tema sempre citado nos trabalhos acadêmicos, mas com limitada reflexão em torno dele. Não obstante, os seus resultados, ainda que parciais, abordam elementos inauditos corroborando sobre a compreensão da atuação dos autonomistas nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul em 1954.

A partir desta análise, foi possível verificar que no contexto das eleições estaduais de 1954, o PSDA apoiou o candidato trabalhista Alberto Pasqualini – para o governo estadual – em detrimento do pessedista Ildo Meneghetti, da Frente Democrática (PSD/UDN/PL). Ademais, os candidatos autonomistas à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa tiveram os seus nomes inclusos na chapa do PTB.

Observa-se que nas reuniões do PSDA estiveram presentes lideranças petebistas. Nesse último aspecto – de integração entre autonomistas e trabalhistas – destaca-se a participação efetiva de Vítor Loureiro Issler – presidente do PSDA – junto as principais lideranças do PTB

³² Sobre essa questão, ressalta-se que havia possibilidade de intervenção do diretório nacional do PSD nos diretórios dissidentes, como de fato, ocorreu posteriormente na seção sul-rio-grandense. “Em fevereiro de 1955, iniciadas as articulações para a apresentação de candidatos às eleições presidenciais marcadas para o mês de outubro, Juscelino Kubitschek teve sua candidatura homologada pela convenção nacional do PSD. A escolha de Juscelino encontrou, contudo, sérias restrições por parte do PSD de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, onde se formaram grupos dissidentes que passaram a buscar junto a outras agremiações uma candidatura alternativa. Após sucessivas negociações, essas dissidências aliaram-se à UDN em apoio ao nome de Juarez Távora, aprovado na convenção do partido realizada no dia 10 de julho e na qual tomaram parte líderes do PSD gaúcho e pernambucano. Em represália, a direção nacional do PSD decretou em 15 de julho a intervenção no diretório regional de Pernambuco, o mesmo ocorrendo no dia seguinte com o diretório gaúcho [...]”. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 (Verbete Ildo Meneghetti). In: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

– inclusive do próprio presidente Getúlio Vargas – no que diz respeito à candidatura Pasqualini ao governo estadual. Enquanto isso, os membros do “PSD ortodoxo” do Rio Grande do Sul faziam oposição ao governo federal e estadual (Getúlio e Dornelles, respectivamente).

Dessa forma, a aliança entre autonomistas e trabalhistas gerou conflitos no seio do PSD. De um lado, a atuação de Gabriel Obino – secretário do PSDA – na imprensa escrita, defendendo-se das acusações dos “pessedistas ortodoxos” e, ao mesmo tempo, acusando o PSD sul-rio-grandense de não cumprir com o estatuto nacional do partido, isto é, as seções regionais deveriam seguir as orientações da seção nacional. De outro, a atuação parlamentar trabalhista em defesa dos autonomistas em relação às questões internas do PSD. Em outras palavras, o diretório nacional estava alinhado ao presidente Vargas, ao contrário do diretório regional que no momento era oposição ao trabalhismo.

Em última análise, o PSDA não era um partido político, mas uma dissidência do PSD com atuação efetiva: aproximando-se de Vargas e alinhando-se politicamente ao PTB no Rio Grande do Sul. Portanto, o processo de “desgetulização” deste partido não finalizou em 1950, como classicamente se interpretou. Tanto em 1951 como em 1954 não houve a expulsão dos autonomistas do partido, pois o próprio PSD sul-rio-grandense representava uma dissidência em relação ao diretório nacional. Em nossa interpretação, o PSDA era caudatário do PSD nacional e, conseqüentemente, encontrava-se tutelado acerca de uma eventual represália da seção estadual pessedista. Faz-se necessário aprofundar as fontes utilizadas, assim como procurar outras para fins de ampliação da pesquisa: é importante averiguar as correspondências entre membros do PSDA com o diretório nacional pessedista, entre o PSD ortodoxo com os autonomistas, assim como destes com as lideranças trabalhistas.

Jornais:

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 6 de junho de 1954, p. 48.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 19 de junho de 1954, p. 2.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 18 de julho de 1954, p. 44.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 17 de setembro de 1954, p. 2.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre: 6 de junho de 1954, p. 7 e 16.

Anais:

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. 74ª sessão, em 6 de agosto de 1954, p. 98.

Referências:

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. (Verbetes Ildo Meneghetti). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca da cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Dissertação (Mestrado), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIUFGRS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. Democracia: aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 516-543

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: EDIUFGRS, 2005.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

COSTA, Maria Amélia Soares Dias Da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

CRUZ, João Batista Carvalho. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

ESTATUTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Disponível em: <http://tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979> Acesso em: 18 de junho de 2018.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Omega, 1974.

GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. Dissertação (Mestrado), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2008.

GERTZ, René Ernani. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos [et al.]. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-82

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200. p. 35-50

HEINZ, Flávio (Org.). *O Parlamento em Tempos Interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD na experiência democrática brasileira (1945-1964)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº. 2, 2015, p. 371-400.

NUNES, Edson. *A gramática do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. “*O preço da liberdade é a eterna vigilância*”: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2001.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981. v. 1.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. *Protesto Operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *RBEF*, Belo Horizonte, n. 23/24, Jul/67 – Jan/68.



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Democracia em perspectiva: as representações no *Correio da Manhã* sobre as eleições gerais de 1958

Letícia Sabina Wermeier Krilow¹

Resumo: Objetiva-se analisar as representações do *Correio da Manhã* sobre as eleições gerais de 1958, a partir dos textos não assinados encontrados em sua “página de opinião”. Tal proposta se justifica ao se considerar a escassez de pesquisas sobre o pensamento político da imprensa brasileira, tendo em vista que as pesquisas sobre a relação imprensa e política no período priorizam avaliar o posicionamento dos jornais frente a partidos e governos específicos, geralmente considerando a imprensa um espaço subordinado. Dessa forma, partindo do programa de pesquisa aberto pela “história do pensamento político” em sua vertente alemã, desenvolvida por Reinhart Koselleck, a presente análise mostra-se extremamente útil para compreender a percepção do periódico sobre os partidos políticos brasileiros, a política nacional e o sistema eleitoral. Questões que permitem identificar qual a percepção do jornal sobre o regime democrático vigente no Brasil, e, qual o conceito de *democracia* e *partido* expressos pelo periódico a partir de uma linha que busca problematizar a relação imprensa e política.

Palavras-chaves: Correio da Manhã; Democracia; Pensamento político; Eleições.

Abstract: To analyze the representations in the *Correio da Manhã* about the general elections of 1958, from the unsigned texts found in its "opinion page". This proposal is justified when we consider the lack of research on the political thinking of the Brazilian press, considering that the research on the press and political relationship in the period in question prioritize to evaluate the position of the newspapers in front of specific parties and governments, generally considering the press a subordinate space. Starting from the research program opened by Reinhart Koselleck's "History of Political Thought", the present analysis is extremely useful for understanding the newspapers' perception of Brazilian political parties, national policy, the electoral system. Finally, on the basis of all these questions, we want to understand the newspaper's perception of the current democratic regime in Brazil, and what is the concept of democracy and party identified in this press, this, starting from a line that seeks to problematize the press and political relationship.

Keywords: Correio da Manhã; Democracy; Political thinking; Elections.

Introdução

A presente pesquisa objetiva analisar as representações² do *Correio da Manhã* sobre as eleições gerais de 1958, a partir dos textos não assinados encontrados em sua “página de

¹ Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista Capes. Orientada pelo Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

² No sentido utilizado por Roger Chartier, segundo o qual as representações sociais são formas de construção discursivas do social e que também funcionam como formas de valoração e, com isso, de hierarquização do mundo, assim, contribuem para a sua existência real. Em decorrência dessa função de organização social, a

opinião”. Considerando as expressivas intervenções na política da chamada “grande imprensa”³ brasileira, especialmente na década de 1950⁴ e, logo depois, no Golpe de 1964⁵, há a necessidade de estudos que investiguem as ideias políticas presentes em suas páginas. Haja vista que, normalmente, os jornais brasileiros do período são tratados como meros reprodutores de discursos produzidos em outras áreas – como política, filosofia, sociologia -, e, as pesquisas sobre o tema mais se preocupam em verificar os seus posicionamentos políticos diante de partidos e governo, geralmente considerando o universo jornalístico como subordinado ao político, ou como simples “meio” através do qual os demais grupos sociais articulam suas disputas pelo poder (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1996)⁶.

Dessa forma, neste trabalho busca-se construir uma argumentação que parta de uma perspectiva que conceba a relação imprensa e política de forma mais dinâmica, que pensa na existência de uma relativa autonomia das produções simbólicas/culturais, nas quais encontra-se a imprensa⁷. Proposta que visa apontar uma alternativa às explicações pautadas na concepção de que a imprensa seria apenas “porta-voz” da classe política e economicamente dominante, ou, simplesmente como “meio” ou “canal” por onde outras instituições sociais, grupos e indivíduos “fazem seus jogos e tecem suas teias de poder e interação social” (RIBEIRO, 2004, p. 12)⁸.

Nesse sentido, acabamos por trabalhar com dois temas - história do pensamento político e a relação entre imprensa e política - que enriquecem e geram ferrenhas disputas nos debates historiográficos, mas também, possibilitam um profícuo diálogo interdisciplinar.

História dos conceitos e Imprensa

elaboração das representações ocorre em uma situação de conflito, ou seja, mediante uma verdadeira disputa entre os grupos e entre os profissionais especializados na produção de bens simbólicos (CHARTIER, 2002, p. 09-10).

³ Considera-se “grande imprensa”, os “títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2008, p. 1). No caso desta pesquisa, para um periódico ser considerado pertencente à “grande imprensa”, é preciso que possua uma tiragem superior a 40 mil exemplares/dia, no período estudado, que possua regularidade e continuidade em suas edições, que seja estruturado administrativamente, com divisão do trabalho no interior das redações, além da utilização de técnicas industriais na produção dos periódicos.

⁴ Em relação à preocupação com a ação política da imprensa na década de 1950, especialmente no fim do Segundo Governo Vargas, podemos citar, dentre outros trabalhos: ABREU; LATTMAN-WELTMAN (1994), SILVA (1978), SODRÉ (2011) e FERREIRA (2004).

⁵ Sobre a atuação da imprensa no período pré-golpe de 1964 ver, especialmente, SILVA (2017).

⁶ No caso brasileiro, a ênfase na condição da imprensa como instrumento político pode ser exemplificada pelos trabalhos de SODRÉ (2011), GOLDENSTEIN (1987), RIBEIRO (2002) e, por fim, é a base da argumentação de LAURENZA (1998).

⁷BOURDIEU (1996), (1990).

⁸ Perspectivas encontradas, entre outros, em BARBOSA (2007), RIBEIRO (2004), MARTINS (2016), KRILOW (2018).

Uma importante vertente do fazer história do pensamento político é a história dos conceitos formulada por Reinhart Koselleck. Essa proposta parte de duas críticas fundamentais: a primeira, refere-se à baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado e, por consequência, ao anacronismo daí resultante. Já, a segunda crítica é voltada para a essencialidade das ideias, isto é, para as interpretações que concebem as ideias como constantes e imutáveis, está última, caracterizando a direção contextualista de caráter sincrônico (JASMIN, 2005, p. 31).

Mas Koselleck também avança em outra direção, isto é, no caráter diacrônico, pois sua abordagem “está interessada nos modos pelos quais as gerações e os intérpretes posteriormente leram, alterando os seus significados”, dessas proposições políticas do passado (JASMIN, 2005, p. 32). Por isso, para Koselleck, os conceitos são históricos, sofrendo as ações do tempo e espaço, assim, a história dos conceitos preocupa-se com o registro de como os usos dos conceitos foram mantidos, alterados ou transformados. Tudo isso em uma relação dialógica entre o “espaço de experiência” – a história vivida – e o “horizonte de expectativa” – a história por vir (KOSELLECK, 2006, p. 142).

Neste sentido, “trata-se de pôr os conceitos políticos e sociais em relação com a continuidade ou a descontinuidade das estruturas políticas, econômicas e sociais, o que resulta em ter como tema favorito a elaboração conceitual produzida em tempos de mudança rápida” (JASMIN, 2005, p. 33). Sendo que, diferente da tradicional história das ideias que reconhece apenas as grandes obras e os grandes autores, Koselleck valoriza a elaboração conceitual encontrada em escritos tidos como “menos nobres” pela historiografia tradicional, como, por exemplo, a imprensa (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Assim, torna-se extremamente lícito analisarmos as representações sobre as eleições de 1958, no *Correio da Manhã*, uma vez que a imprensa é fonte/objeto legítimo de análise da história dos conceitos e o período em questão está inserido em uma época de grandes e rápidas transformações políticas, sociais e econômicas, momento propício para o estudo das elaborações conceituais, ainda mais na imprensa que é o lugar por excelência onde as tomadas de posição políticas são criadas/difundidas.

No contexto histórico do período pesquisado, ocorreram concomitantemente a consolidação do processo de industrialização do país (BAER, 1996, p. 73)⁹, a ampliação da população (GOMES, 2003, p. 49)¹⁰, o acelerado processo de urbanização (SANTOS, 1996;

⁹ Ver também: Thomas MERRICK (1986, p. 31); LEOPOLDI (2000).

¹⁰ Sobre a ampliação da população consultar: CANO (1989). Sobre os processos migratórios consultar: ALVES; SOUZA; RENNER (2011).

SINGER, 1973) e significativas alterações no campo político em uma época de governos democráticos (SOUSA, 1976)¹¹. Estas últimas, desencadeadas pela abertura política do pós-1945, que gerou uma significativa ampliação do direito ao voto, o que possibilitou a incorporação de grupos até então deslocados dos processos decisórios, gerando mudanças qualitativas no eleitorado, bem como nas estratégias de mobilização e captação dos votos desses novos eleitores. Fatores que interferiram na estrutura dos poderes políticos (LIMA Jr. 1981, p. 26)¹².

Processos que não passaram despercebidos pela imprensa do período, que segundo Lavina Ribeiro (2004, p. 359) já havia desenvolvido modos próprios de inserção no espaço público, “tornando-se uma instituição com critérios e procedimentos próprios de estruturação, funcionamento e manifestação pública”, situação que pode ter se consolidado com o aprofundamento das transformações no jornalismo carioca¹³, pois, ao construírem-se como intérpretes supostamente isentos e objetivos do mundo social, os jornalistas também estavam idealizando a profissão e o seu papel perante a sociedade.

Quando a autora aborda as formas de financiamento da maior parte da “grande imprensa” brasileira, ela faz importante questionamento: como compreender o fato de que o Estado, durante toda a primeira metade da década de 1950, foi um importante – se não o principal – investidor na estruturação material dos jornais (com empréstimos, isenções de taxas, facilitação na importação, subvenções etc.), e, mesmo assim, a maioria dos diários fez uma ostensiva oposição à Vargas, então presidente da República? Como proposta, Lavina Ribeiro (2004, p. 313) indica que o caminho para se buscar esta resposta está na procura de outras variáveis explicativas, além da base material para compreender esse quadro, isto é, como as disputas de poder, não só entre políticos, mas deste em relação aos jornais e dos próprios jornais entre si¹⁴.

¹¹ Importante ver LAMOUNIER; MENEGUELLO (1986).

¹² Válido consultar: FLEISCHER (1981).

¹³ A década de 1950 é concebida como o período em que ocorre a passagem do chamado “jornalismo político-literário”, pautado no modelo francês, para o “jornalismo empresarial”, baseado no modelo norte-americano de objetividade e neutralidade da notícia. Sobre este tema, consultar CHALABY (2003); ABREU; LATTMAN-WELTMAN (1996), GOLDENSTEIN (1987) e RIBEIRO (2007).

¹⁴ Lavina Ribeiro foca a sua análise no caso da ferrenha oposição de Carlos Lacerda frente a Vargas. Para buscar uma interpretação do motivo que levou Lacerda a esta posição, que fugisse de uma explicação baseada em um marxismo mecanicista, a autora destaca a própria história desse jornalista. Lacerda almejava chegar a posições superiores na hierarquia ocupacional e decisória do Estado. O que se concretizou ao se tornar deputado federal pela UDN em 1954. Com um conceito particular, de “povo” que se referia apenas aos ocupantes das mais altas camadas ocupacionais do Estado e os demais da camada imediatamente inferior, Lacerda reunia um público que era atraído pela noção restritiva de democracia. Assim, somente aqueles devidamente educados e integrados produtivamente no sistema social e na luta contra fatores desestabilizadores da qualidade destas integrações e posições” (comunismo e corrupção dentro da burocracia do Estado), poderiam participar das tomadas de

Questões consideradas por Marialva Barbosa (2007, p. 151) que, ao analisar a campanha de 1954 que culminou no suicídio de Vargas o reconheceu a imprensa “como força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas”. Em consequência, para ela, os jornais não são meros apêndices da política. Neste caso, não se pode afirmar que a política subordina o jornalismo, muito pelo contrário, Barbosa defende que, em muitas oportunidades, os jornais foram mais determinantes nos desfechos políticos do que as próprias instituições partidárias.

Neste contexto a análise das posições políticas criadas e difundidas pelo *Correio da Manhã*, mostram-se ímpares, uma vez que, desde sua fundação este periódico se constrói como um “jornal de opinião”, mas sem “vínculos partidários”, autoconstrução que lhe gerou grande reconhecimento entre os pares e perante o público. Não por acaso que constantemente tal posicionamento é retomado, como por exemplo na edição comemorativa ao seu cinquentenário, quando o discurso de Edmundo Bittencourt é retomado e lê-se: “o *Correio da Manhã* não tem, nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre”. Em suma, “um jornal que se propõe e quer deveras defender a causa do povo, não pode ser um jornal neutro; há de ser forçosamente um jornal de opinião” (CM, 15/06/1951, 1°C, p. 1).

O *Correio* foi um periódico matutino, fundado 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt e na década de 1950, era considerado um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Reconhecido como jornal de maior prestígio em função da qualidade do texto e dos profissionais de redação. Nesse sentido, utilizava uma linguagem rebuscada, muito texto e poucas imagens. Quanto à orientação doutrinária, é classificado pelo verbete do DHBB (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro) genericamente como “liberal”, mas sem que se explicita o sentido em que este conceito é usado.

Ao que tudo indica, seu público leitor na década de 1950 estava concentrando na “alta burguesia” e “classe média alta”, entretanto seu orçamento, majoritariamente provinha das verbas publicitárias e não das vendas avulsas e/ou assinaturas (RIBEIRO, 2007, p. 65). Sua tiragem diária em 1958 foi de 57 mil exemplares/dia (RIBEIRO, 2007, p. 60).

Outro elemento marcante é o posicionamento oposicionista que parece explicar a linha “participante e combativa” que Edmundo Bittencourt imprimiria ao jornal e que teria passado à direção de seu filho Paulo Bittencourt, que assumiu o *Correio* em 1929. Deve-se salientar também um razoável compromisso “legalista”, pois, mesmo apoiando as duas candidaturas à Presidência do udenista Eduardo Gomes (1945 e 1950), defendeu a posse de Vargas quando a

decisões políticas (RIBEIRO, 2004, p. 332-33). Algo que ia em sentido contrário ao movimento de abertura política que estava em processo desde 1946, assim como, em direção oposta as propostas getulistas.

UDN – e outros órgãos de imprensa, como o *Estadão* – era contra. O mesmo acontecendo nos casos de Café Filho e de João Goulart (DHBB, 2001).

Dentro deste contexto, podemos indagar: o que as representações sobre as eleições de 1958, do *Correio da Manhã*, podem nos dizer sobre a percepção em relação à democracia então vigente? O que essas representações nos informam sobre o espaço de experiência, ou se preferirmos, sobre o vivido? Ainda mais, o que nos esclarece acerca do horizonte de expectativa desse jornal, isto é, o possível por vi? Vamos a isto então.

Eleições representadas: democracia em debate

A partir da escolha de um acontecimento - eleições de 1958 – formou-se o *corpus documental* de análise. Esse *corpus* constitui-se com base em uma varredura intensiva em todos os dias de dois meses específicos - setembro e outubro. Em virtude do objetivo central – identificar o posicionamento “oficial” do *Correio da Manhã* – deu-se preferência para a coleta e para a análise dos textos publicados no que é considerada a “página de opinião” do jornal¹⁵.

Com isso, obtivemos 61 textos, dentre estes 27 editoriais principais, 16 editoriais menores e, por fim, 18 textos da prestigiada coluna não assinada *Tópicos & Notícias*¹⁶. Além do estudo sobre a especificidade de produção e organização textual no interior do jornal *Correio da Manhã*, a distinção feita entre editorial principal e editorial menor segue o critério

¹⁵ O jornal *Correio da Manhã*, possui a característica de dar destaque para os chamados textos de opinião. No período em questão, estes ficam, em sua maioria, localizados na página 6 do primeiro caderno. Nesta “página de opinião”, o editorial principal ocupa uma posição de realce, mas existem, normalmente abaixo e ao lado deste conteúdo, outros textos menores e não assinados, cuja linguagem é idêntica à do editorial principal. Desta forma, consideramos tais escritos como editoriais menores. Ainda nesta página tem-se a coluna “*Tópicos & Notícias*”, por fim, o restante da página é preenchido com diversos artigos escritos, em sua grande maioria, pelos colaboradores assíduos do jornal. Mas importa destacar que, quando privilegiamos este espaço não se estamos pensando que não haja a emissão de opiniões e juízos de valor nas demais seções do diário, apenas é o lugar que melhor se adequa ao objetivo da pesquisa - apreender o que é difundido como sendo a “opinião oficial” do diário.

¹⁶ Considera-se o *editorial* como o espaço privilegiado, mas não único, de expressão do que deveria ser considerado o ponto de vista oficial do jornal e/ou da redação, é um texto analítico que não possui assinatura. No caso do *Correio*, como já referido no período que abarca esta pesquisa, o editorial principal possui posição fixa no interior do jornal: canto superior esquerdo na página 6; sua diagramação também é a mesma: título destacado em negrito e tamanho de fonte grande; ocupa a largura de três colunas. Por seu turno, os editoriais menores também possuem posição fixa: logo abaixo do editorial principal; sua diagramação segue o padrão de título em negrito e caixa alta, com tamanho grande; ocupa a largura de uma coluna e meia. Já as *colunas*, em particular as que não são assinadas, geralmente tratam de temas ligados à editoria ou às seções onde são diagramadas, apresentam uma aproximação muito forte com as opiniões emitidas nos editoriais (AGUIAR, 2016, s/p). Além disso, um elemento que vale ser destacado é que, em muitos casos, uma coluna pode acumular um grande capital de prestígio, a ponto de tornar-se uma referência do jornal, como foi o caso da coluna “*Tópicos & Notícias*”. Esta ocupa posição fixa: inicia abaixo do editorial menor, mas continua ao lado do editorial menor, alcançando a lateral direita do editorial principal.

de centimetragem e de “linha de leitura”, ou seja, formando um “X” na página¹⁷, o que evidencia qual texto a equipe editorial desejava dar maior destaque.

Assim, a partir da análise deste *corpus documental*, podemos estabelecer três *unidades de análise* pertinentes a este trabalho: 1) características dos partidos; 2) características da política brasileira e 3) características do sistema eleitoral. *Unidades* que expõem direta e/ou indiretamente percepções sobre a democracia vigente no Brasil, mas também permitem, de forma indireta que se extraia um conceito de *democracia* e de *partido* das páginas do *Correio da Manhã*. Assim, iniciaremos a abordagem com os dois primeiros eixos: características dos partidos e da política brasileira.

O primeiro elemento constatado pelo *Correio da Manhã* é a existência de uma grande “pluralidade partidária”, sendo esta vista como negativa ao sistema vigente, por acarretar o “fragmentarismo da vida política brasileira” e, por consequência, a instabilidade na política nacional (*CM*¹⁸, 02/09/1958, p. 6, 1°C¹⁹, EP²⁰). Mas essa instabilidade também seria decorrente, dentre “outros fatores, da falta de caracterização política, de diferenciação ideológica dos partidos políticos nacionais”, pois “eles só se distinguem pelas siglas – e se misturam tanto nos programas, interesses, apetites de poder tanto quanto nos cambalachos” (*CM*, 02/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Assim, no Brasil, apenas “os pequenos partidos (PSB, PL, PDC) são precisamente os que ideologicamente mais se diferenciam da grande promiscuidade doutrinária em que se mesclam o PSD e a UDN” (*CM*, 02/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

A partir dessas passagens, tem-se a referência a uma das características mais recorrente nos textos da “página de opinião” do *CM*, isto é, a falta de definição ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dessa forma, “no Brasil do momento, dentro de cada legenda há de tudo: há candidato conservador apoiando candidato trabalhista; há trabalhistas apoiados por comunistas” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP). O que segundo o texto editorial, armou no país, não “apenas uma mixórdia eleitoral”, mas “a maior desordem legislativa” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

Nesta mesma linha, em outro texto de editorial, aponta-se que “as ideias mais antagônicas foram misturadas, os acordos mais excludentes foram selados”, tudo em “verdadeira promiscuidade” (*CM*, 03/10/1958, p. 6, 1°C, EP). Em decorrência disso, afirma-se que “os partidos não têm ideias e só cálculos” e que a ausência de ideias é “evidenciada pelos

¹⁷ Segundo Rafael Silva, em decorrência da escrita ocidental da esquerda para a direita, no sentido horizontal, nossa “visão instintivamente se desloca com rapidez em diagonal para o lado inferior oposto” assim, “a rota básica da vista se projeta do lado superior esquerdo para o lado inferior direito” (SILVA, 1985, p. 47-48).

¹⁸ Abreviação para o nome do jornal, *Correio da Manhã*.

¹⁹ Abreviação para primeiro caderno.

²⁰ Abreviação para editorial principal.

partidos, que embrulham tudo numa salada” (CM, 03/10/1958, p. 6, 1°C, EP). Assim, no editorial precedente ao último citado, destacamos que todos os acordos – especialmente com os comunistas - “em que refocilam partidos e candidatos são sobretudo melancólicos pelo que de grave denunciam. Mostram um absoluto desapego pelas ideias. Nenhum partido é fiel à sua bandeira” (CM, 02/10/1958, p. 6, 1°C, EP). Nesses termos, é questionado: “que pode esperar um país que suas elites se mostram tão desapegadas às ideias? A que pode conduzir esse cinismo utilitarista?” (CM, 02/10/1958, p. 6, 1°C, EP).

Questões que, ao serem formuladas e difundidas, indicam uma preocupação com o comando do destino do país, que poderia ser indício de certa desconfiança em relação à forma como estava sendo conduzido o regime democrático no Brasil. Neste contexto, será que como instituição o jornal *Correio da Manhã* não possui nenhuma proposta?

Entretanto tais perguntas também apontam outra característica dos partidos políticos brasileiros, segundo as páginas do CM: ausência de programas e ideias políticas definidas em cada partido.

Perspectiva também identificada em um editorial menor que, ao se referir às eleições para a prefeitura de Belo Horizonte, evidencia que o candidato mais cotado é proveniente da coligação UDN-PSD-PDC-PSB-PL. Esta aliança partidária é considerada como “a mais heterogênea das coligações”, e, mesmo que tal candidato seja eleito, para o jornal, ele dificilmente poderá atender as demandas de todos os integrantes da aliança, e mesmo assim, os cinco partidos estariam de acordo (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EM²¹). Neste momento, foi feita outra indagação: Será que esses partidos “abdicaram de seus programas para entregar-se a um salvador de sua cidade?”. A resposta é negativa, e continua o texto: “a explicação é outra: os cinco partidos não precisam renunciar aos seus programas porque não os têm” (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Sendo que essas alianças simbolizam “uma declaração de falência de política partidária”, uma vez que “a diferença entre PSD e UND em Minas é tão feroz porque é mais de natureza pessoal e familiar do que política. E o PSB, PDC e PL sabem muito bem que não podem obter o que querem, são, assim, satélites que aderem a quem vencer (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Estes trechos são de extrema relevância, pois, além, de abordar a questão da ausência de programas e ideias políticas definidas em cada partido, ainda contém a percepção de que os interesses particulares se sobrepõem aos coletivos, perspectiva retomada em outro editorial, onde se lê que,

²¹ Abreviação para editorial menor.

Em países como o nosso em que os partidos colocam seu centro de interesse muito mais na caçada dos cargos e vantagens do que na fidelidade à ideias, os atritos em períodos eleitorais são inevitáveis. Decorrem do privatismo, do personalismo, da ausência de motivações coletivas (CM, 16/10/1958, p. 6, 1°C, EP).

Dessa forma, não se estranha a afirmação, em outro texto, que a “política é no Brasil uma especialização autônoma, separada da realidade dos problemas econômicos, sociais e culturais” (CM, 08/10/1958, p. 6, 1°C, EM). O que reflete em outra constatação, a ausência de mobilização política fora do período eleitoral, dos pleitos, elemento identificado em dois editoriais. Em um, lê-se: “eis o que é a vida partidária brasileira. Durante os períodos em que as urnas se recolhem aos porões do Tribunal Superior Eleitoral, nenhum deles dá sinal de vida” (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Já no outro foi questionado: “mas quem pensa em futuro, nesta terra, no intervalo entre as eleições?” (CM, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP). De forma indireta, outros escritos do periódico respondem essa pergunta: os comunistas.

Diante deste contexto, poder-se-ia perguntar se, na perspectiva dos textos no *Correio da Manhã*, todos esses fatores não seriam problemáticos para a democracia brasileira?

Segundo as páginas do diário dos Bitencourt sim, especialmente pela brecha que essa situação abriria para a infiltração comunista. O que nos leva a outra característica dos partidos políticos brasileiros apontado pelos textos do CM: perigo de infiltração comunista.

Posição identificada na coluna não assinada *Tópicos & Notícias* quando se afirma que “o comunismo está se fortificando ao lado dos trabalhistas” (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, CNAT&N²²). Perspectiva retomada em um editorial onde se identifica certo receio em relação às aparições políticas de Luis Carlos Prestes e Plínio Salgado, pois este “conluio totalitário visava explorar, na sistemática das instituições, o ano eleitoral que então começava a arregimentar-se nas composições dos partidos democráticos” (CM, 12/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

Pela ótica encontrada nas páginas do periódico, a “infiltração comunista nos partidos democráticos” foi iniciada no PTB. Assim, os comunistas perfuraram o PTB e “depois perfurarão o regime” (CM, 27/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Em um editorial com título bem sugestivo, “Votos vermelhos”, podemos ler que “a ameaça hoje criada pelos acordos do PTB com os comunistas não está no fato de receberem os candidatos petebistas votos vermelhos, mas em abrir sua legenda franqueando-a aos candidatos comunistas”, pois neste movimento, “o PTB está dando aos camaradas do sr. Luís Carlos Prestes a gazuca de que carecem para forçar as portas do regime (CM, 16/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

Nesse sentido, outro texto destaca “se, como acontece agora com o Partido Trabalhista Brasileiro, não impedem, mas, antes propiciam e negociam a infiltração comunista – deixam,

²² Abreviação para: coluna não assinada *Tópicos & Notícias*.

obviamente, de ser partidos puramente democráticos”. Mais grave é a situação, pois “uma outra consciência – a da submissão aos interesses e táticas comunistas – entra a substituir-lhes o conteúdo perdido, a base doutrinária esvaziada”(CM, 21/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Neste momento, observa-se claramente um dos grandes problemas causados pela ausência de ideias, característica apontada anteriormente, ou seja, a “base doutrinária esvaziada” permite que outras ideias - que não são democráticas, mas sim “totalitárias” – infiltrem-se nos postos de comando, o que poderia gerar sérios riscos à manutenção do regime.

Mas, apesar das constantes referências ao PTB, as críticas são centradas especialmente em um nome, João Goulart, que, como presidente do Partido Trabalhista e vice-presidente do país, “ao abrir as portas do seu partido aos comunistas, dá ingresso aos comunistas no governo” (CM, 14/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Assim, alerta o jornal: “o Brasil tem muito a temer do fatalismo da absorção do sr. João Goulart pelos comunistas, tem muito a recear do Cavalo de Tróia da aliança comunista-petebista”. Ainda mais, “o ecletismo das alianças eleitorais do sr. João Goulart lançará confusão no eleitorado trabalhista”, que tenderá “a confundir trabalhismo e comunismo” (CM, 14/09/1958, p. 6, 1°C, EP). E, mais uma vez, a democracia estaria ameaçada.

Entretanto, argumenta novo texto, “a UDN que é muito pouco original e, por isto, combate os adversários fazendo precisamente o que eles fazem (...) não quis ficar atrás”. Assim, para “suprir a falta de um estoque de líderes que o país estime, atirou-se nos braços do sr. Prestes, que é hoje uma espécie de passivo estuário de quantos tenham ânsia de poder neste país” (CM, 26/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Dessa forma, não por acaso, o jornal afirma em outro texto: “deste pecado, não ficou isenta o própria Oposição” e, por isto, “a promiscuidade generalizou-se” (CM, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP), referindo-se às alianças entre os partidos chamados democráticos e os comunistas. Toda essa situação, afirma-se em outro editorial, demonstra que

Os tempos estão mudando e, se alguma coisa há a lamentar é o descompasso entre elites e povo.

Enquanto este amadurece para o exercício democrático, as elites mostram-se cada vez mais incapazes de dirigir. Como exemplo disso aí estão os cambalachos em que chafurdam partidos e candidatos.

Não é só o PTB que se alia aos comunistas (CM, 02/10/1958, p. 6, 1°C, EP).

Neste momento, chega-se em uma questão muito cara ao *Correio da Manhã*, isto é, o papel das elites brasileiras, concebidas pelo periódico em diversas passagens como incapazes de dirigir o país, pois não conseguem se ajustar a esta nova realidade que vem se conformando no Brasil, com a emergência de novas forças políticas e, com isso, também colocam a democracia em perigo. Assim, constata-se: “o que se verifica no procedimento dos

partidos políticos aliados aos totalitários, em seus raciocínios, suposições e barganhas, é a completa desfiguração e abstração dos seus deveres para com o regime democrático” (*CM*, 12/09/1958, p. 6, 1ºC, EP).

Entretanto, alerta outro editorial, não se pode esquecer que “acordos desse tipo, embora profundamente contrários à verdadeira consciência democrática, tornaram-se, infelizmente, desde as eleições de 1945, um triste lugar comum na vida política brasileira” (*CM*, 16/09/1958, p. 6, 1ºC, EP). Apontamento que nos faz levantar a hipótese sobre a existência de uma visão negativa desse modelo político implementado em 1945, regime que penderia mais para alianças e com isso, para a indiferenciação ideológica, do que para disputas entre partidos ideologicamente marcados. Em outras palavras, podemos perguntar: será que as posições encontradas no *Correio* indicam que, para esse jornal, o regime democrático brasileiro já “estaria contaminado” com “os germes” de sua possível destruição? Ou ainda, existindo tantos entraves para a efetivação da democracia brasileira, pode-se questionar se implicitamente não há um discurso próximo aos pensadores autoritários como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral que apontam para a inadequação da democracia no Brasil e para a “falsidade” do sistema representativo? Caracterizando uma linha de pensamento semelhante ao que Gildo Brandão nomeou de “idealismo orgânico” (BRANDÃO, 2005), argumentação que auxilia na construção e reforço da perspectiva do idealismo utópico da nossa elite, tema recorrente na cultura política brasileira (LYNCH, 2015). Assim, lançamos nossa primeira hipótese, que ainda será investigada.

Considerando a forma negativa que o *Correio da Manhã* representou não apenas os partidos políticos, mas também o sistema partidário como um todo e a política brasileira no geral, nesse período das eleições de 1958, não é de estranhar que as percepções sobre o sistema eleitoral não fujam às críticas do periódico.

Ao criticar o Executivo por ter criado uma portaria, posteriormente derrubada pela Justiça Eleitoral, que instituía a censura previa ao acesso da oposição às emissoras de rádio e televisão, pode-se identificar uma distinção entre o que poderia ser considerado como uma eleição ideal, ou seja, “lícitas, limpas e legítimas” e a realidade dos pleitos nacionais, com seu “vício insanável: o da coação” (*CM*, 02/09/1958, p. 6, 1ºC, EP). Também são identificadas críticas ao processo de apuração dos votos, ou melhor, a demora nessa apuração, que fica desconfigurada em função da “lentidão mórbida de uma contagem desconfiada dos votos” (*CM*, 04/10/1958, p. 6, 1ºC, EP). Mas existem outras questões de fundo que são tratadas nas páginas do *Correio*, como por exemplo, a abordagem sobre a aritmética eleitoral. Tal sistema promulgado na Constituição “manda distribuir os mandatos conforme a população”, e, para o

CM, isto “favorece os Estados com maior percentagem de analfabetos, que não tem o direito do voto – evidente injustiça” (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Assim, “a aritmética eleitoral favorece o interior rural e o Nordeste e Norte latifundiários, em detrimento do Sul, das áreas industrializadas e das grandes cidades”, o que demonstra que esse sistema “não é só recurso para falsificar as eleições. É instrumento perigoso para alargar o abismo entre a realidade da nação que trabalha e – por outro lado – o mundo das intrigas profissionalmente políticas”²³ (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM). Então, como solução, afirma o jornal, “sugerimos que a distribuição dos mandatos, para a Câmara dos Deputados, entre as unidades da Federação seja feita conforme o número dos eleitores inscritos”, isso expressaria melhor a vontade popular manifestada nas urnas (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Essas argumentações expõem duas posições centrais do *Correio*.

A primeira, em relação à denúncia contra os latifúndios e as forças oligárquicas, ou melhor, a preocupação de que o país “termine em mãos de grupos oligárquicos” (CM, 02/09/1958, p. 6, 1°C, EP), que simbolizam, segundo o sociólogo Jacques Lambert, citado em outro editorial, “o Brasil antigo, em que subsistem os laços de dependência feudal” (CM, 10/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Entretanto, salienta-se positivamente que este Brasil antigo está sendo invadido pelo novo, movimento expresso pela “decadência dos poderes locais, aos quais o povo começa a recusar a obediência” (CM, 10/10/1958, p. 6, 1°C, EM). Em última análise, na perspectiva deste texto, esse processo de alteração é decorrente das “profundas modificações econômicas e sociais pelas quais está passando o Brasil”, que “não podem deixar intacta a superfície: a distribuição dos poderes políticos” (CM, 10/10/1958, p. 6, 1°C, EM). Essa constatação nos é extremamente relevante, pois evidencia um posicionamento direto no *Correio da Manhã* sobre as mudanças em andamento, no período estudado.

A segunda, é relativa à questão do voto dos analfabetos. Neste item, a posição apresentada oficialmente pelo jornal é que, no Brasil, o “regime representativo não passa de uma ficção jurídica”, uma vez que “a maioria da nação fica sem representação no Congresso”(CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Em outro editorial, evidencia-se que a existência de partidos políticos, que representam interesses diferentes, às vezes antagônicos, é legítimo e, que

²³ Novamente voltando a questão de no Brasil a política ser uma especialização autônoma, distante da realidade dos problemas econômicos, sociais e culturais.

As pessoas que não sabem ler nem escrever, também tem interesses na vida. Mas não são representadas, por ninguém, nas assembleias e nos governos. No Brasil, ficam desse modo quase 50% da população sem representação; no Norte e Nordeste do país, entre 70% e 80%. Essas pessoas não representadas pagam impostos dos mais onerosos, os impostos indiretos, sem terem sido consultadas a respeito. Lembramos o lema em que a América do Norte se revoltou no século XVIII contra o rei da Inglaterra para fundar sua democracia: 'No taxation without representation'. É o critério da democracia. Nesse sentido o Brasil, com tantos contribuintes sem representação, ainda não é democrático (CM, 23/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Essa argumentação não nos parece gratuita. Em sua base, segundo nossa interpretação, existe um projeto que está sendo defendido, a saber, a extensão da cédula única para as eleições proporcionais. Assim, a defesa da perspectiva que os poderes locais estariam perdendo sua força, poderia legitimar a extensão do voto aos analfabetos - já que estes se concentram justamente nas áreas em que os laços de dependência, apadrinhamento eram mais fortes -, sendo que esta extensão seria possível a partir da cédula única, pois

Não é menos importante para o futuro, o fato de que os dizeres na cédula única podem ficar acompanhados de símbolos partidários que qualquer um entende. Foi desse modo que se introduziu na Itália o direito de voto dos analfabetos. Este é muito mais importante no Brasil, onde metade da população adulta do país inteiro não sabe ler nem escrever (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Assim, segundo o editorial, “a cédula única será o caminho pelo qual a ficção se tornará realidade” (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Bem como, com esse sistema dificultaria a ação dos cabos eleitorais que “abastecem de cédulas dos seus candidatos o eleitorado de cabresto, escamoteando as dos adversários”, já que a cédula única será entregue pelo presidente da mesa, no ato da votação (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Dessa forma, em outro texto, encontramos o reforço: “coerentes com manifestações anteriores, apoiamos a introdução geral da cédula única”, para “se eliminar tudo que possa falsificar a expressão da vontade soberana do povo” (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM). O que leva a se argumentar em outro escrito: “esse sistema, graças sobretudo à campanha que o *Correio da Manhã* levou a efeito quando do último pleito presidencial, tornou-se vitorioso para os votos majoritários”, foi repetido nas eleições 3 de outubro, com satisfação. Assim, “não há, portanto, razão alguma para deixar de ser extensivo à eleição proporcional” (CM, 26/10/1958, p. 6, 1°C, CNAT&N).

Entretanto, ainda no primeiro texto citado sobre esse tema, faz-se um alerta quanto as desvantagens ou limites desse sistema, tendo em vista que, em função do elevado número de candidatos, as cédulas únicas seriam gigantescas e, assim, “nem sequer o eleitor mais alfabetizado seria capaz de encontrar dentro de um tempo razoável, o nome da sua preferência para marca-lo”. Diante disso, alega-se que “a cédula única é incompatível com o sistema de votação em nomes. Só é compatível com a votação em partidos, em legendas”. O que nos leva

a outra questão que, em nossa perspectiva, tornou-se bandeira do *Correio*: a instituição do voto em legenda ou partidos.

Assim, segundo editorial, “a preferência pelas legendas seria o caminho para uma votação coerente, harmoniosa” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Mas isso não dificultaria o discernimento do eleitor, uma vez que, “dentro de cada legenda há de tudo”? Segundo a posição do *Correio da Manhã*, não, pois, seria a partir de uma ampla reforma – proposta pelo periódico -, com a implantação da cédula única, possibilitada pela votação em partidos ou legendas, que “os candidatos à representação do povo teriam de apresentar-se como defensores de determinadas ideias e projetos, em vez de apresentar-se, assim como acontece hoje, como Fulano, salvador da Pátria ou Beltrano, anti-salvador” (*CM*, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Por isso, argumenta-se:

As vantagens são muitas: a extraordinária simplificação do processo eleitoral permite apuração rápida; a abolição das cédulas individuais acabará com os últimos restos de coação e burla; a votação por legenda obriga os partidos a maior coesão e fidelidade aos programas (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Esse sistema, continua o texto, foi inventado na Suíça e “é a grande arma contra o caudilhismo sul-americano, contra os falsos messias e salvadores da pátria. É uma arma da civilização”. Assim, com a votação em legenda, pretende-se “civilizar a política brasileira” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Mas este processo não é livre de desvantagens, sendo o seu maior defeito o fato de que “o eleitor só vota na legenda; e a designação dos eleitores fica nas mãos das burocracias partidárias”. Entretanto, argumenta-se que este “é um defeito que pesa tanto menos quanto mais claramente se definem os partidos”, por isso, “aquele defeito é a maior vantagem da votação por legenda, pois acaba com o personalismo” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Bem, até o momento apresentou-se as representações criadas e difundidas pelo *Correio da Manhã* sobre os partidos, a política brasileira e o sistema eleitoral nacional no período das eleições de 1958. Percebe-se que são representações negativas, com forte carga crítica, algo que segundo nossa interpretação não são posicionamentos aleatórios, tendo em vista, que as representações auxiliam na criação da realidade que dizem apenas representar.

Dessa forma, como outra hipótese, argumentamos que existe um “projeto” político nos espaços compreendidos como locais de difusão da posição institucional do *Correio da Manhã* e que, sem cair no nominalismo, as representações negativas poderiam legitimar a construção deste “projeto”. Uma vez, que não por acaso este projeto atenderia as demandas fundamentais, apontadas pelo jornal como os principais problemas, a saber: obrigaria os partidos a definirem-se ideologicamente e evitaria o personalismo, o que dificultaria a

“infiltração comunista”, além de esse processo tornar as eleições mais limpas e as apurações mais rápidas.

Assim, diante do contexto deste periódico – o seu espaço de experiência –, as representações sobre a democracia vigente no Brasil extraídas do *Correio*, indicam que para este periódico o regime não está completo, ou melhor, não se consolidou, pois, os partidos políticos e o sistema eleitoral ainda apresentam características que o jornal classifica como não democráticos, especialmente no que se referem à permeabilidade dos partidos pelos comunistas, a questão da não representação dos analfabetos, o forte personalismo, a incapacidade das elites de dirigir o país.

Mas importa ainda destacar que a partir dessas representações, é possível identificar a construção de um conceito de *democracia* e *partido* ideais de nas páginas do *Correio* – horizonte de expectativa - conceitos a partir dos quais o periódico “mede” a realidade brasileira e a condena por se afastar deste “modelo”. Embora isso nunca tenha aparecido abertamente definido, é possível identificar estes conceitos pelas críticas à realidade - negação do modelo ideal - e pelas propostas que o jornal apresenta para melhor o regime.

Assim, conforme nossa leitura, *democracia* para o *Correio* seria o máximo possível de representação eleitoral da população brasileira, incluindo o voto do analfabeto. Da mesma forma, o *partido* deveria ser uma unidade ideológica coerente e movido essencialmente por doutrinas e ideologias políticas, sem interferência de personalismos e interesses particulares.

Por fim, não podemos esquecer que o jornal dos Bittencour como instituição – assim como o restante da chamada “grande imprensa brasileira”- está tentando se inserir de forma legítima no debate público, por isso, poderia estar deslegitimando os partidos e o sistema eleitoral, para se construir como a instituição que melhor poderia representar os interesses da população brasileira. Mais do que isso, seria o agente responsável por construir um projeto que conduziria o país à democracia real, acabando com a “ficção” existente. O que pode evidenciar um conflito estrutural entre o jornal e política pela condição de porta-voz mais legítimo da opinião pública. Dessa forma, sem cair na teoria da manipulação, as visões negativas difundidas sobre os partidos, a política brasileira e o sistema partidário, são fundamentais para legitimar o projeto de ampla reforma constitucional, proposto pelo *Correio da Manhã*. Assim, mais do que simples udenismo ou críticas intransigentes ao governo e ao regime – como defende grande parte da bibliografia especializada –, existe um projeto de sociedade, de Brasil que está sendo criado, difundido e legitimado pelo *CM*, havendo a autoconstrução do jornal não apenas como o meio, o veículo, mas o agente desse projeto.

Deixando exposto que apesar das fortes críticas à democracia do período, não defende o abandono deste regime, mas sim a melhoria ou acirramento do sistema democrático. Assim, esse vivido pode ter gerado outro horizonte de expectativas, entretanto, no momento em que tal “projeto” não foi implementado e que todos os aspectos apontados como negativos pelo periódico foram aprofundados, não é de se estranhar que este jornal tenha aderido ao movimento que diz promover uma intervenção para “defendendo a democracia”, lembrando de toda retórica envolvida no Golpe de 1964. Neste sentido, poder-se-ia tentar uma aproximação entre o pensamento político identificado no *Correio da Manhã* e aquilo que Wanderlei Guilherme dos Santos chamou de autoritarismo instrumental (SANTOS, 1998), reforçando o caráter autoritário de cultura política brasileira. Mais uma hipótese que merecer mais estudos.

Conclusão

Iniciamos este artigo com alguns apontamentos sobre a abordagem da história do pensamento político a partir da proposta de Koselleck, extremamente útil para este trabalho, pela valorização da imprensa como fonte/objeto de estudo.

Na sequência passamos para a análise do material coletado no jornal *Correio da Manhã*. Assim, ao longo deste trabalho, identificou-se a recorrência de três temas – *unidades de análise* - nas representações sobre as eleições de 1958: 1) características dos partidos; 2) características da política brasileira; 3) características do sistema eleitoral. Desta maneira, o *Correio* constrói a grande pluralidade partidária, como causadora do fragmentarismo e da instabilidade vida política brasileira.

Também nos textos do jornal dos Bittencourt se criticou a ausência de definição ideológica dos partidos políticos brasileiros, assim como a carência de programas e ideias políticas definidas em cada partido. O que possibilitou as mais diversas alianças, indicando, para o periódico, a falência da política partidária, mas também apontavam para o perigo da infiltração comunista para a democracia brasileira.

Percebeu-se, ainda, que o diário aponta que os interesses particulares eram colocados acima dos coletivos e que as elites brasileiras eram incapazes de dirigir o país. Questões que não deixam de refletir na forma negativa pela qual o periódico concebe o processo eleitoral vigente. Caracterizaram-se as apurações como extremamente demoradas, denunciou-se os latifúndios e as forças oligárquicas. Ainda criticou a aritmética eleitoral e julgou que grande

parte da população brasileira não estava representada politicamente em função do impedimento do voto dos analfabetos.

Entretanto, não ocorreram apenas desconstruções, mas também construções, com a elaboração, do que chamamos de um “projeto político”, que visava uma grande reformulação constitucional, para a implementação da cédula única e a instituição do voto em legenda ou partidos.

Nesse sentido, pode-se interpretar a forma negativa como no *Correio da Manhã* representou os partidos políticos, o sistema partidário como um todo, a política brasileira no geral e o sistema eleitoral, nesse período das eleições de 1958, como uma forma de deslegitimar o sistema, os partidos, a elite dirigente, ao mesmo tempo em que legitimava o seu projeto para a democracia brasileira e a sua condição de “grande defensor” da mesma. Construindo-se assim, como um agente legítimo e apto a indicar o caminho a seguir para se assegurar e concretizar a democracia no país, colocando-se assim, por vezes acima dos próprios partidos políticos.

Por fim, apontamos o que nos parece ser o conceito de democracia e de partidos identificados nas páginas do *Correio da Manhã*. Ambos conceitos que expressariam mais um ideal – horizonte de expectativa -, do que a “realidade” sócio-histórica, ou melhor, seria uma forma de pensamento originada a partir da negatização do vivido.

Fontes:

ADVERTÊNCIAS e abstenções. *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

ARGUMENTOS. *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

ARITMÉTICA. *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

AS ELEIÇÕES e os extremismos. *Correio da Manhã*, 12 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

CÉDULA. *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

CÉDULA única. *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, coluna não assinada Tópicos & Notícias.

CIVILIZAÇÃO. *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

COMUNISMO no governo. *Correio da Manhã*, 14 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

CORONÉIS. *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

ELEITOR sob suspeita. *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

EM PRETO. *Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

JOGO miúdo. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

LIBERDADE restaurada. *Correio da Manhã*, 02 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

NORMALIDADE. *Correio da Manhã*, 08 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

O PIOR cego. *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, Coluna não assinada Tópicos & Notícias.

OS PERIGOS da vitória. *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

PIRATAS na costa. *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

PREFEITOS. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial menor.

PROGRAMA para o intervalo. *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

REVOLUÇÃO no feriado. *Correio da Manhã*, 03 de outubro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

SENSO de proporção. *Correio da Manhã*, 04 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

VEREDAS tropicais. *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

VOTOS vermelhos. *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, editorial principal.

Referências:

ABREU, Alzira Alves de (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

ABREU, Alzira Alves de; LETMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GÔMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AGUIAR, Rafe. *Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões*. Coisas de Jornalista, 2016.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva; RENNEN Marra. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista da Política Agrícola*, Brasília, ano XX, n. 2, abr./jun. 2011.

BAER, Werner. *A economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, P. Três estados do campo. In.: BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O campo intelectual: um mundo à parte. In.: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: brasiliense, 1990.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 2, 2005.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. *Revista Economia e Política*, São Paulo, vol. 9, n. 1, jan./mar. 1989.

CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, Coimbra, v. 1, n. 3, 2003.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FERREIRA, Jorge. De volta ao Catete: democracia, nacionalismo e crise política no governo Vargas (1951-1954). In: BAUM, Ana (Org.). *Vargas, agosto de 1954: a história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. População e Sociedade. In.: SCHWARRCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol. 4. GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2003.

GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

JASMIN, Marcelo. História dos conceitos e teoria política e social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n. 57, 2005.

JUNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In.: JUNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo (Orgs.). *História dos conceitos: Debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

KRILOW, Leticia S. W. *Cidades de Papel: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. 2018. 220f. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAURENZA, Ana M. A. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2 ed., São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA Jr., Olavo B. L. Evolução e Crise do Sistema Partidário Brasileiro: As Eleições legislativas Estaduais de 1947 a 1962. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.

LUCA, Tânia R. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. In. *Congresso BRASA IX – (Brazilian Studies Association) em New Orleans*, março de 2008.

LYNCH, Christian E. C. Cultura política brasileira. In.: SANTOS, Gustavo; BRITO, Éder. *Política no Brasil*. São Paulo: Oficina Municipal, 2015.

MARTINS, Luis C. P. *A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MERRICK, Thomas. A População Brasileira a Partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa; KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. v. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? *Ciberlegenda*, Niterói, n. 8, 2002.

RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: EdUSP, 1996.

SANTOS, Wanderlei G. A práxis liberal no Brasil. In.: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SINGER, Paul. *A economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SILVA, Hélio. 1954: *Um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Juremir Machado da 1964. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 8ª edição, 2017.

SILVA, Rafael Souza. *Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa*. São Paulo: Summus, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

História e política: Fontes documentais como lugares de memória e a análise do processo eleitoral de 1945 no Estado do Piauí

Jackson Dantas de Macedo¹

Marylu Alves de Oliveira²

Resumo: Esse artigo é o desdobramento de uma pesquisa que está sendo elaborada para o Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Sua proposta consiste em problematizar a organização do processo eleitoral ocorrido em 1945, a formação dos partidos políticos para a disputa do pleito, o alistamento dos eleitores e o resultado das eleições, voltando-se exclusivamente ao Estado do Piauí. As fontes analisadas para a construção desse estudo foram dados colhidos junto ao IBGE e ao TRE-PI, referentes ao alistamento eleitoral no Piauí em 1945 e ao resultado oficial do pleito, no que se refere ao número de votantes e organização dos trabalhadores. Além das fontes supracitadas, também trabalhamos com verbetes colhidos no site do CPDOC. Para darmos inteligibilidade às fontes, amparamo-nos em algumas produções historiográficas que versaram sobre o tema tanto no âmbito nacional, como voltadas ao Estado do Piauí.

Palavras chave: Memória. Política. Eleições.

Abstract: This article is an unfolding of a research that is being developed for the Postgraduate Program in History of Brazil of the Federal University of Piauí. Its proposal consists in problematizing the organization of the electoral process that took place in 1945, the formation of the political parties for the dispute of the election, the enlistment of the voters and the result of the elections, focused exclusively to the State of Piauí. The sources analyzed for the construction of this study were collected from IBGE and the TRE-PI, referring to the electoral enlistment in the Piauí in 1945 and the official result of the election, regarding the number of voters and workers' organization. In addition to the aforementioned sources, we also worked with entries collected on the CPDOC website. To give intelligibility to the sources, we rely on some historiographical productions that dealt with the theme, both at the national level and focused on the State of Piauí.

Keywords: Memory. Politics. Elections

Introdução

No campo político, os registros de um determinado período devem ser observados enquanto produto de instituições articuladas em torno do poder, que utilizam ferramentas

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí, campus Senador Helvídeo Nunes de Barros - CSHNB-UFPI. Pós-Graduado em nível de especialização em História do Brasil pela Faculdade de Ciência e Educação do Capareó (FACEC). Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil - PPGHB-UFPI.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (2005). Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2008). Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2016).

discursivas e dispositivos de atuação por meio dos quais é possível construir e instituir, através do enquadramento da memória, um regime de verdades no cotidiano, ou sobre um determinado período, para a posteridade. Isso ocorre devido ao fato de existirem diversas versões memorialísticas sobre um determinado evento, constituído em meio a uma cadeia de símbolos, sobretudo pelo fato de existir uma pluralidade de culturas e significados atribuídos a diferentes sujeitos. Entre a memória nacional há diversas memórias e, também, memórias negociadas. Existem aqueles que constroem a memória e, ainda, existem os que a questionam por esta muitas vezes não corresponder aos fatos apresentados pelos registros memorialísticos de determinados grupos.³

Nossas reflexões abordam um ponto específico da história política brasileira no século XX, que ficou conhecido na memória coletiva enquanto *Redemocratização de 1945*.⁴ Em meio ao “jogo” e aos discursos que emanam tanto das instituições políticas quanto dos políticos institucionalizados que aspiram ao poder, a memória coletiva pode ser construída para ser a representação de um grupo ou uma conjuntura histórica através do enquadramento, tornando-se uma ferramenta pedagógica, meio de justificativa ou instrumento de uso tático ou estratégico.⁵ É nessa perspectiva que nos propomos a problematizar a organização do processo eleitoral ocorrido naquele ano, além da formação dos partidos políticos para a disputa do pleito, o alistamento dos eleitores e o resultado das eleições, voltando-nos exclusivamente ao Estado do Piauí.

O texto foi dividido em duas partes. Na primeira, elaboramos uma breve discussão teórica baseada no que seria a memória sob forma de registro e como ela pode nos ajudar a empreendermos leituras do passado. Consideramos a ideia de que a memória pode ser manejada e empregada para determinados fins, tanto no período de sua produção quanto *a posteriori*. Para a compreensão dessas questões levantadas sobre a memória, foram destacados os seguintes aspectos: a conjuntura política do ano de 1945; os Decretos-Lei empreendidos pelo governo federal referentes ao processo eleitoral; a criação e reinstauração de algumas instituições (especificamente a Justiça Eleitoral) e a forma como foi realizado o alistamento para aquele pleito.

³ A concepção de enquadramento da memória mencionada, diz respeito às reflexões estabelecidas por Michael Pollak em torno do tema. Cf. POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Tradução Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

⁴ O conceito de memória coletiva que nos orientamos, consiste nas categorias de pensamento de Maurice Halbwachs. Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

⁵ Para entender o sentido empregado aqui aos termos tática e estratégia, cf. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 3ª. ed. Tradução Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

A segunda parte consiste em problematizar os dados apresentados na primeira, somados a outros, a fim de apresentarmos algumas possibilidades e questionamentos que consideramos pertinentes no que se refere ao processo eleitoral. Nesse momento, dialogamos com a perspectiva de memória coletiva, concebendo-a como uma construção dos grupos sociais. Esses grupos constituem os lugares de memória e, portanto, os *lugares* acabam determinando o que é memorável e não memorável.

Apropriados pelo Estado, como ferramenta político-pedagógica, os registros memorialísticos utilizados como fontes históricas podem construir mitos, acontecimentos, conceitos e eleger personalidades, ao passo que também podem corromper, desfigurar ou soterrá-los. Ademais, podem construir/reafirmar a imagem negativa de alguns indivíduos, eventos ou podem simplesmente silenciar diante de tudo isso. Consideramos a possibilidade de que alguns registros e narrativas memorialísticas tenham sido construídos para que, *a posteriori*, enquanto fontes históricas em potencial, pudessem refletir no presente de quem as utilizasse, uma história enquadrada aos interesses do período de sua produção. Enfim, a proposta desse artigo é levantar discussões em torno da possibilidade de interferência por agentes políticos em relação aos registros de um dado período, e também no cotidiano, como possibilidade de análise das práticas da política piauiense na primeira metade da década de 1940.

Organização do processo eleitoral, partidos e eleitores: os *lugares de memória* em construção.

Para Pierre Nora, lugares de memória têm necessariamente três sentidos, a saber: material, funcional e simbólico, em diferentes modulações. Nesta perspectiva, caberia ao material a noção de geração, por apontar a partir dos registros uma ideia de evolução, de passagem. Funcional por garantir a cristalização da lembrança e sua transmissão. Simbólico porque tem por finalidade transmitir e dar credibilidade às lembranças através de símbolos, filiações, mitologias e narrativas. O sentido simbólico tem como função caracterizar no imaginário um regime de verdades. Desse modo, as lembranças são transmitidas como experiência vivida de um determinado período.

A aceleração da história, o encurtamento das distâncias, a mescla de tradições, costumes e ideias que cada vez mais deslocavam os sujeitos do centro de suas tradições, esfacelando a memória coletiva e individual, levou o homem a designar refúgios para a preservação de memórias sob forma de registros que, na concepção de Pierre Nora (1993), passam a ser

histórias, isto é, discursos do passado sob forma de registro, pois a “necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14).

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não sabe qual tribunal da história (NORA, 1993, p.15).

Entendemos, a partir da citação de Pierre Nora, que cabe ao historiador dar inteligibilidade a essas memórias apreendidas pelo registro. Não na certeza que encontrará uma verdade absoluta, ou mesmo que empreenderá a captura do passado como ele realmente foi, pois “o historiador não é bombeiro nem juiz, não resgata e não condena, tenta compreender, criticar, apontar contradições e estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes” (NAPOLITANO, 2014, p.19). Nesse sentido, não só os registros devem ser reanalisados, mas também a forma como eles foram constituídos, pois a memória enraizada nas imagens, objetos, documentos, monumentos, ou seja, no concreto, para perpetuar-se na existência e na história de um coletivo, também pode carregar um sentido pedagógico. Esta abordagem se interessa, portanto, “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 4.).

O ano de 1945 iniciou sob a expectativa de serem tomados novos rumos na política nacional. No poder desde 1930, Getúlio Vargas completava quinze anos de governo, sendo oito deles uma ditadura. A incoerência entre política externa e interna, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a vitória dos aliados sobre o eixo, contribuiu para que mudanças decisivas no cenário político brasileiro ocorressem.⁶ A palavra de ordem era democracia, e um processo de redemocratização começava a ganhar forma. Era incoerente apoiar o fim de regimes autoritários e manter um. A censura aos meios de comunicação e a proibição de partidos políticos vinha cessando desde 1941. Críticas começavam a serem expostas ao regime e uma oposição aguerrida insurgia, tanto a nível nacional, como nos Estados da federação. “Tudo indica que foi a partir do final do ano de 1941 que os primeiros esforços mais diretamente ligados com a questão de formação de um partido começaram a ser desenvolvidos no Brasil”

⁶ Os **Aliados** foram os países vencedores da Segunda Guerra Mundial. Esta aliança foi composta pelos seguintes países: Inglaterra, Rússia e Estados Unidos. Porém, vários outros países também integraram o grupo aliado na intenção de colaborar com o fim da guerra. O Brasil enviou tropas militares para combate na Segunda Guerra Mundial, após o afundamento de algumas embarcações brasileiras por submarinos alemães e uma “negociação” entre Brasil e Estados Unidos. Os **Países do Eixo** eram aqueles que reuniam as ideologias autoritárias na Segunda Guerra Mundial, englobando o nazismo e o fascismo. A aliança do eixo era composta pelos países Alemanha, Itália e Japão. Esses países acabaram perdendo a Segunda Guerra Mundial.

(GOMES, 2005, p. 267). Contudo, os partidos políticos só puderam ser oficializados a partir de 1945.

Embora a constituição de 1937 tornasse praticamente ilimitado o poder do Executivo, permitindo que este governasse por Decretos-Lei sobre qualquer matéria de competência legislativa, enquanto não se reunisse o parlamento nacional, não era permitido reforma ou emenda na constituição.

O emperramento burocrático e as dissensões não canalizadas institucionalmente, processos característicos de sistemas autoritários, começaram a gerar uma crise institucional que se iria combinar [...] com a oposição internacional entre democracias liberais e o fascismo, emprestando força talvez inesperada a oposição interna que se aglutinava na futura UDN (SOUZA, 1976, p. 110).

Pressionado pela oposição e pela imprensa oposicionista, sobretudo pela incoerência do apoio de um país que vivia um regime ditatorial com claras influências do modelo de propaganda governamental fascista, a liberdade, o Estado Novo estava desgastado e começava a declinar. A contrariedade de manter um governo ditatorial e mobilizar tropas para lutar contra regimes ditatoriais na Europa fortaleceu o discurso dos opositores do governo, que passaram a exigir eleições diretas. “Não obstante, a partir da lei Constitucional de 1938, Getúlio procedeu diversas modificações na carta de 1937” (SOUZA, 1976, p. 104) e, assim, decretou em 28 de fevereiro de 1945 a Lei Constitucional n.º 9, também chamada de Ato Adicional, que modificava artigos da Constituição e determinava que, dentro do prazo de noventa dias, seria fixada data para as eleições gerais.⁷ Isso constituiu um passo decisivo para o governo e seu legado.

A necessidade de preservação de memórias sob a forma de registros requer a existência de instituições produtoras de memória, e estas, fatalmente, estão correlatas ao meio social.⁸ Nelas são construídas classificações, símbolos e hierarquias. Algumas destas instituições são a Igreja, a Escola, a Família e o Estado. “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1993, p. 13). O Estado, enquanto instituição produtora de memória, também partilha da necessidade de preservação de memórias e utiliza as instituições governamentais para tanto.

Com a Lei Constitucional de n.º 9, foi aberto o caminho para o processo de redemocratização no país e, aparentemente, tudo caminhava para que a eleição transcorresse

⁷ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31/05/2018.

⁸ Cf. NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Proj. História. São Paulo. (10). Dez. 1993.

dentro da legalidade. Restavam apenas alguns ajustes burocráticos para a organização do pleito no que tange ao alistamento eleitoral, registro dos partidos e candidaturas. Assim, no dia 28 de maio de 1945, através do Decreto-lei n.º 7.856 emitido pelo presidente Getúlio Vargas, foi instituída novamente a Justiça Eleitoral, extinta desde 1937.⁹ É interessante ressaltar que, burocraticamente, o trâmite de organização do processo eleitoral ocorreu dentro do prazo estipulado, ou seja, exatamente três meses após a decretação da Lei Constitucional de nº 9, como estava previsto, foi reinstituída a Justiça Eleitoral. Reinstituído o órgão competente, toda a matéria eleitoral foi regulada, a saber: alistamento, sistema eleitoral, condições de elegibilidade, votação, apuração, partidos, recursos e crimes eleitorais. Nessa oportunidade, voltaram a existir também o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) nas capitais e no Distrito Federal. Foram nomeados juízes eleitorais nas capitais e nas comarcas do interior do país.¹⁰ Todos os órgãos restituídos estavam ligados ao governo, funcionando como instituições produtoras de memória.

Em relação aos partidos políticos, é conveniente observar que, dos principais partidos que concorreram às eleições em 1945, só o PCB (Partido Comunista Brasileiro) existia antes da década de 1940, especificamente desde 1922, mesmo com constantes perseguições e recorrentes cassações da sua legalidade. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que tinha Getúlio Vargas como seu ícone fundador, foi criado em março de 1945.¹¹ Muitos dos membros da UDN (União Democrática Nacional) já vinham se articulando enquanto oposição desde o início da década de 1940, mas somente no dia 7 de abril de 1945 se tornou de fato um partido.¹² Também vale ressaltar que somente o PSD (Partido Social Democrata) foi criado depois de restituída a Justiça Eleitoral, em junho de 1945, sendo que PTB e a UDN existiram por um curto período na ilegalidade. Ademais, é salutar registrar que o PCB só voltou à legalidade em outubro de 1945, isto é, cinco meses depois da restituição da justiça eleitoral e dois meses antes das eleições.¹³

Deste modo, em 7 de junho de 1945 foi instalado no Estado do Piauí o TRE-PI (Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), na incumbência de promover o alistamento de todas as pessoas

⁹Disponível em: <http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/o-tre-pi/memoria-e-cultura/evolucao-da-justica-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 31/05/2018.

¹⁰ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31/05/2018.

¹¹Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB>. Acesso em: 31/05/2018.

¹² Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em: 31/05/2018.

¹³Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em: 31/05/2018.

aptas a ir às urnas no dia 2 de dezembro de 1945, portanto, pouco menos de seis meses antes das eleições. Em um livro de memórias, o ex Interventor Federal no Estado do Piauí, Leônidas de Castro Melo, fez o registro do período.¹⁴

Só em 1945, quando a nação preparava-se para a nova fase constitucional, foi autorizada a criação de novos partidos. Surgiram então duas grandes organizações partidárias: o Partido Social Democrático (P.S.D), de apoio ao governo; e a União Democrática Nacional (U.D.N), de oposição[...]. Coube-me a honra de fundar a Seção Piauiense do Partido Social Democrático (P.S.D), o que se realizou na noite de 17 de junho de 1945[...] (MELO, 1976, p. 339).

Cabe ressaltar que, em 1945, Leônidas de Castro Melo completava dez anos de governo. No Piauí, o grupo político que estava fora do poder e que outrora havia desfrutado dos benefícios do mesmo, estava ávido a voltar, pois “sair do poder político poderia significar a perda de condições para sobreviver” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 32, 33). Além de prestígio, possibilidades de alocação de parentes e apoiadores em cargos públicos, assim, entrar no poder político, poderia constituir exatamente o oposto. O historiador Francisco Alcides do Nascimento aponta que as disputas políticas nas décadas de 1930 e 1940 no Piauí basicamente giravam em torno do poder, e estas eram circunscritas a grupos de famílias.¹⁵ Nesse sentido, a criação da UDN no Piauí foi marcada pelo agrupamento de todas as facções políticas que

¹⁴ Leônidas de Castro Melo foi um médico, professor e político piauiense. Nasceu no dia 15 de agosto de 1897 em Barras do Marataoan, filho do comerciante Regino Lopes de Melo e de Maria Florença de Castro Melo. Mudou-se para a cidade de Teresina ainda jovem, onde deu continuidade aos estudos iniciados na cidade de Barras. cursou os estudos secundários na Escola 21 de Abril em Teresina e posteriormente foi para o Rio de Janeiro onde, em 1920, foi diplomado médico. De volta ao Piauí, Leônidas de Castro Melo passou a exercer as funções de médico e professor no Colégio Estadual do Piauí. Exerceu diversos cargos em instituições de ensino na cidade de Teresina, sendo os mais importantes: diretor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Entrou na política em 1929, quando foi eleito vereador no Piauí, e daí então passou a exercer diferentes cargos no governo e participar ativamente da política piauiense. Foi conselheiro municipal de Teresina, presidente do Tribunal de Contas do Estado e fez parte do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Em setembro de 1934, quando ocupava o cargo de Secretário Geral do governo, foi indicado pelo PSNP (Partido Nacional Socialista do Piauí) e pelo então interventor estadual Landri Sales Rodrigues à candidatura a governador do Estado. Esteve à frente do poder executivo no Piauí por dez anos, durante o governo Getúlio Vargas. Assumiu a cadeira de governador do Piauí em 3 de maio de 1935, após eleição pela Assembleia Legislativa, sendo nomeado interventor por Getúlio Vargas em 23 de novembro de 1937, após a instituição do Estado Novo, permanecendo no poder até 9 de novembro de 1945. Ainda no ano de 1945, foi o responsável por fundar e presidir a sessão piauiense do PSD (Partido Social Democrata). Leônidas de Castro Melo também ocupou os cargos de Deputado Federal (1951-1955) e Senador da República (1955-1963). Sua administração enquanto governador e posteriormente Interventor Federal priorizou as áreas da Educação e Saúde, além de ter mobilizado recursos para o melhoramento da infraestrutura do Estado. Durante o seu governo foram realizadas a conclusão da construção do Liceu Piauiense, a implantação de um grupo escolar em cada município do Estado, a construção do Hospital Getúlio Vargas em Teresina, a criação de postos de saúde no interior do Estado, a implantação do Corpo de Bombeiros, a instalação de serviços de telefonia e a construção de ponte metálica sobre o rio Parnaíba, ligando a cidade de Teresina ao Maranhão. Fontes: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-de-castro-melo>. Acesso em 31/05/2018. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Histórico-biográfico Piauiense*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1993. 2º ed. 304 p.

¹⁵ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

estiveram fora do poder – ou foram convidadas a se retirar durante o governo de Getúlio Vargas e Leônidas de Castro Melo – enquanto o PSD (Partido Social Democrata) comportava os grupos que naquela ocasião detinham o domínio político no Estado.

Responsável pelo alistamento eleitoral no Piauí, o TRE-PI seguia as diretrizes do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), comandado pelo ministro José Linhares, que também presidia o STF (Supremo Tribunal Federal). No que se refere ao alistamento eleitoral, as fontes nos informam o seguinte panorama: dos 47 municípios piauienses, 37 eram sede de comarcas e 10 eram distritos jurisdicionados por elas. O TRE-PI dividiu o estado em 39 Zonas Eleitorais, sendo duas em Teresina, duas em Parnaíba e as 35 restantes nas demais Comarcas. 39 juízes eleitorais foram nomeados para as 39 zonas eleitorais.¹⁶ Coincidência ou não, é importante ressaltar que José Linhares havia trabalhado na elaboração da legislação eleitoral e chegou aos cargos mencionados através da nomeação direta do presidente Getúlio Vargas.¹⁷ Mais tarde, no ato da deposição de Getúlio Vargas, José Linhares assumiu a presidência da República.

Tanto nos documentos fornecidos pelo TRE-PI como nos dados colhidos junto ao IBGE, o número de eleitores alistados é citado. De acordo com o TRE-PI, o número de eleitores alistados em 1945 foi 132 mil, correspondendo apenas a 15% da população total do Estado do Piauí.¹⁸ As prerrogativas para estar apto ao voto continuavam sendo as mesmas da Constituição de 1934, em que o voto só era direito dos maiores de 18 anos. Além disso, continuaram as exclusões de praxe: analfabetos, mendigos e militares. O alistamento continuava sendo feito mediante a qualificação e inscrição, sendo ambas *ex-officio* ou a requerimento do interessado. O alistamento eleitoral *ex-officio* para o pleito de 1945 consistia basicamente em uma inscrição feita em bloco, encabeçado por chefes de repartições públicas, entidades autárquicas, parentais, de economia mista, presidentes das seções da Ordem dos Advogados e presidentes de conselhos regionais de arquitetura e engenharia.¹⁹

O alistamento *ex-officio*[...] foi calculadamente estendido às massas menos esclarecidas, enquadradas pelas organizações fascistas e que tinham sido reduzidos, pelo Estado Novo, os sindicatos, possibilitando assim a inclusão dos analfabetos e dos estrangeiros[...] (FRANCO apud SOUZA, 1976, p. 121).

¹⁶Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

¹⁷Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/jose_linhares. Acesso em: 31/05/2018.

¹⁸Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

¹⁹ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

De qualquer maneira, neste momento, nos atentemos aos números oficiais divulgados pelas instituições vinculadas ao governo. Assim, reiteramos que, segundo o TRE-PI, foram alistadas 132 mil pessoas, entre ambos os sexos, para votarem nas eleições presidenciais de 1945. No entanto, os dados colhidos junto ao IBGE apontam outro número.

No IBGE, consta que foram alistados 132.455 eleitores, distribuídos em todos os municípios e zonas eleitorais do estado do Piauí.²⁰ Aqui, já percebemos uma diferença de 455 eleitores. Pode não parecer muito, mas em qualquer condição de disputa através de voto, um voto já é o bastante para decidir uma eleição. Desse modo, não podemos deixar de nos atentar na divergência de números relacionados a um processo eleitoral dentro de duas instituições do Estado. Porém, analisemos mais alguns números e informações.

Em 1945, a secretaria do TRE-PI contava com apenas 8 funcionários requisitados de outros órgãos públicos, dentre eles dois da 26ª Circunscrição do Serviço Militar, um da Recebedoria da Fazenda do Estado, uma professora do Departamento de Ensino e quatro servidores do Tribunal de Justiça do Estado.²¹ Os órgãos competentes restituídos para a organização do pleito pelo governo tiveram, entre seus funcionários, sujeitos nomeados pelo executivo, tanto federal como estadual. A partir da perspectiva de construção memorialística ajustada aos interesses das instituições que as produzem – e neste caso vinculadas ao Estado – consideramos a possibilidade de alguns registros de memória produzidos por essas instituições terem sido construídos intencionalmente, sob um processo de enquadramento da memória para estabelecer um regime de verdades sobre um fato ocorrido, tornando-o versão oficial.

Entretanto, se existirem diversas versões memorialísticas sobre um determinado evento, sobretudo pelo fato de existir uma pluralidade de culturas e significados atribuídos a diferentes sujeitos, as memórias de um determinado período podem apresentar conflitos, justamente por não corresponderem aos registros memorialísticos de determinados grupos ou sujeitos. Deste modo, apontado o número de votantes que o TRE-PI nos forneceu, traremos de volta mais adiante, para novamente discuti-los em conjunto com outros registros. Discutiremos, no próximo tópico, algumas questões do contexto político pré-eleições, a partir das memórias de Leônidas de Castro Melo, Interventor Federal na ocasião, e dos dados que os registros do TRE-PI e IBGE nos oferecem, destacando algumas possibilidades de reflexão em relação ao processo eleitoral.

²⁰Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/representacao-politica>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

²¹ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31/05/2018.

O processo eleitoral de 1945 no Piauí: uma possibilidade interpretativa

Assim como o Governo Federal, o governo do Estado do Piauí também enfrentava uma forte oposição. Políticos como Matias Olímpio, Esmaragdo de Freitas, Helvécio Coelho Rodrigues, José Cândido Ferraz, entre outros, formavam a dianteira da oposição aglomerados na UDN. Essa oposição centrava críticas contundentes ao exercício do poder político que se estabeleceu durante o Estado Novo na figura do interventor, Leônidas de Castro Melo. Até aquele momento, no Piauí, diversas obras públicas haviam sido empreendidas para o melhoramento da infraestrutura da cidade de Teresina, contudo, devemos ressaltar a truculência policialesca instituída pelo poder público.²² Dessa questão, há um dado que merece ser levado em consideração e analisado sob a perspectiva na qual estamos construindo esta pesquisa, pois, além de interferir no cotidiano dos sujeitos envolvidos, atua no campo material e simbólico, enquanto prática e representação dentro do campo político. Trata-se dos incêndios criminosos em casas de moradores da cidade de Teresina ocorridos entre a década de 1930 e 1940.²³

A modernização de Teresina não contemplou toda a população, sobretudo pessoas de menor poder aquisitivo e que residiam nas zonas periféricas da capital. Além disso, Nascimento (2002) relata a ocorrência de incêndios criminosos em casas que tinham palha como cobertura de sua estrutura. Não podemos estimar se todos os moradores das “casas de palha” eram indivíduos notórios da sociedade teresinense, que tinham um emprego fixo, ou até mesmo registrado. Mas há de se imaginar – e até pelas condições das residências – que a maioria desses sujeitos não eram aristocratas.²⁴ Possivelmente, a maior parte deles era de trabalhadores teresinenses com suas famílias, pessoas simples, de baixo poder aquisitivo, além de migrantes do interior do Estado que se deslocaram para a capital em busca de trabalho e melhores condições de sobrevivência.

Devido aos incêndios, algumas pessoas morreram, muitas ficaram desabrigadas e perderam os poucos bens materiais que possuíam, consumidos pelas chamas. Os incêndios começaram a ocorrer ainda no final da década de 1930 e se estenderam à década de 1940, onde

²² Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

²³ Os incêndios criminosos que ocorreram na cidade de Teresina, entre as décadas de 1930 e 1940, atingiram uma larga parcela da população de menor poder aquisitivo da cidade. Muitas pessoas perderam suas casas, outras perderam a vida. Os incêndios, a violência policial e a ação do poder público no Estado do Piauí, foram estudados por alguns historiadores, jornalistas e literatos. Dentre as publicações que abordaram o tema, destacam-se *A cidade sob o fogo*, do historiador Francisco Alcides do Nascimento, publicada no ano de 2002 e também a obra literária *Palha de Arroz*, de Fontes Ibiapina, reeditada em 2004.

²⁴ A cobertura de palha, além de ser uma opção mais barata, fazia parte da cultura do Estado do Piauí, uma vez que a palha colaborava para amenizar a temperatura no interior das casas. Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

se tornaram cada vez mais intensos, de forma que o governo estadual resolveu tomar algumas medidas.

A intensidade dos incêndios de 1941 motivou a proposta de criação dentro da força pública, de um grupamento de bombeiros. No ano seguinte, Evilásio Vilanova²⁵ viajou para o rio de janeiro para adquirir equipamento material. O Decreto-Lei n.738 de 29 de 1942 abre credito especial de Cr\$ 163.507,90 (cento e sessenta e três mil quinhentos e sete cruzeiros e noventa centavos), para pagamento da aquisição e transporte de três carros tanques destinados a Sessão de Bombeiros da força policial do Estado (NASCIMENTO, 2002, p. 102).

A censura coibiu a divulgação de matérias jornalísticas no Estado do Piauí que mencionassem os incêndios.²⁶ Denúncias de tortura, espancamentos e sumiços de pessoas, violência policial empreendida na tentativa de eleger um culpado, faziam parte do cotidiano dos moradores da capital do Piauí. Para além disso, diversos outros problemas contribuíam para o desgaste do governo, entre eles críticas a apadrinhamentos políticos, sendo que um deles estava diretamente ligado ao interventor. Um desses apadrinhamentos foi o que ficou conhecido como “o caso dos Desembargadores”, ocorrido quando Leônidas de Castro Melo resolveu aposentar alguns desses magistrados para a nomeação de outros. Curiosamente, entre os Desembargadores nomeados, um era seu irmão, Eurípedes de Castro Melo.²⁷

Acreditamos que todos esses eventos não tiveram uma representação efêmera em meio ao campo social. Ao contrário, é possível que esses eventos possam ter contribuído para o desgaste da imagem do governo piauiense perante a população. Sendo o tempo dinâmico e os sujeitos sempre atravessados por diversas lembranças, valores e crenças do meio em que vivem, que os influenciam e os modificam constantemente dentro de um devir, as memórias são produto das relações individuais e coletivas dos sujeitos entre si no campo social. Essas relações engendram os fatos sociais que, por sua vez, constituem pontos de dispositivos de memória. Para Maurice Halbwachs (2004), a memória é um fato social, construído pelos grupos sociais em interação. Esta, por seu turno, pode ser conflituosa, traumática, amistosa ou agradável.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 2004, p. 34).

²⁵ Major do Exército, 39º comandante da Polícia Militar do Estado do Piauí. Esteve no Cargo entre 1940 e 1942, em que foi substituído pelo Tenente Coronel da Polícia Militar, Joaquim Ferreira da Silva. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/comandantes.php>. Acesso em: 31/05/1018.

²⁶ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

²⁷ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

A relação do testemunho do “eu” e do “outro” deve ser harmoniosa, no sentido em que ambos devem se entender enquanto membros de um mesmo grupo, isto é, devem existir pontos de orientação, inteligibilidade e sensibilidades que liguem os indivíduos, pois “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2004, p. 72).²⁸ No seu livro de memórias, Leônidas de Castro Melo compartilha suas recordações da campanha eleitoral de 1945, ressaltando o seguinte cenário:

Em outubro de 1945 a campanha eleitoral no Piauí estava no seu apogeu, com tremenda exaltação de ânimos. A UDN nos seus comícios fazia da agressividade ao interventor, meio de conduzir-me a prática de violências que pudessem ser exploradas em seu proveito [...] A aposentadoria dos Desembargadores; os incêndios em Teresina; crimes ocorridos no interior, eram temas preferidos atribuídos ao interventor, sistematicamente evocados por todos os oradores (MELO, 1976, p. 353).

Leônidas de Castro Melo, em seu livro de memórias, reforça os aspectos apontados por Maurice Halbwachs a respeito da Memória Coletiva. Por mais que o ex-interventor negasse os fatos atribuídos ao seu exercício político, este acaba por trilhar os mesmos esquemas narrativos impostos pela Memória Coletiva para se desassociar dos crimes imputados a sua figura. Tal empreendimento possibilita reconhecer os meandros que envolvem a captura individual dos aspectos sociais. Apesar de existir uma consciência individual que dá forma às ações dos sujeitos, possibilitando interpretações dos contextos históricos, sabemos que toda produção de enquadramento da memória individual contém certa convergência com a coletividade. Esta, por sua vez, sempre é produto de um certo grupo que se estabelece no campo social. Os sujeitos a todo momento se encontram atravessados por diversas lembranças de grupos diferentes.

Apesar de tudo, para Leônidas de Castro Melo, até o momento de sua saída do governo, as condutas e ações políticas pareciam transcorrer com uma relativa tranquilidade. No contexto nacional, Getúlio Vargas dizia que não queria mais permanecer no cargo, relutava em lançar uma eventual candidatura e apontava que estava cansado.²⁹ Mas nada parecia desencaminhado. Mesmo que Getúlio Vargas não fosse candidato, o PSD havia nascido do ventre do governo, tinha sua base eleitoral calcada nas interventorias estaduais e Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência pelo PSD, era amigo de Leônidas de Castro Melo. O que poderia dar errado?

²⁸ Nesse ponto específico, utilizamos a palavra *grupo* no singular porque, com base nas concepções halbwachianas, nossas memórias estão atravessadas pelas memórias de outros grupos, tais como trabalhadores, estudantes, eleitores, caminhoneiros, etc. No entanto, estes vários grupos estão inseridos em um espaço maior, que é a sociedade. Assim, neste ponto em particular, nos referimos ao grupo mais amplo, a sociedade como um todo.

²⁹ Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[...] a 29 de Outubro, a menos de sessenta dias da eleição, sobreveio inesperadamente, grande catástrofe que eu nunca pensara puder acontecer e nem de leve jamais me passara pela mente: os dois candidatos à presidência da república, General Eurico Dutra (P.S.D) e o Brigadeiro Eduardo Gomes (U.D.N), ambos, então, as mais prestigiosas figuras das Forças Armadas, uniram-se e depuseram Getúlio Vargas, entregando o governo da nação ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Linhares, até a realização das eleições. Estava assim eu, automaticamente, e de modo inesperado, destituído da interventoria. Ao receber a notícia fiquei atordoado, tal o choque. No meu atordoamento divisava, entretanto, uma réstia de esperança: o general Dutra sempre me distinguira, sempre se mostrava meu amigo (MELO, 1976, p. 353-354).

Leônidas de Castro Melo não desanimou. Passado o choque, em suas palavras, estabeleceram-se algumas reuniões e, como o próprio Melo (1976) cita, a vida seguiria. O jogo político não poderia parar. Melo permaneceu fiel ao seu partido e continuou apoiando Eurico Gaspar Dutra, mesmo depois de destituído do cargo. A vitória do PSD a nível nacional poderia lograr algum tipo de benefício, uma vez que, além de ser o presidente da sessão do partido no Piauí, era um político, médico e professor com experiência. No âmbito político, seguiu atuando em favor dos candidatos *pessedistas*:

Na semana seguinte em que deixei o governo prossegui com os comícios em Teresina, centro e subúrbios, e organizei caravanas que percorreriam o interior. A todos os comícios eu comparecia e era um dos oradores[...], visitei Picos, Floriano, Parnaíba e todas as cidades do norte e centro do Estado, em todas realizando entusiásticos comícios (MELO, 1976, p. 353-354).

O ex-Interventor estava confiante para o pleito, pois acreditava ter feito um bom trabalho de administração. Durante o exercício de seu poder político, havia tecido amizades pelo interior do Estado e mais, Getúlio Vargas estava apoiando o candidato à presidência da República pelo PSD. Além disso, os historiadores Francisco Alcides do Nascimento e Rosângela Assunção apontam a inexistência de registros que deem visibilidade a movimentos contestatórios ao governo por parte da classe trabalhadora, em especial os mais pobres, durante todo o período da sua administração.³⁰

Chegado o dia 2 de dezembro, o pleito ocorreu como previsto pela justiça eleitoral. Ao somarem os votos para presidente no Piauí, a constatação de uma nova ordem política surgiria aos antigos signatários dos *pessedistas*: Eduardo Gomes (UDN) vencera no Piauí com 58.739 votos. Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) obteve 51.229; Yedo Fiúza (PCB), 548; Rolin Telles (PAN), 1. Os votos em branco somaram a quantia de 2.256 e os nulos 1.058. Somando todos estes votos, obtemos o número de 113.831 votos destinados a presidente da República no estado

³⁰ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o Fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. P. 73. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. Cf. ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)*. / Rosângela Assunção, Teresina: UFPI, 2005. Dissertação (mestrado) UFPI.

do Piauí. De maneira preliminar e com base nos dados do TRE-PI, temos um número de 18.169 eleitores que não compareceram às urnas.

A partir dos dados eleitorais coletados junto ao site do IBGE, foi possível verificar que esta instituição considera que os números foram outros. Para presidente, no Piauí, a votação foi a seguinte: Eduardo Gomes (UDN) 56.800, Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) 48.993, Yedo Fiúza (PCB) 548, Rolin Telles (PAN) 1. O IBGE não informou o número de votos brancos e nulos. Se somarmos a quantidade de votos dos candidatos a presidente no Estado do Piauí, apontados pelo IBGE, chegamos ao seguinte número: 106.342 votos. Porém, o IBGE dá o número total de comparecimento às eleições totalizando 113.831 votantes. Se partirmos do número de eleitores cadastrados para a eleição de 1945, apontados pelo IBGE, constatamos que houve 26.113 pessoas que não compareceram às urnas. O fato do IBGE não fornecer o número de votos brancos e nulos é intrigante, uma vez que os votos em branco naquele período eram computados ao candidato vencedor.

O número total de votantes é igual, mas o número de pessoas aptas a votar difere, assim como o número dos que não compareceram às urnas. Para o TRE-PI não teriam comparecido às eleições 18.169; para o IBGE 26.113. Ou seja, uma diferença de 7.944 votos. Se somarmos apenas os votos brancos e nulos apontados pelo TRE-PI, chegaremos ao número de 3.314 votos. Este número ainda é distante se observarmos a diferença entre os não comparecimentos, ou seja, se, com base nos dados do IBGE, tentássemos imaginar que os brancos e nulos estariam inclusos entre os que não compareceram, ainda assim a diferença entre os números apresentaria divergência de 4.630 votos. Quantia expressiva. Voltamos a ressaltar, em um processo eleitoral democrático, um voto faz diferença, pois pode significar a vitória ou a derrota.

Mas há outro detalhe importante. Reparem que o número de votos entre os candidatos da UDN e PSD difere nos dados dos dois órgãos, enquanto o número de votos dos candidatos dos outros dois partidos permanece o mesmo. Entre os dados do TRE-PI e IBGE, para Eduardo Gomes há uma diferença de 1.939 votos; para Dutra a diferença é de 2.236 votos. Quantias que também fazem diferença no resultado final. Não satisfeitos com estes resultados gerais, resolvemos nos aprofundar e analisar os resultados da votação por município, observando o sufrágio de cada um dos 47 municípios.

Ao somarmos o resultado das votações em cada município do Estado do Piauí, chegamos aos seguintes números: Eduardo Gomes (UDN) 53.832 votos e Eurico Gaspar Dutra (PSD) 51.229. Estes números foram adquiridos a partir de fontes do TRE-PI. Não obtivemos acesso aos números da votação por município junto ao IBGE. No entanto, em valores gerais,

estes números diferem dos que são apresentados como valores gerais pelas duas instituições, salvo o número da votação para Eurico Gaspar Dutra que, nos dados do TRE-PI, confere.

Para o TRE-PI, em um resultado geral, Eduardo Gomes venceu com 58.739 votos. Segundo o IBGE, Gomes venceu com 56.800 votos. Ainda de acordo com o TRE-PI, contabilizando os votos de cada município, Eduardo Gomes vence com 53.832. Se anexarmos os votos em branco a este último número, o valor vai ser de 56.088 votos, o que ainda difere do resultado geral.

Conforme o TRE-PI, em um resultado geral, Eurico Gaspar Dutra obteve 51.229 votos. De acordo com o IBGE, Dutra obteve 48.993 votos. Para este mesmo TRE-PI, que já citamos, contabilizando o número de votos por municípios, Dutra obteve 51.229 votos. Portanto, pelo menos para Dutra, o resultado do TRE-PI está correto. Nesta instituição, não notamos divergências na votação de Dutra. Agora, entre TRE-PI e IBGE, a votação de Eurico Gaspar Dutra tem uma queda de 2.236 votos.

Se analisarmos a situação de Eduardo Gomes, chegaremos às seguintes conclusões: entre o resultado geral apontado pelo IBGE em relação ao do TRE-PI, Eduardo Gomes perde 1.939 votos. No resultado por municípios, dentro dos dados do TRE-PI, Gomes perde 4.907 votos. Entre os resultados dos municípios e o IBGE, Eduardo Gomes perde 4.839 votos. É verdade que nessas análises ambos os candidatos perdem votos, porém, Eduardo Gomes é o que mais perde votos, embora tenha vencido. Mas analisemos um outro ponto importante, o número de eleitores. Para estar apto à votação na eleição de 1945, a condição de ser alfabetizado era uma prerrogativa, pelo menos em tese.

Para confirmarmos o número de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí naquele momento, era necessário que obtivéssemos os dados. Não conseguimos ter acesso a nenhum percentual estimativo no número de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí no ano de 1945. Aliás, não encontramos este dado referente a nenhum Estado. Encontramos dados de matrículas escolares, mas que não especificavam a idade dos estudantes matriculados, o que não nos torna possível fazer um mapeamento de quantos sujeitos com dezoito anos estavam matriculados. Ora, uma pessoa com dezoito anos ainda poderia estar cursando o ensino primário naquele período que, em tese, era para ser o ensino infantil. Dessa maneira, recorreremos aos dados de 1940.

O número de pessoas com dezoito anos ou mais alfabetizadas no Piauí em 1940, dado recolhido junto ao IBGE, era de 88.121 pessoas. Essa estimativa foi feita entre a década de 1920 e 1940, apontando um crescimento de 4,3% em 20 anos. Não encontramos registros de que tenha havido um vertiginoso crescimento no percentual de pessoas instruídas pelo sistema de

ensino público no Piauí da década de 1940, alfabetizando 43.879 pessoas em apenas cinco anos, pois só assim chegaríamos ao número de alistados para as eleições em 1945 apontados pelo TRE-PI, que é de 132 mil pessoas. Algumas fontes apontam que, durante o governo Leônidas de Castro Melo, a educação recebeu atenção privilegiada por parte do poder público, sendo construídos diversos grupos escolares nos municípios do Estado do Piauí, mas não dispomos de dados que atestem as idades dos estudantes matriculados e nem o funcionamento regular de tais escolas. Além disso, em 1940 não existia a possibilidade real de eleições diretas. Esta foi se construindo no percurso até 1945. Também é importante lembrar que o TRE-PI só foi instituído pouco menos de seis meses antes das eleições. Não temos os dados da população alfabetizada em 1945, mas, com base na estimativa apresentada, podemos avaliar que a probabilidade de 43.879 pessoas terem sido alfabetizadas em cinco anos é baixa.

O percentual de pessoas alfabetizadas pode até ter aumentado, mas também pode ter diminuído por diversos motivos, entre eles migração ou óbito. Para além disso, analisamos o número de trabalhadores que desempenhavam funções que não eram agricultura, pecuária ou serviços domésticos. Os dados apontam que estas pessoas trabalhavam nas cidades de maior porte e o número verificado é de 63.193 pessoas. Entretanto, não podemos analisar este número de trabalhadores sem imaginar que, no mínimo, uma parte deles também está inclusa no número de pessoas alfabetizadas. Se considerássemos que todos eram alfabetizados e somássemos esse número com o total geral de pessoas alfabetizadas, o número seria superior ao de eleitores alistados para votar. A soma traria o número de 151.314 eleitores. Por outro lado, também não podemos afirmar que este número de trabalhadores permaneceu o mesmo entre 1940 e 1945.

Em um derradeiro esforço, poderíamos levar em conta o percentual de pessoas que haviam adquirido a carteira de trabalho junto ao ministério. Esta cifra, no Piauí, contabilizada durante todo o período do governo de Getúlio e, portanto, antes e durante o Estado Novo, é de 16.139 pessoas. Mas essa quantia também pode estar inserida nos dois grupos, tanto de trabalhadores urbanos, como de pessoas alfabetizadas. Se somarmos este dado com o número de pessoas alfabetizadas, chegaremos a seguinte soma: 104.206. Este número se aproxima da estimativa de votantes dado pelo IBGE, mas ainda fica distante do percentual de eleitores cadastrados. Não conseguimos estabelecer uma divisão precisa entre os sujeitos que estavam inclusos no grupo dos trabalhadores e eram considerados alfabetizados, ou mesmo possuíam carteira profissional e não estavam exercendo algum trabalho. O que fica evidente é que, a partir das prerrogativas constitucionais para o alistamento eleitoral, levando em consideração a alfabetização no Piauí, 88.121 pessoas estariam aptas a votar. Então, como se explica o número de eleitores cadastrados para as eleições de 1945 no Piauí?

O alistamento *ex-officio* é a resposta. Mas este tipo de alistamento, como já ressaltamos, burla a própria prerrogativa da lei eleitoral de 1945, a qual exigia que o indivíduo fosse alfabetizado. Dados os mecanismos do alistamento *ex-officio*, não podemos nos esquecer que o eleitorado rural também pode entrar nesta soma através do alistamento em bloco feito pelos “chefes” locais. Mesmo que tenham ensinado 43.879 pessoas a assinar pelo menos o seu nome e reconhecer o nome do candidato na cédula de votação, considerar um indivíduo alfabetizado apenas por ele ser capaz de assinar o próprio nome e reconhecer um outro não o faz alfabetizado, mesmo para aquele contexto. Claramente há uma contravenção à lei eleitoral de 1945, ou, no mínimo, uma conveniente facilitação do alistamento. Desta forma, o alistamento eleitoral teria sido fraudulento? Como isso pode ter ocorrido?

A lei constitucional de n.º 9, que mantinha em vigência a Lei n.º 2 de 1938, a qual não permitia a aposentadoria de servidores públicos civis e militares, manteve-se em vigor até a constituição de 1946, portanto, depois das eleições presidenciais. Possivelmente isso vigorou em todo o Brasil. Neste sentido, podemos levantar a seguinte hipótese: O próprio Estado preparou uma engrenagem constitucional através de funcionários públicos, nomeados pelo poder executivo, que poderiam ser agentes políticos dentro das instituições, travestidos de simples funcionários, a fim de garantir o controle do processo eleitoral. Não se trata de apenas uma contagem de votos, ver quem venceu ou perdeu, e sim da possibilidade de fraude em um processo que – através da narrativa empreendida pelos dispositivos estatais e outros lugares produtores de memória, como jornais, revistas ou produções audiovisuais – foi descrito na história nacional enquanto processo de redemocratização de 1945.

Considerações finais

A partir do exercício proposto, podemos considerar que 1945 foi um período na história do Brasil que marcou a inserção de um maior número de sujeitos no campo político, inserção essa possibilitada através do voto. Poder votar foi compreendido como poder decidir por si e pelas demais pessoas que participam de um processo democrático, no que se refere a eleição de sujeitos políticos. Getúlio Vargas inaugurou um modelo de se fazer política no Brasil, dando visibilidade e poder decisório aos sujeitos trabalhadores, incorporando-os no cenário político como votantes. Nenhum outro partido ou candidato à presidência da república, depois do primeiro governo de Getúlio Vargas, deixou de incorporar ao seu discurso a importância do trabalho e da democracia.

Com base na leitura das memórias e nas múltiplas possibilidades de observação do passado que elas apresentaram, podemos vislumbrar uma chave de interpretação do período que nos propomos a debater. Especulamos que, junto com a redemocratização de 1945, é possível que tenha havido a construção de uma engrenagem constitucional em conjunto com a legislação eleitoral, fruto da Lei Constitucional de Nº 9, e da atualização do Código Eleitoral pelo Decreto Nº 7.586 de 1945, a fim de assegurar ao governo o controle majoritário das mudanças que viessem a ser realizadas no cenário político institucional, o que não excluiu o Piauí. Neste Estado, com base nos dados apresentados e na análise feita a partir deles, fica evidente que há uma divergência. Se nos outros Estados essa prática também tiver ocorrido, podemos auferir que possivelmente houve uma fraude nas eleições de 1945 e o processo de redemocratização não teria ocorrido de forma tão democrática assim.

Apesar do direito ao voto ter sido estendido a uma parcela da população e, mesmo tendo ocorrido o pleito nos prazos legais, facções políticas podem ter influenciado no resultado, no que tange a práticas comumente utilizadas antes da tomada de poder em 1930. Como exemplo dessa questão, podemos apontar um caso fartamente mencionado na imprensa local. O ex-interventor Leônidas Melo se tornou grato a Eurico Dutra devido à intervenção do Ministro da Guerra, no caso já mencionado anteriormente no texto, da aposentadoria compulsória dos três desembargadores piauienses. Como já apontando, Leônidas Melo promoveu essa decisão autoritária para favorecer seu irmão na assunção da função de desembargador no Estado. A atuação de Dutra protegendo a decisão arbitrária de Melo teve como desdobramento, anos depois, o apoio eleitoral dos *pessedistas* piauienses para a eleição do genro de Dutra, Mauro Renault, pelo Piauí. Renault foi eleito mesmo sem sequer ter ido ao Estado do Piauí, servindo esta situação, durante todo o seu mandato, como motivo de querela entre ele e os políticos piauienses da UDN, assim como a situação era motivo para algumas piadas e suspeitas sob o processo eleitoral em jornais de circulação nacional.

Mauro Renault recebeu o apoio eleitoral necessário para tornar-se deputado vindo da região norte do Estado, onde era notório os mandos políticos dos Freitas, segmento familiar político ligado ao PSD. Muitos políticos questionavam a licitude do processo eleitoral, em razão da peculiaridade da eleição de Renault no Estado. Mencionava-se o aparelhamento do Estado feito pelo ex-interventor que, possivelmente, fazia vistas grossas para as irregularidades no processo eleitoral daquela região. São suspeitas apontadas nos jornais da oposição, mas que não devem ser desconsideradas na análise daquele processo eleitoral. A confusão entre o público e o privado, a apropriação da máquina pública para fins pessoais ou partidários, somado a um

discurso político que apela à memória como ferramenta de discurso, constitui uma *cultura política* importante no Piauí daquele momento.³¹

Referências bibliográficas:

ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)*. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2005.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: *Para uma história cultural*. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Cap 20, p. 349-359.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista, Getulismo, PTB e Cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 329 p.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Histórico-biográfico Piauiense*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1993. 2º ed. 304 p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho*. COMEPI, 1976.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

_____. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História. (10). Dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

³¹ Cf. BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: *Para uma história cultural*. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Cap 20, p. 349-359.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. “*Do Estado Novo ao regime de 1946*”: Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 104-136



**As Eleições na Primeira República:
Abstenções, Legislação e Controle Eleitoral**

Carina Martiny¹

Resumo: Este artigo trata das eleições no Brasil durante os anos iniciais da Primeira República. Apresenta os principais enfoques historiográficos sobre o tema e algumas propostas mais recentes de análise. Objetiva analisar aspectos relacionados aos pleitos tais como a questão das abstenções, o papel legitimador cumprido pelas eleições no momento inicial do regime republicano e a relação entre a legislação eleitoral e o controle exercido pelos partidos situacionistas estaduais. Com base nas propostas da microhistória, trabalha com a análise intensiva das fontes, entre as quais correspondência, jornais e legislação do período. Conclui que as eleições tiveram papel fundamental na instituição e consolidação do regime republicano, visto que as preocupações de líderes partidários estavam constantemente voltadas para esses episódios da vida política.

Palavras-chave: Eleições. Abstenções. Legislação eleitoral.

Abstract: This article deals with the elections in Brazil during the early years of the First Republic. It presents the main historiographical approaches on the subject and some more recent proposals of analysis. It aims to analyze aspects related to the elections, such as the question of abstention, the legitimating role played by the elections in the initial moment of the republican regime and the relationship between electoral legislation and the control exercised by the state situationist parties. Based on the microhistory proposals, it works with the intensive analysis of the sources, among which correspondence, newspapers and legislation of the period. It concludes that the elections played a fundamental role in the institution and consolidation of the republican regime, since the concerns of party leaders were constantly focused on these episodes of political life.

Keywords: Elections. Abstentions. Electoral legislation.

Introdução

As eleições não eram uma novidade republicana. Elas faziam parte da vida política imperial, como bem demonstrou Richard Graham (1997). No seu já clássico *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*, o brasilianista sinalizou a centralidade das eleições no Brasil Imperial, demonstrando que elas ocorriam com grande frequência: a cada quatro anos para eleger deputados e vereadores; a cada vez que um senador falecia e, então, outro precisava ser

¹ Graduada e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: carinamartiny@gmail.com

eleito para seu lugar; havendo ainda as eleições de juízes de paz nos municípios e a votação para escolha dos eleitores.

Se considerarmos os cargos elegíveis, podemos supor que o processo eleitoral adquiriu maior importância após a instituição do regime republicano, visto que se ampliaram os cargos a ser preenchidos por via eleitoral. Se antes, no Império, o poder Legislativo – senadores (vitalicamente), deputados gerais, deputados provinciais e vereadores – para além de outros cargos como os de juízes de paz, passavam pelo aval dos pleitos, com a República, o grupo de políticos eleitos foi ampliado. Passaram a depender do voto também os ocupantes dos Executivos federal, estadual e municipal, ou seja, o presidente da República, os presidentes de Estado e os intendentess.

Frente a essas constatações, o presente artigo objetiva discutir aspectos do sistema eleitoral durante o período inicial da República, atento às práticas vigentes no âmbito estadual e municipal no Rio Grande do Sul. Deriva de uma pesquisa pautada nos pressupostos metodológicos da microhistória, quais sejam, a redução da escala de observação e a formulação de perguntas gerais.² Buscando novas possibilidades interpretativas, buscou-se uma abordagem que privilegie questões da micropolítica, com especial atenção para a interação entre as esferas estadual e municipal.³

Assim, o texto está dividido em três partes. A parte inicial faz um pequeno balanço sobre o modo como parte da historiografia abordou a temática das eleições republicanas. Na segunda parte do texto, abordaremos a dinâmica eleitoral estadual e municipal a partir da questão da abstenção eleitoral, evidenciando ter sido ela um fator central na preocupação das lideranças republicanas do período. Discute-se, a partir da questão das abstenções eleitorais, o papel das eleições como fator legitimador do novo regime político que estava sendo instalado no país a partir de 1889 e o lugar que era reservado às oposições no contexto da dinâmica eleitoral. A parte final atenta, por sua vez, para a legislação eleitoral e para as ações do Partido Republicano

² Este artigo é parte da tese de doutorado defendida em 2018 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS elaborada com base nos princípios teórico-metodológicos da micro-história. A opção pela metodologia micro-histórica tem por objetivo acessar aspectos que, em uma análise macro, não seriam analisados visto que ficam evidenciados quando se reduz a escala de observação. Sobre isso, Giovanni Levi argumenta que o “princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p. 139). Sobre a metodologia da redução de escala de análise proposta pela micro-história italiana ver Giovanni Levi (1992), Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1991) e Jacques Revel (1998; 2000).

³ A existência de trabalhos com essa perspectiva reforçou ainda mais a importância de considerar a relação entre as esferas municipal e estadual de poder. Loiva Félix (1996), que publicou originalmente em 1987, trabalhou com as dinâmicas da política municipal durante o período do governo de Borges de Medeiros (a partir de 1898), demonstrando a existência de negociações e barganhas entre o Executivo estadual e líderes locais. Ainda que trate do período imperial, o trabalho de Jonas Vargas (2010) também sinalizou para a importância de atentar para as questões políticas de nível “paroquial” como meio para compreender a política da “Corte”.

Rio-Grandense (PRR) – especialmente de seu chefe, Júlio Prates de Castilhos – no que concerne ao controle eleitoral com vistas a assegurar a vitória. Publicações de jornais, legislação do período e correspondências são a base documental da análise realizada.

As eleições republicanas na historiografia: questões a debater

A historiografia sobre o período republicano não ignorou a temática das eleições. Inúmeros trabalhos colocaram os pleitos no centro do debate, concedendo destaque a três questões. A primeira é a reduzida participação eleitoral da população brasileira nos pleitos, bem assinalada na obra de José Murilo de Carvalho. O autor destaca que a instituição do novo regime não levou à esperada ampliação da cidadania política visto que a manutenção da exigência de alfabetização e a exclusão de mulheres levou ao “aumento pouco significativo” do eleitorado brasileiro a 2% da população total do país, segundo dados referentes à eleição presidencial de 1894 (CARVALHO, 1987, p. 43). Também Jairo Nicolau ressalta que durante a Primeira República, “um número muito reduzido de eleitores participava das eleições”, ainda que o critério censitário tenha sido suprimido (NICOLAU, 2004, p. 3). Os dados apresentados por Carvalho para o Rio de Janeiro, não modificam esse cenário geral. Para a eleição à Assembleia Constituinte, em 1890, foram alistados 5,5% da população total. O alto grau de abstenção, entretanto, reduzia ainda mais a participação. Na eleição presidencial de 1894, por exemplo, apenas o equivalente a 1,3% da população do Rio de Janeiro tomou parte no pleito (CARVALHO, 1987, p. 85).⁴

Sobre este ponto, há algumas discordâncias. Viscardi questiona a afirmação de que tenha ocorrido uma “redução do coeficiente de participação eleitoral da República em relação ao Império” (VISCARDI, 2017, p. 111). Ela lembra que a diminuição foi provocada ainda durante o Império, com a promulgação da Lei Saraiva (1881) que introduziu o critério de alfabetização. Se até 1880 cerca de 10% da população participava do processo eleitoral, após 1881 esse percentual caiu para 1%, conforme dados apresentados por Carvalho (1987, p. 43).

Segundo argumenta Viscardi, ainda que pequeno, houve um aumento da participação eleitoral durante os anos iniciais da República, se comparado aos anos finais do Império. Além disso, a autora aponta que mesmo após o fim da Primeira República, a participação não cresceu muito: em 1933, apenas 3,3% da população; somente após 1945 o percentual ultrapassou 10% (VISCARDI, 2017, p. 111). A autora argumenta ainda que a legislação eleitoral republicana

⁴ Sobre a reduzida participação política na República decorrente da restrição do voto ver RESENDE (2010) e CARVALHO (2012).

introduzia mecanismos que aumentavam o eleitorado, como o fim do critério censitário e o acesso ao direito de voto para alguns menores de 21 anos, conquanto fossem casados, bacharéis, oficiais ou clérigos.⁵ Percebe-se, portanto, que a autora questiona a afirmação de que a República teria sido a responsável pela diminuição da participação eleitoral. Para ela, os republicanos “contentaram-se com as restrições impostas pela elite imperial” (VISCARDI, 2017, p. 111).

Há ainda de se considerar que o impacto da exigência de alfabetização não foi homogêneo. Ao diminuir o foco de análise para a esfera municipal constata-se que, em alguns casos, o número de excluídos por não serem alfabetizados foi reduzido. Foi o que ocorreu, por exemplo, em municípios com grande presença de imigrantes de origem teuta por conta do elevado percentual de alfabetização entre imigrantes e descendentes.⁶

Em trabalho anterior analisamos os dados eleitorais de São Sebastião do Caí (RS), município com significativa presença de imigrantes de origem teuta e italiana. Dos 932 votantes alistados no final da década de 1870 neste município, cerca de 80% eram alfabetizados, de modo que o impacto do critério literário foi bem menor se comparado a outras regiões. Cumpre ressaltar, também, que com a República houve, inclusive, um aumento do coeficiente de participação eleitoral: no Império, 8,85% da população votava; na República, o percentual passou a 9,61%.⁷ Além da questão da alfabetização, nesse caso pode ter pesado, também, a promulgação da lei de grande naturalização de 1890, que declarava brasileiros todos estrangeiros que não se manifestassem em contrário, permitindo, assim, que se transformassem em eleitores. Percebe-se, deste modo, que preservar as especificidades nos fornece uma imagem mais completa do quão complexo era o cenário político no início da República.

A segunda questão relacionada às eleições é sua vinculação ao sistema coronelista⁸, dado que os pleitos eram o momento central de reafirmação da dependência e, por vezes, até subjugação, da população votante em relação aos coronéis locais. Neste sentido, é incontestável

⁵ Outro argumento interessante utilizado pela autora é a comparação com o contexto internacional. A autora demonstra que não foi somente no Brasil que a cidadania teve dificuldades para ser ampliada. Neste sentido, assevera que a “cidadania ativa, nos moldes da França ou dos Estados Unidos, eram exceções, das quais a grande maioria dos países não compartilhava, entre eles, o Brasil” (VISCARDI, 2017, p. 110).

⁶ A historiografia já destacou a disparidade no percentual de votantes em regiões de colonização. Ver, sobre isso: LOVE, 1975; RECKZIEGEL, 2007. Especificamente em relação ao Rio Grande do Sul, Reckziegel aponta que, com a República, mudou o cenário político do estado pois o crescimento econômico e populacional deram maior importância política a outras áreas, em detrimento da Campanha, como as regiões da Serra e do Litoral. *Isso ocorreu porque nessas regiões havia um maior grau de alfabetismo, tendo sido este um dos critérios determinantes para ser eleitor* (RECKZIEGEL, 2007, p. 32. Grifos nossos).

⁷ Os dados sobre a participação eleitoral em São Sebastião do Caí são melhor detalhados e discutidos em MARTINY (2010, p. 78-82).

⁸ Sobre coronelismo ver LEAL (1975), QUEIROZ (1976) e CARVALHO (1998).

o grande impacto e influência que a obra de Vitor Nunes Leal teve sobre a historiografia. Em *Coronelismo, Enxada e Voto*, Leal traçou uma vinculação direta entre coronelismo e sistema eleitoral:

[...] esses remanescentes de privatismo [uma das condições do coronelismo] são alimentadas pelo poder público, e isto se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável (LEAL, 1975, p. 20).

O problema deste tipo de interpretação está na submissão da eleição e do voto ao poder do coronel. Tal entendimento desconsidera a autonomia e poder de barganha que os eleitores possuíam em relação ao voto. Como veremos adiante, ao tratarmos da abstenção, o simples ato de votar ou deixar de votar foi utilizado pelos eleitores para demonstrar seu descontentamento com o contexto político, à revelia do que ordenavam ou desejavam as autoridades.

O terceiro ponto é aquele que é o mais recorrente na historiografia, vincula as eleições às fraudes e violência.⁹ Muitos são os relatos de contemporâneos, as acusações na imprensa da época e os protestos em atas denunciando as fraudes. Da mesma maneira, é possível encontrar relatos sobre a coerção que eleitores sofriam antes e durante os pleitos. O sistema eleitoral, corroído pelos mais diversos modos de fraude, que iniciavam no alistamento eleitoral, passavam pelo bico de pena e acabavam na Comissão de Verificação de Poderes¹⁰, tornavam a ascensão de um candidato dependente não somente do voto, mas de toda uma estrutura de controle dos pleitos centralizada, no mais das vezes, pelo partido situacionista em cada estado.

Trabalhos mais recentes, entretanto, têm questionado essa visão das eleições como marcadas pela fraude e violência. Não as querendo negar ou minimizar, esses trabalhos buscam, na análise dos processos eleitorais do período, uma visão mais completa da complexidade que envolvia esses momentos. Sobre essa nova perspectiva de análise que procura “ir além da imagem clássica dos pleitos republicanos” escrevem Ricci e Zulini:

Não se questiona, aqui, o recurso à fraude e à violência nessa época, indubitável. A nosso entender, porém, o foco sobre ambos os elementos invariavelmente deturpou a compreensão de como se organizavam os escrutínios na Primeira República e, sobretudo, a captura do jogo político que os caracterizava (RICCI; ZULINI, 2016, p. 198).

Os autores defendem que fraude e violência não eram “condições suficientemente capazes de manter sobre controle o resultado das urnas”, sendo “o domínio partidário da máquina administrativo-eleitoral, entendida aqui como a estrutura organizacional necessária à

⁹ Esse é o caso, por exemplo, de LOVE (1975, 125-127), CARVALHO (1987, p. 87-88) e RESENDE (2010, p. 113).

¹⁰ Sobre a Comissão de Verificação de Poderes ver FIGUEIREDO, 2013a; 2013b.

realização dos escrutínios segundo as prescrições legais da época, a melhor aposta no intento de se diminuir a incerteza dos pleitos que se seguiam” (RICCI; ZULINI, 2016, p. 201). Para isso, buscaram analisar as três etapas burocráticas que envolviam as eleições, quais sejam: o alistamento e qualificação dos eleitores, a composição das mesas eleitorais e a diplomação dos eleitos pelas Juntas Apuradoras. Em outro trabalho (RICCI; ZULINI, 2013), atentaram para aquela que se tornou uma etapa burocrática essencial neste processo, ou seja, para o trabalho da Comissão de Verificação de Diplomas.

Que tais procedimentos eram comuns, não se questiona. Bem ao contrário, na documentação analisada é possível encontrar referências que atestam sua prática. Mas as eleições não eram somente fraude e violência. Outras práticas e procedimentos também marcaram o processo e receberam bem menos atenção dos estudiosos do período. Assim, acabou por se produzir uma visão reduzida do fenômeno eleitoral, como já observaram Viscardi (2017) e Ricci e Zulini (2016). A seguir buscamos explorar um aspecto dos pleitos republicanos que auxilia a compreender a importância dos escrutínios no contexto republicano, bem como destaca o poder que os eleitores detinham ao decidir votar ou não votar. Trata-se da abstenção eleitoral.

As difíceis tarefas de fazer votar ou deixar de votar: as abstenções eleitorais

É certo que nem todos os republicanos pensavam as eleições e a participação política de modo igual. Cristina Buarque de Holanda (2009) trata das diferentes correntes de pensamentos imperantes no seio da República brasileira e de como elas compreendiam a representação política. O entendimento dos positivistas, por exemplo, era distinto dos republicanos liberais. Ao contrário destes últimos, os positivistas entendiam que os “homens comuns são objeto, e não sujeito, da representação” (HOLANDA, 2009, p. 81). Deste modo, os representantes não precisavam estar sujeitos à aprovação dos pleitos. Entretanto, uma vez vencidos nas discussões da Assembleia Constituinte de 1891, que consagrou as eleições como fundamento da representação, os positivistas passaram a reservar aos pleitos apenas função legitimadora: tratava-se de uma concessão formal, dado que o espírito público, diferentemente deles, entendia que a legitimidade das instituições dependia da sanção eleitoral.¹¹

Neste sentido, vencer os pleitos era fundamental, mesmo que a oposição se abstinhasse de participação. Afinal, as eleições legitimavam o próprio sistema republicano. Entretanto, na

¹¹ Sobre a questão da representação política segundo os princípios positivistas ver HOLANDA, 2009, p. 80-84.

prática, as eleições adquiriam múltiplas funções. Nos municípios, por exemplo, as disputas eleitorais adquiriam sentido próprio. Loiva Félix observou que “a eleição era o momento mais importante da exteriorização da disputa pelo poder local, sobretudo enquanto possibilidade de serem obtidas as graças do governo estadual, assegurando-se, com isto, a continuidade do reconhecimento social do prestígio político” (FÉLIX, 1996, p. 105). Mais do que fundamento de legitimidade mediante a sanção dos eleitores, era o reconhecimento da autoridade pelo poder estadual, visto que a vitória estava diretamente vinculada ao apoio obtido da executiva estadual.

Assim sendo, mesmo excluindo grande parte da população da participação nos pleitos, a República mantinha o caráter legitimador com a manutenção de tal rito. Isso explica a preocupação de lideranças em garantir a menor abstenção eleitoral possível. Como o voto era facultativo, levar os qualificados às urnas em dias de pleito era uma tarefa essencial para as lideranças, visto que os empecilhos para a participação eram muitos. Aqueles que conseguiam sucesso vangloriavam-se de seu trabalho. João Raimundo da Silva vibrava com o “resultado esplêndido” alcançado na eleição municipal. Segundo ele, em “37 anos que milito na política não vi um resultado igual, e depois que foi proclamada a República, aqui na Cidade, o maior número de votos até agora conhecido foi de quatrocentos e nesta eleição quase atingiu a 600 [...]”.¹²

Mas, nem sempre a tarefa de levar eleitores às urnas obtinha o sucesso desejado pelas lideranças republicanas. Os que fracassavam na tarefa de convencer os eleitores qualificados a participar dos pleitos tinham que explicar ao chefe do partido, o motivo das abstenções. Gervásio Lucas Annes escreveu de Passo Fundo, em janeiro de 1897 para justificar a votação “insignificante” ocorrida no município. As causas estavam relacionadas a fenômenos naturais e à ausência de infraestrutura no município: “A nossa votação foi insignificante, mas foi devido a uma bomba d’água que caiu aqui no dia da eleição, precedida de um mês de chuvas torrenciais. Ora, não há uma ponte no município, os arroios privaram grande parte dos eleitores de virem votar”.¹³ Observa-se que, junto à explicação que concedia ao chefe do partido, Lucas Annes barganhava com Castilhos a participação de eleitores nos pleitos com investimentos que deveriam ser feitos pelo governo estadual no município. Para além das chuvas, a ausência de pontes seria o grande fator limitador da participação eleitoral, como buscou destacar em sua carta.

¹² Carta de Raimundo Corrêa da Silva a Jango. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre Correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 927.

¹³ Carta de Gervásio Lucas Annes a Júlio de Castilhos. Passo Fundo, 14 de janeiro de 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 37, Doc. 214.

Dois anos depois, Francisco Hilebrand escrevia a Paulino Ignácio Teixeira, intendente de São Sebastião do Caí, para explicar porque em Nova Petrópolis, 5º distrito do município, não havia ocorrido eleição.¹⁴ Segundo sua explicação, no dia marcado para o pleito teriam comparecido apenas os mesários das duas sessões e seis eleitores, não se realizando o pleito “em vista de tão insignificante número de eleitores”. Hilebrand alegava que o aviso para a realização da eleição havia chegado muito tarde, não tendo sido possível avisar todos eleitores. Entretanto, observava que mesmo os que foram avisados não compareceram e, diante do fato, apontava os motivos para tão grande abstenção. As causas apontadas não eram naturais ou relacionadas à falta de investimentos do governo, como no caso de Passo Fundo. Resultava, ao contrário, da apatia e da ação deliberada dos eleitores. Dentre os motivos elencados, três nos chamam a atenção.

O primeiro seria “o grande indiferentismo do p[essoal] deste distrito que não podem compreender a importância das eleições e não querem sacrificar nem um dia útil para cumprir um dever patriótico”. Há de se levar em conta que o deslocamento do eleitorado até os locais em que estavam instaladas as mesas demandava, para muitos, horas de viagem, o que significava deixar para trás suas atividades produtivas, algo nem sempre desejável.

Outro motivo apontado era a simpatia de muitos locais aos “revolucionários”: “nota-se desde muito tempo pouca afluência nas eleições que sempre diminuiu, principalmente desde os tempos da revolução”, sendo este procedimento animado “pelos antigos chefes locais”.¹⁵ O terceiro motivo seria o fato de que “Em geral porém todos atribuem pouca importância à eleição de hoje dizendo que como não há oposição nas urnas e havendo só um candidato este seria eleito até sem votos deste distrito”.¹⁶

Não há como confirmar se as motivações para a não afluência de eleitores aos locais de votação tenham sido exatamente aquelas apontados por Hilebrand em sua carta a Teixeira, mas o que podemos concluir é que os eleitores do distrito de Nova Petrópolis deixaram de participar do pleito e essa ação desagradou líderes locais e, possivelmente, também o chefe do PRR, Júlio de Castilhos, visto que cópia da carta foi enviada a ele pelo intendente de São Sebastião do Caí.

¹⁴ Trata-se de uma cópia da carta de Francisco Hilebrand a Paulino Ignácio Teixeira que se encontra no APJC. É possível supor que o intendente de São Sebastião do Caí tenha encaminhado cópia da missiva que recebeu de Hilebrand a Júlio de Castilhos, por se tratar de um assunto de interesse do chefe do partido. É provável que o próprio Castilhos tenha interrogado Teixeira sobre a grande abstenção que ocorreu na eleição e este utilizou a cópia da carta para se explicar.

¹⁵ Os “revolucionários” a que se refere Hilebrand são os federalistas, que lutaram contra os castilhistas na Revolução Federalista (1893-1895).

¹⁶ Cópia de carta de Francisco Hilebrand a Paulino Ignácio Teixeira. Nova Petrópolis, 08 de abril de 1899. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre Correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 949.

A carta de Hilebrand permite, ainda, abordar o papel que as oposições assumiam nos pleitos. Como se percebe pelo último motivo elencado, manter uma oposição participativa – menos como eleitores e mais como candidatura, assegurando que não houvesse possibilidade de ela vencer – era importante porque justificava a necessidade de mobilização dos eleitores. Mas também, porque garantia o sentido de disputa que deveria envolver o pleito. Às oposições deveria sempre ser concedida a esperança de vencer, ainda que não houvesse possibilidade de vitória; participando a oposição, o eleitorado republicano seria mais facilmente mobilizado. A ausência de candidatura de oposição resultava no que ocorreu em Nova Petrópolis: os eleitores não compareceram ao pleito porque “não há oposição nas urnas”, de modo que o eleitorado local considerou que o candidato único era eleito mesmo sem seus votos. Como vimos destacando, a eleição tinha papel legitimador para a República, de modo que a abstenção dos eleitores não era desejável.

Viscardi aponta que outro fator desmobilizador do eleitorado era a violência: “Temia-se mais que se desejava participar dos processos eletivos” (2017, p. 118). Esse foi o motivo que desmobilizou muitos eleitores de tomar parte no pleito municipal de Palmeira das Missões, em 1900, segundo relatou Serafim de Moura Reis:

O Subdelegado do Campo Novo, [...], tiroteou dias antes da eleição com armas de guerra algumas casas de amigos meus da povoação, com o fim de amedrontar; assim fez desde o dia 18 à tarde até o dia que terminou-se a eleição, *com o fim calculado de privar os meus companheiros de exercerem o direito de votarem, como conseguiu arredar mais de trinta eleitores*, e assim despendiam muita munição de guerra, em tão má hora a ele confiada.¹⁷

É possível que o relato de Reis consistisse em estratégia para angariar o apoio do chefe contra a oposição local que sofria¹⁸, bem como conseguir a demissão do referido subdelegado, a qual já havia solicitado ao subchefe de polícia. Ainda assim, seu relato demonstra como o uso da violência constituía uma forma eficiente de desmobilização do eleitorado. Nem sempre ela era utilizada para garantir a votação desejada. Ela também poderia servir para objetivos opostos – desmobilizar o eleitorado opositor –, como parece ter ocorrido em Palmeira. Assim, tomar parte nas eleições exigia dedicação que nem sempre os eleitores estavam dispostos a dispensar.

¹⁷ Carta de Serafim de Moura Reis a Júlio de Castilhos. Palmeira das Missões, 27 de agosto de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 520. Grifos nossos.

¹⁸ A escolha do candidato à intendência de Palmeira das Missões provocou uma cisão no partido republicano local. Enquanto a Executiva Central do PRR indicava como candidato Serafim de Moura Reis, outro líder local, não aceitando, lançou candidatura própria. Era Josino dos Santos, que segundo relatou Reis, “só na véspera do dia da eleição é que fez público aos seus que não fossem às urnas”. Carta de Serafim de Moura Reis a Júlio de Castilhos. Palmeira das Missões, 27 de agosto de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 520.

Como se percebe, os eleitores barganhavam não somente o voto, mas também a própria participação no pleito.

Se muitas vezes a abstenção eleitoral gerava preocupações às lideranças republicanas, em algumas ocasiões eram as próprias lideranças que incentivavam os eleitores a não comparecer às mesas eleitorais. Era uma maneira de punir um partido ou um candidato com o qual não compactuavam. Foi o que fez o próprio Castilhos, em 1898, durante a eleição presidencial, recomendando ao eleitorado republicano rio-grandense que se abstinésse de comparecer às urnas.

Tudo ocorreu porque, em 1897, Castilhos foi preterido como candidato à presidência da República pelo Partido Republicano Federal (PRF), que fazia oposição à candidatura situacionista de Campos Sales.¹⁹ Assim, inicialmente contrário à candidatura de Sales, acabou também não apoiando a candidatura opositora, de Lauro Sodré. Assim, para o pleito de 1º de março de 1898, o PRR, que tinha Castilhos como chefe do partido, utilizou o jornal *A Federação* para recomendar abstenção eleitoral aos seus correligionários.

O jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, nos dias que se seguiram ao pleito de 1º de março de 1898, noticiava sobre o ocorrido em diversas partes do país. No dia três, um telegrama enviado de Pelotas, Rio Grande do Sul, informava sobre as eleições naquele estado. O telegrama destacava a pouca participação de eleitores, afirmando que “Correu friamente o pleito”. Os motivos para tão pouca participação estavam no fato de que “Os partidos não convocaram os correligionários e os castilhistas recomendaram abstenção pela imprensa”.²⁰

O jornal *O Paiz*, antes mesmo do pleito, não somente informava sobre a postura assumida pelos castilhistas sul-rio-grandenses²¹ como também publicava, na íntegra, o manifesto da diretoria do PRR divulgado no jornal *A Federação* no dia 3 de fevereiro. O manifesto argumentava que a candidatura “do ilustre Dr. Lauro Sodré, aliás compatriota apreciado, não deve ser sufragada, porque não emanou diretamente da opinião republicana nacional”. Segundo o manifesto essa candidatura “surgiu de votação ocasional de uma maioria fortuita na reunião prévia da convenção do partido republicano federal”. Sobre a candidatura de Sales, por sua vez, o manifesto ponderava que ela só “seria digna dos sufrágios dos

¹⁹ Sobre esse episódio ver MARTINY (2018), especialmente o capítulo 6 (Um republicano que não foi presidente: liderança nacional e embates republicanos).

²⁰ ELEIÇÃO Presidencial. GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIV, n. 62, p. 1, 03 março 1898. Localização: BNDigital.

²¹ Considerando que existiam, no Rio Grande do Sul, outros grupos que, apesar de se intitularem republicanos, não estavam ligados diretamente ao PRR, optamos por fazer uso do termo “castilhistas” ao invés de “republicanos”, de modo a denotar a especificidade do grupo político reunido sob a sigla do PRR e sob a liderança de Castilhos.

republicanos rio-grandenses se houvesse surgido das espontâneas indicações nacionais”. Depois de expor sua avaliação sobre as duas candidaturas, o manifesto concluiu que “A abstenção é, pois, o único alvitre aconselhável, ditado pela mais vulgar sabedoria política, pela orientação acertada que há sempre guiado os passos do partido republicano rio-grandense”.²²

Determinada a recomendação de abstenção aos eleitores, findo o pleito, Castilhos cobrou de autoridades locais quando essa abstenção não foi cumprida. Em carta a Aurélio Viríssimo de Bitencourt, seu secretário, revelava surpresa pela votação alcançada por Campos Sales em São Sebastião do Caí e Caxias do Sul e afirmava que, em relação ao caso de Caxias, cobraria explicações do intendente municipal, Campos Júnior:

Dos dados que hoje enviaste causou-me espécie apenas o que se refere à votação de São Sebastião e Caxias, a qual julgo relativamente alta. Onde foram os maragatos engendrar aqueles sufrágios? Penso que em ambos os municípios houve republicanos que não se abstiveram, especialmente em Caxias, onde não consta a existência de maragatos. O Campos Júnior descuidou-se provavelmente. Ela ainda há de explicar-me como puderam C. Salles e Rosa obter lá 96 votos!²³

Ao mesmo Aurélio, indagava, dois dias depois: “A propósito: como se explicarão os 91 votos que o C. Salles obteve em P. Fundo, onde os maragatos estão arredios e excluídos do alistamento eleitoral?”.²⁴ Não foi possível localizar, na documentação consultada, a explicação que os chefes locais provavelmente concederam a Castilhos, mas cumpre destacar que ele, na condição de liderança maior do PRR, buscava controlar o que ocorria nos diversos municípios. Chama a atenção ainda, no relato de Castilhos a Aurélio sobre o ocorrido em Passo Fundo, a menção à exclusão dos maragatos do alistamento. Como evidente na carta, essa era possível pois o partido situacionista do estado controlava a “máquina administrativo-eleitoral”, como apontaram Ricci e Zulini (2016), tudo de acordo com a legislação vigente.

O controle eleitoral: legislação e práticas

As fases do processo eleitoral foram definidas ao longo dos primeiros anos da República. Quatro dias depois de proclamada a República, o decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889 definia quem poderia ser eleitor. A delimitação do eleitorado era ponto essencial no controle dos pleitos. Este decreto inicial evidenciava que os novos ocupantes do poder não

²² Todas as referências ao manifesto da diretoria do PRR estão em: TELEGRAMA: Porto Alegre, 3. *O PAIZ*, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4872, p. 1, 05 de fevereiro de 1898. Localização: BNDigital.

²³ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 02 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 206.

²⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 04 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 210.

tinham a intenção ampliar a participação da população, visto que mantiveram, como critério para ser eleitor, a alfabetização, já introduzido no Império com a Lei Saraiva²⁵: “Consideram-se eleitores, [...], todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever”.²⁶ Este primeiro decreto determinava que seria o Ministério do Interior o responsável por expedir “as instruções” e organizar “os regulamentos para a qualificação e o processo eleitoral”.²⁷

Frente à necessidade de realização de eleições para a Assembleia Constituinte, o decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890²⁸, determinava como deveria ocorrer a qualificação de eleitores. Segundo essas normas o processo ficava a cargo de uma comissão distrital composta pelo juiz de paz mais votado do distrito, pelo subdelegado da paróquia e por um eleitor do distrito “nomeado pelo presidente da Câmara ou Intendência Municipal”.²⁹

O trabalho dessa comissão distrital era, em seguida, revisado por uma comissão Municipal composta pelo juiz municipal do termo, pelo presidente da Câmara ou Intendência Municipal e pelo delegado de polícia. Somente pela composição destas comissões já é possível ter uma ideia de que o grupo que se ocupou do poder estadual – no caso do Rio Grande do Sul, o PRR – mantinha o controle do alistamento. Como assinalou Viscardi, “Já se nota nesse decreto [nº 200-A] o controle do Executivo sobre os processos eleitorais” (2017, p. 113).

Esse controle era garantido pela influência do Executivo estadual – representante do partido republicano dominante no estado – sobre os poderes municipais. Afinal, uma das primeiras medidas do governo provisório instalado a nível estadual foi dissolver as antigas Câmaras Municipais para, no lugar delas, instalar Juntas Municipais compostas por indivíduos indicados pelo presidente do Estado. Assim, também, logo houve a substituição dos juízes municipais e delegados de polícia, por republicanos ou adesistas cooptados pelo PRR³⁰.

²⁵ A introdução do critério alfabetização em 1881 levou a uma queda drástica no número de eleitores no Brasil. A lei de 1881 acabou com o sistema de eleição indireta, mas a exigência de alfabetização teve forte impacto sobre o eleitorado.

²⁶ BRASIL. Decreto nº 6, de 19 de Novembro de 1889. Artigo 1º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

²⁷ BRASIL. Decreto nº 6, de 19 de Novembro de 1889. Artigo 2º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

²⁸ BRASIL. Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

²⁹ Ibid.

³⁰ Segundo Gunter Axt, os “delegados e os subdelegados de polícia eram funcionários escolhidos geralmente de comum acordo entre os manda-chuvas locais e o comando palaciano”, sendo que os “cargos poderiam ser preenchidos por qualquer cidadão, não havendo requisição de diplomas ou necessidade de concurso público” (AXT, 2002, p. 71; 72).

Dito isso, ficava evidente que já no alistamento de eleitores o controle das eleições ficava nas mãos dos situacionismos estaduais já que Juízes, Câmara e delegados de polícia eram representantes dos interesses do PRR. Assim, não raro, as oposições tinham negado o alistamento de seus correligionários. Foi o que deve ter acontecido em Passo Fundo em 1898, onde, segundo Castilhos, os maragatos foram “excluídos do alistamento eleitoral”.³¹ Ainda que existisse o expediente do “recurso” ao qual cidadãos não qualificados poderiam recorrer, este ficava nas mãos do juiz de Direito da comarca, também nomeado pelo presidente do Estado.³²

Se o decreto de fevereiro de 1890 determinava o modo de proceder o alistamento eleitoral, foi o Regulamento Alvim, ou Decreto nº 511, de 23 de Junho de 1890, que regulamentou como deveria proceder a eleição do Primeiro Congresso Nacional³³. Segundo o regulamento as eleições deveriam ser feitas por distritos de paz quando o número de eleitores não excedesse 250 ou por seções de distrito de paz se o número ultrapassasse 250 eleitores. O recebimento das cédulas, a “apuração dos votos e mais trabalhos da eleição” seriam conduzidos por uma mesa eleitoral composta, segundo o Artigo 13, da seguinte maneira:

No distrito de paz, sede do município, do presidente da Câmara ou Intendência Municipal como presidente, de dois membros desta corporação e de dois cidadãos eleitores, todos por ele designados;

Nos outros distritos de paz e nas respectivas seções, de um presidente e de quatro cidadãos eleitores, designados todos pelo presidente da Câmara ou Intendência.

Mais uma vez fica perceptível o controle que a Câmara ou a Intendência Municipal possuíam sob o processo eleitoral.³⁴ Mantendo em suas mãos a condução do processo eleitoral nos municípios, influenciando diretamente no processo de escolha dos ocupantes dos principais cargos (Intendência e Conselho Municipal), mais fácil ficava ao PRR controlar a política local.

Não era difícil, portanto, ao situacionismo estadual, controlar os pleitos. Eleito o Congresso Constituinte e aprovada a primeira Constituição da República, ela mantinha a

³¹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 04 de março de 1898. Localização: AHRs, APAVB, Maço 3, Doc. 210.

³² O artigo 54 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul determinava que os Juízes de Comarca seriam “nomeados pelo presidente do Estado, mediante concurso realizado perante o Supremo Tribunal, dentre os concorrentes que forem julgados habilitados sem dependência de diploma”. RIO GRANDE DO SUL, Constituição Rio-Grandense. In: BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 622. v. 8.

³³BRASIL. Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-511-23-junho-1890-518227-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

³⁴ Essa mesma observação já fez Viscardi (2017, p. 113).

alfabetização como critério³⁵ para ser eleitor e determinava que “o processo da eleição e da apuração será regulado por lei ordinária”.³⁶

A lei ordinária a que se referia a Constituição foi promulgada a 26 de janeiro do ano seguinte, sob o nº 35. Ela regulamentava o processo para as eleições federais, de presidente e vice-presidente, deputados e senadores. Essa lei regulamentou as eleições federais até a promulgação da Lei Rosa e Silva, em 1904. Ao tratar da composição das mesas eleitorais, a legislação garantia controle do poder local sobre a condução do pleito, poder este que na maior parte das vezes representava os interesses do situacionismo estadual.

Não é intenção analisar detalhadamente a legislação eleitoral do período.³⁷ O que se pretende é apenas demonstrar que a legislação facilitou o domínio do situacionismo estadual sobre os pleitos. Os governistas construíram uma estrutura eleitoral que lhes garantia a vitória. Esse domínio foi ainda mais alargado porque o Artigo 34 da Constituição de 1891 facultou aos estados legislar sobre as eleições estaduais e municipais. Assim sendo, no Rio Grande do Sul a Lei nº 18, de 12 de janeiro de 1897, passou a regular o processo eleitoral (AXT, 2001, p. 190).

A existência de legislação eleitoral estadual fez com que os pleitos seguissem normas distintas. Deste modo, enquanto a legislação federal consagrava o voto secreto, a legislação estadual mantinha o voto a descoberto, sendo este justificado por Castilhos em sua Mensagem à Assembleia dos Representantes em 20 de setembro de 1897: “[...] o voto a descoberto, que, como não cesso de proclamar, é mais uma salutar garantia da moralidade dos comícios, com proveito direto da educação cívica”.³⁸ Na prática, a manutenção do voto aberto garantia ao PRR controle ainda maior sobre os votos dos eleitores.

Fica evidente que a legislação do novo regime assegurou aos que ocuparam o poder uma ampliação do controle sobre o processo eleitoral. Entretanto, Ricci e Zulini (2016) apontam que, para além do “monopólio partidário da máquina administrativo-eleitoral”, controlando as três fases dos escrutínios (alistamento e qualificação de eleitores, composição das mesas eleitorais e diplomação pelas Juntas Apuradoras), era necessário aos partidos “persuadir, mobilizar e controlar o eleitorado”. Se a violência física foi um meio, não foi o único, apontam

³⁵ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Art. 70 §1º. In: BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 541. v. 8.

³⁶ BRASIL. Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Art. 47 §3º. In: BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 535. v. 8.

³⁷ Para uma análise mais detalhada da legislação eleitoral do período ver RICCI; ZULINI, 2014.

³⁸ *Mensagem à Assembleia de Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos na 1ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1897*. Porto Alegre: Tipographia de Cesar Reinhart, 1997. p. 14. Localização: Center for Research Libraries Global Resources Network, Provincial Presidential Report (1830-1930): Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 18 set. 2017.

os autores, que sugerem a existência de um “mercado eleitoral dinâmico”. Este mercado envolvia campanha eleitoral, fraudes e compra de votos. Como se percebe, este artigo não encerra a discussão. Há muito mais a pesquisar sobre as diversas práticas políticas presentes nos pleitos.

Considerações Finais

Apesar de não constituir uma novidade, as eleições agitaram a vida política na República. As lideranças republicanas que passaram a controlar os principais postos do governo tiveram que se preocupar e coordenar as diversas fases que envolvia cada novo pleito, pois esta era uma maneira não somente de permanecer no poder como também de legitimar seu poder e o próprio regime republicano.

Se é evidente que as eleições não foram ignoradas pela historiografia que trata do período, também é possível concluir que a maior parte dos trabalhos se concentrou em algumas temáticas específicas, como a reduzida participação eleitoral, a vinculação dos pleitos ao sistema coronelista e a existência de fraudes e violência. Assim, alguns trabalhos mais recentes têm retomado o estudo sobre as eleições republicanas a partir de novos enfoques. Inserido neste intento, o presente artigo buscou explorar aspectos evidenciados pela análise em perspectiva micro realizada.

Dentre os aspectos abordados destacamos as abstenções eleitorais, que mobilizaram lideranças tanto municipais quanto estaduais. O não comparecimento de eleitores às seções de votação fez com que chefes locais tivessem que justificar o ocorrido perante o líder partidário estadual. O contrário, também ocorria: a necessidade de justificar ao chefe do partido estadual quando a recomendação de abstenção não foi observada.

A decisão de muitos eleitores de abster-se da participação nos pleitos, por outro lado, revela também que, além do voto, o eleitor utilizava a própria participação como barganha ou mesmo como forma de protesto ante um cenário dominado pelo partido situacionista. Como visto, no Rio Grande do Sul tais comportamentos preocupavam o chefe do PRR, que buscava de diversas maneiras controlar a realização dos pleitos.

Se as eleições preocupavam as lideranças, há de se considerar que a própria legislação, que passou a vigorar com o advento da República, garantiu boa margem de controle aos grupos republicanos hegemônicos nos estados, visto que possibilitava a eles coordenar diversas fases do processo eleitoral.

Referências Bibliográficas:

AXT, Gunter. Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta Estadual de 1891. *Revista Justiça & História*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 1-29, 2002.

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1829)*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 130-154.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. Originalmente publicado em 1987.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. O papel da Comissão Verificadora de Poderes da Câmara Federal para a articulação do Estado Brasileiro durante a Primeira República. In: *XVIII ENCONTRO REGIONAL – ANPUH-MG*, 2012, Mariana, 2013a (Anais eletrônico). Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340624650_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANAISANPUH-VITORFONSECAFIGUEIREDO.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Reconstrução da ordem: a reforma do presidente Campos Sales e o papel da Comissão Verificadora de Poderes para República Brasileira (1892-1930). In: *VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 2013, Maringá, 2013b (Anais eletrônico). Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/544_trabalho.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.

GINZBURG, Carl; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Originalmente publicado em 1989.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de Representação Política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. Originalmente publicado em 1949.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161. Originalmente publicada em 1991.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. Originalmente publicado em 1971.

MARTINY, Carina. “*O chefe político dos mais avançados republicanos*”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

MARTINY, Carina. “*Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*” – Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. In: *VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 2004, Coimbra, 2004 (Anais eletrônico). Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf>. Acesso em 16 fev. 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.161-216.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução além Fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). *República: República Velha (1989-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 23-56, v. 3, t. 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul).

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão (Prefácio). In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Originalmente publicado em 1989.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 15-38. Originalmente publicado em 1996.

RICCI, Paolo. ZULINI, Jacqueline Porto. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino de (org.). *A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do Liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1, p. 89-120. (Coleção O Brasil Republicano). Originalmente publicado em 2003.

RICCI, Paolo. ZULINI, Jacqueline Porto. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral. *Revista de Sociologia e política*, v. 1, n. 45, p. 91-105, mar. 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: UFSM, 2010b.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

Fontes:

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 8.

BRASIL. Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-511-23-junho-1890-518227-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6, de 19 de Novembro de 1889. Artigo 1º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

Carta de Gervásio Lucas Annes a Júlio de Castilhos. Passo Fundo, 14 de janeiro de 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 37, Doc. 214.

Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 02 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 206.

Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 04 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 210.

Carta de Raimundo Corrêa da Silva a Jango. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre Correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 927

Carta de Serafim de Moura Reis a Júlio de Castilhos. Palmeira das Missões, 27 de agosto de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 520.

Cópia de carta de Francisco Hilebrand a Paulino Ignácio Teixeira. Nova Petrópolis, 08 de abril de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre Correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 949.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIV, n. 62, p. 1, 03 março 1898. Localização: BNDigital.

MENSAGEM à Assembleia de Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos na 1ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1897. Porto Alegre: Tipographia de Cesar Reinhart, 1997. p. 14. Localização: Center for Research Libraries Global Resources Network, Provincial Presidential Report (1830-1930): Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 18 set. 2017.

O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4872, p. 1, 05 de fevereiro de 1898. Localização: BNDigital.

RIO GRANDE DO SUL, Constituição Rio-Grandense (1891). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 8.

O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913)

Laila Correa e Silva¹

Resumo: Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913) foi uma importante literata, jornalista e feminista, atuante na imprensa carioca no período de transição entre o regime monárquico e a República. Com a fundação do jornal feminista *A Família* (São Paulo\ Rio de Janeiro, 1888-1897), a jornalista congregou escritoras de vários locais do Brasil formando uma rede de literatas defensoras dos direitos das mulheres, tais como o direito à educação, ao trabalho e ao voto, sendo este último um direito fundamental que deveria ser garantido pela República. Os embates de Josephina Azevedo com o governo republicano nascente são a chave de entrada para nossa incursão nos debates políticos em defesa do voto feminino em fins do século XIX.

Palavras-chave: Josephina Álvares de Azevedo; Imprensa Feminista no século XIX; Voto Feminino.

Abstract: Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913) was an important literary, journalist and feminist, active in the Carioca press during the period of transition between the monarchist regime and the Republic. With the foundation of the feminist newspaper *A Família* (São Paulo, Rio de Janeiro, 1888-1897), the journalist brought together writers from various locations in Brazil, forming a network of literary women's rights defenders, such as the right to education, to work and voting, the latter being a fundamental right that should be guaranteed by the Republic. Josephina Azevedo's clashes with the nascent Republican government are the key to our incursion into political debates in support of the female vote in the late nineteenth century.

Keywords: Josephina Álvares de Azevedo; Feminist Press in the nineteenth century; Female Vote.

Introdução

A historiografia dedicada aos estudos dos primeiros movimentos feministas, defensores da obtenção do direito ao voto feminino no Brasil, em geral, debruçou-se sobre a trajetória de mulheres nas primeiras décadas do século XX que atuaram no período mais próximo à obtenção desse direito político, esquecendo-se de mencionar as predecessoras de Bertha Lutz (1894- 1976), considerada como pioneira na luta pelo direito ao voto (BLAY; AVELAR, 2017, p. 15). Evidentemente, não pretendemos diminuir a importância da atuação das feministas do século XX, apenas traçamos um percurso um pouco mais longo,

¹ Doutoranda em História Social na UNICAMP. Bolsista FAPESP.

retrocedendo às décadas de 1880 e 1890 e indicando movimentos de mulheres na imprensa carioca que auxiliaram a moldar as demandas do século seguinte, dentre as quais se destaca Josephina Álvares de Azevedo, pouco citada quando se aborda a história do processo de conquista do voto feminino no Brasil.

Portanto, acompanhamos o movimento historiográfico que resgatou a importância das lutas feministas do século XIX, protagonizadas por intelectuais, professoras e escritoras que se lançaram, via imprensa feminista, em debates sobre a educação igualitária para as mulheres, participação feminina no mercado de trabalho e na vida política do país. Tais demandas, bem específicas, foram desenvolvidas na imprensa dirigida por mulheres, composta por periódicos localizados majoritariamente no Rio de Janeiro, como demonstrou o levantamento realizado por Constância Lima Duarte em *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX* (2016). Para tanto, Duarte (2016) estabeleceu uma divisão, já exposta em outros trabalhos como, por exemplo, o célebre *Escritoras Brasileiras do século XIX* (2000), organizado por Zahidé Lupinacci Muzart, entre imprensa feminina e imprensa feminista.

A imprensa feminina estava voltada ao público feminino e apresentava como finalidade a condução da educação e da moral femininas para um sentido específico, consonante à ideologia patriarcal de dominação e subordinação do sexo feminino ao ambiente privado do lar, do casamento e da maternidade. Por outro lado, os periódicos feministas buscavam justamente romper com a expectativa de dominação masculina (DUARTE, 2016, p. 22-23), problematizando a posição social inferior da mulher nessa sociedade patriarcal eivada de violência e exclusão.

Nesse sentido, a contribuição de Mônica Karawejczyk (2013) é fundamental, a fim de traçarmos uma linha mais completa do processo de conquista dos direitos políticos pelas mulheres, com o recorte cronológico que parte de 1850, realizando uma “genealogia da conquista” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 39), sublinhando as influências de movimentos de mulheres na França revolucionária do século XVIII, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Isso nos dá a ver uma história de contestação e reivindicação das mulheres que aqui e alhures registrou insurgências e transgressões femininas.

O apagamento da atuação das feministas do século XIX em favor da obtenção de direito ao voto acompanha, segundo nossa interpretação, um movimento de interdição da história das mulheres, principalmente as literatas do entre séculos, e de sua importância para a cultura, a sociedade e a política do Brasil num momento crucial de mudanças sociais e políticas sintetizadas pela transição entre o governo monárquico e o governo republicano.

Zahidé Lupinacci Muzart atribui maior sentido à interpretação que propomos neste artigo, ao mencionar o esquecimento de determinadas escritoras e o papel da crítica contemporânea a elas, ressaltando o caráter político desse esquecimento e dessa marginalidade; pois as literatas do século XIX não foram excluídas e esquecidas somente por terem sido mulheres, mas, e, *sobretudo*, por terem sido feministas e atuantes, e os exemplos citados por Muzart são a já mencionada Josephina Álvares de Azevedo, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Ildefonsa Laura César e Maria Firmina dos Reis. Como contraponto, a pesquisadora dá um exemplo marcante, contemporâneo às escritoras acima citadas, Júlia Lopes de Almeida, elogiada como “um exemplo de mãe, em primeiro lugar”, e não como “uma feminista militante, embora em sua obra, nas entrelinhas, haja muita ideia ‘forte’ escondida”. (MUZART, 2013, p. 3). Outras escritoras, jornalistas e tidas como defensoras da emancipação feminina, como “Délia (Maria Benedita Bormann), de ideias mais livres, sobretudo em relação ao sexo como o apoio ao divórcio, foram totalmente apagadas. Porém, no cômputo geral, todas ficaram esquecidas, militantes ou colaboracionistas, senhoras ou cortesãs!” (MUZART, 2013, p. 3).

Mostra-se emblemático o comentário do jornalista Antenor Thibau, publicado no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) e *A Capital* (Manaus) em artigo sobre o movimento feminista em favor do voto, no início do ano de 1918: “Não sei se é viva ou morta Josephina Álvares de Azevedo. Se é morta baixou ao túmulo enterrando consigo as ilusões terráqueas” (*Jornal do Brasil*, 1918). Com nossa pesquisa descobrimos que em 1918 Josephina Azevedo já estava morta, desde setembro de 1913;² porém, pela derrota de sua geração poderíamos lamentar toda a sua trajetória de lutas? Acreditamos que não.

A pesquisadora Teresa Cristina de Novaes Marques, por seu turno, também identificou a conquista do voto feminino como um processo histórico mais amplo e menciona a importância da militância exercida pelo jornal de Josephina Azevedo (MARQUES, 2018, p. 58). Em 1894, quando a sempre lembrada Lutz nascia, Josephina Álvares de Azevedo e muitas outras escritoras e colaboradoras do jornal feminista *A Família* (1888-1897) já estavam em plena campanha pelo exercício pleno da cidadania feminina que incluía o direito à educação, igualdade de oportunidades para o exercício de qualquer atividade profissional, condições que

² A data da morte de Josephina Álvares de Azevedo era desconhecida até o momento. Localizamos esse dado depois de uma cuidadosa pesquisa na imprensa carioca, onde encontramos anúncios e pequenas notas dos familiares de Josephina Azevedo, uma irmã e dois filhos, nos jornais *A Época*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, noticiando sua morte ocorrida em dia 03 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro

preparariam a mulher para o pleno exercício de direitos e deveres da vida pública, sobretudo o direito de votar e de ser votada.

A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe de família foi fundado em São Paulo por sua redatora-chefe Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913), que algumas vezes assinava seus textos como Zefa. O primeiro número do jornal chegou ao público de São Paulo em novembro de 1888 e contava com periodicidade semanal e 08 páginas em quase todas as edições, sendo impresso pela tipografia União- São Paulo, localizada no Largo 07 de setembro, que publicou 10 números de *A Família*. O encaminhamento das correspondências destinadas ao jornal deveria ser feito para a Tipografia União ou para a Travessa da Sé, n. 1 (sobrado), este provavelmente seria o endereço da redatora-chefe e proprietária do jornal, Josephina Álvares de Azevedo, de quem pouco conhecemos a trajetória pessoal. O que foi registrado e permanece inscrito nos arquivos é a luta incessante de Josephina Azevedo em prol da emancipação feminina via educação, trabalho, participação política e pelo direito ao divórcio (CAULFIELD, 2000, p. 66).

Sendo assim, com o propósito de propagar suas ideias e atingir o maior número possível de leitoras, a partir da edição de número 24, depois de aproximados seis meses de publicação e um trabalho insistente de Josephina Azevedo em divulgar seu jornal em várias províncias do Império, o periódico se muda para o Rio de Janeiro. Segundo Josephina Azevedo, São Paulo foi pouco acolhedor em termos de público leitor, com menos de 200 assinaturas, desanimando a continuidade da publicação na Paulicéia, “esse torrão progressista” (A FAMÍLIA, 1889, p. 2).

Após a transferência para o Rio de Janeiro, *A Família* circulou ininterruptamente até 1897. Infelizmente, não temos acesso a todos os números desse jornal e o que resistiu ao tempo, encontra-se disponível na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e contempla os números de 1888 até 1894, com alguns faltantes. O indício de que o jornal foi publicado até 1897 se pauta na menção feita a ele pela revista literária de São Paulo dedicada ao público feminino *A mensageira*, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, ex-colaboradora de *A Família*, no texto publicado em 30 de novembro de 1897, escrito por outra literata muitíssimo importante para o feminismo de fins do século XIX, Ignez Sabino (1853-1911) (*A mensageira*, 1897, p. 59).

Na folha dirigida por Josephina Azevedo havia a possibilidade de participação de todas as mulheres que desejassem escrever um texto literário, narrativa, conto, prosa ou verso, e mesmo artigos, informação que se encontra na primeira página de todas as edições do periódico semanal: “*Franqueia A Família as suas colunas a todas as senhoras que a queiram*

honrar com sua colaboração”. As leitoras realmente participavam da escrita do jornal, como podemos conferir diante das muitas colaboradoras que publicaram com certa regularidade, em São Paulo a lista de escritoras foi composta por Analia Franco, professora em Taubaté; Maria Amelia de Queiroz, da cidade de Recife; Adelia Barros, poetisa paulistana; Emiliana de Moraes, esposa de Pedro de Moraes, residente em Ubá (Minas Gerais); Maria Zalina Rolim, filha do Juiz de Direito de São Roque; Maria Ramos, professora em Mogi das Cruzes; Maria Augusta, diretora de um colégio em Juiz de Fora; Luiza Thienpont, professora na Estação de Mineiros; Paulina A. da Silva, esposa de Santos Silva, residente em São Paulo; Alzira Rodrigues, de São Paulo e Mlle. Renotte, diretora do colégio Piracicabano.

Disso, resultou uma profusão de diferentes opiniões sobre formas de se educar a mulher, e de fazê-la ampliar o escopo de sua participação na vida pública e na política nacional; logo, temos desde a defesa mais ferrenha de uma abertura para profissões ditas masculinas, tais como a medicina e o direito, até textos voltados à educação feminina para o exercício da maternidade e o papel de dona de casa. E essas não seriam posições contraditórias, pois conviviam com os papéis e o horizonte social de uma mulher do século XIX, como demonstra a historiadora June Hahner (2003).

Contudo, o fato de propiciar um espaço público para o exercício da escrita feminina, com contos, artigos e poemas foi um traço marcante do jornal e fundamental para a compreensão dos propósitos políticos do periódico de Josephina Azevedo. Como exemplo, podemos mencionar o número 58, de 03 de maio de 1890 que em meio ao acirramento da campanha pelo direito ao voto feminino, reafirma o compromisso em publicar textos de todas as mulheres que desejassem publicá-los.

A partir do número 61, de 24 de maio de 1890, *A Família* mudou de formato: de revista passou ao formato de jornal, o que refletiu o desenvolvimento do periódico, empreendendo melhorias e alterando a periodicidade, sendo publicado duas vezes por semana, com quatro páginas e maior número de anúncios. Há também uma ligeira mudança no título do jornal que não menciona mais no cabeçalho “*jornal literário dedicado à educação da mãe de família*”, somente *A Família* e em seguida Diretora e proprietária- Josephina Álvares de Azevedo. Ainda assim, a partir da edição 96 de 26 de fevereiro de 1891, *A Família* volta ao seu formato original de revista, agora contando com gravuras de figuras célebres da história Ocidental e algumas vinhetas. Esse retorno ao formato da revista reflete o pedido das assinantes que segundo a editora e redatora-chefe colecionavam os números de *A Família* sendo por isso o formato em revista mais cômodo para tão fim.

A maior mudança se daria com o número 100 de *A Família*, a qual foi incorporada à Companhia Imprensa Familiar, com sede na Capital Federal. A partir de então Josephina Alvares de Azevedo não seria mais a única proprietária do periódico que fundou, embora continuasse sendo a mentora intelectual da folha, segundo suas próprias palavras publicadas em 02 de abril de 1891, “como vêem os nossos leitores, cedendo, por conveniências da folha o direito que me assistiam como proprietária, não cedi, no entanto, o meu posto de combate”.

O breve panorama da trajetória do jornal *A Família*, introduz a política como tema central dessa imprensa feminista que se caracterizava como defensora da obtenção de direitos políticos às mulheres e o principal deles era a garantia da participação feminina nas eleições republicanas. Aqui se pronuncia com mais

O voto feminino no teatro carioca

Com a ascensão do governo republicano e a Constituinte, Josephina Álvares de Azevedo não se contentou mais em travar seus combates exclusivamente através da imprensa periódica. Impondo-se a necessidade de concentrar em páginas menos efêmeras que as do jornal a propaganda pelos direitos femininos e, sobretudo, de redobrar e fortalecer a propaganda, direcionando suas opiniões ao público mais amplo. Por isso, a escritora Azevedo reuniu em volume intitulado *A mulher moderna: trabalhos de propaganda* vários de seus artigos já publicados, relativos às questões do voto e da educação feminina, bem como sua peça teatral *O voto feminino* (1890).

O teatro brasileiro do século XIX foi dificilmente lembrado como dotado de uma linhagem de dramaturgas, encabeçada pelas peças antiescravistas de Maria Ribeiro, passando por nomes como a feminista Josephina Álvares de Azevedo e a notável romancista, contista e dramaturga Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). Contudo, por meio desses exemplos podemos afirmar que o teatro de autoria auxiliou em lutas políticas de suma importância, tais como o abolicionismo e a emancipação feminina.

O texto teatral *O voto feminino* foi inspirado diretamente pelo parecer negativo expedido oficialmente pelo governo, com relação à inclusão da lei do voto feminino no Projeto de Constituição, então em elaboração. A arguta feminista não hesitou em usar a linguagem cênica para criticá-lo com a mesma dureza que já o fizera em seu jornal e, apropriando-se dele como uma espécie de mote inseriu-o em sua comédia.

Os recursos textuais adotados por Josephina Azevedo para a construção do texto dramático seriam similares aos da escola francesa, de retratar e corrigir os costumes da

sociedade através da comédia realista. O enredo simples, composto por um ato, com três pequenos números de canto, dois duetos e um *ensemble* final, foi encenado na festa artística do ator português radicado no Brasil Antonio Pereira Fontana e Castro, em maio de 1890, no Recreio Dramático do Rio de Janeiro. O conflito se desenvolve na sala da casa do Conselheiro Anastácio, horas antes do jantar e envolve sete personagens, três mulheres e quatro homens que aguardam ansiosos pelo despacho do Ministro decidindo por decreto se haveria ou não o direito ao voto feminino. A decisão foi negativa e as mulheres, apesar da derrota, depositavam todas as suas esperanças na Constituinte republicana.

Josephina de Azevedo fez do palco uma tribuna, de onde se pronunciou, naturalmente pela voz de um *raisonneur*, o Dr. Florêncio, para discutir e defender a tese de que, sem o direito do voto, as mulheres jamais seriam atendidas em suas reivindicações de igualdade social. A pretensão principal da peça era sensibilizar a opinião pública em geral e, é claro, as próprias mulheres, na tentativa de mobilizá-las para a ação em busca de seus direitos políticos, e assim, o teatro musicado, que, apesar de estigmatizado pela crítica como gênero de segunda categoria, ocupava o primeiríssimo lugar na preferência do público (SOUTO-MAIOR, 2001), Josephina de Azevedo escreveu então uma comédia direta e exagerada, dentro da estratégia agressiva de atuação na imprensa.

A simplicidade do enredo, segundo Valéria Andrade Souto-Maior (2001), indica que Josephina Azevedo tinha um objetivo único e certo com sua peça de estreia, que pretendia encenar cenas do cotidiano doméstico, priorizando a questão feminina. A caracterização das personagens femininas e masculinas promoveu um antagonismo entre mulheres inteligentes, decididas, fortes e homens egoístas, inescrupulosos e tolos, com exceção do Dr. Florêncio, homem razoável, que defendia o direito ao voto para as mulheres e poderia representar o tipo de homem sensato que atuaria em prol dos anseios femininos no Congresso. Como o significado político do período no interessa mais, no momento, do que a análise de aspectos literários da peça *O voto feminino*, passemos ao ambiente social no qual Josephina Azevedo estava envolta.

Decretos e decisões do Governo Provisório: o momento da desilusão

No editorial de 05 de julho de 1890, Josephina Azevedo escreveu sobre a Constituinte, dado que o projeto de Constituição havia sido publicado e “o único consolo que resta a nós, mulheres, [...] é que é um projeto e que, portanto, está ainda sujeito às emendas e alterações”. Referente aos tão aguardados direitos políticos, não havia nada favorável à mulher, deixando

então que toda a esperança depositada na reunião da Constituinte, esperando que a pátria brasileira ofertasse à mulher tão autônoma quanto o homem (A FAMÍLIA, 1890, p. 1).

E realmente Zefa fez alarde na imprensa carioca, ecoando na “Chroniqueta” escrita por Arthur Azevedo, com o pseudônimo de Eloy, o Heroi, para a revista feminina *A Estação*, com a seguinte observação: “a Constituição só dá regras em matéria eleitoral, e deixa as outras para serem discutidas e aceitas ou rejeitadas pelo Congresso. As senhoras não votam nem são votadas; a Constituição não fez a vontade a D. Josephina de Azevedo, redatora da *Família*, e outras” (A ESTAÇÃO, 1890, p. 11).

O que havia de sobra, porém, era a esperança de que algumas das medidas formais que estavam em curso pudessem atingir a condição feminina em vários aspectos legais, garantindo direitos e promovendo a igualdade tão aguardada. Com a lei do casamento civil, por exemplo, esperava-se como consequência lógica, o divórcio; pois, “o caso é que o divórcio traz consigo a correção das veleidades, que não existiriam senão à conta de uma indissolubilidade que substitui o amor pela lei, a moralidade pela convenção”. O divórcio seria um meio justo de correção dos males impostos, sobretudo, à mulher que “seria mais senhora do seu destino” se “pudesse repudiar o marido que os pais lhe impusessem” (A FAMÍLIA, 1890, p. 2).

Por outro lado, enquanto os debates parlamentares se desenrolavam, na redação de *A Família* o cerco estava cada vez mais acirrado em prol do direito ao voto e à educação feminina como direitos assegurados pela nova Constituição republicana. Além de Zefa, Anália Franco, Luiza Thienpont e Maria Amelia de Queiroz engrossaram o coro feminino contra os impasses das discussões na Constituinte.

O artigo “Decreto iníquo e absurdo”, de 16 de outubro de 1890, crítica o decreto de Benjamin Constant, bem como a própria figura do ilustre ministro republicano e a sua orientação política pautada no positivismo francês, que seria desfavorável à educação feminina para a emancipação e profissionalização, impedindo o ingresso de mulheres no ensino superior. A explanação de Zefa continua em 30 de outubro de 1890, evocando os tempos da monarquia, ocasião na qual, poucas mulheres conseguiram matricular-se em academias, mas ainda assim não tinham o seu acesso a ela negado. Com o decreto do Ministro e Secretário dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que empreendeu a chamada reforma da instrução pública, “a cousa foi outra; nada nos sendo dado, tirou-nos tudo quanto tínhamos, com nome da moral positiva, da filosofia de Comte, o homem que não soube nem sequer constituir o seu lar” (A FAMÍLIA, 1890, p. 1).

A redatora chefe de *A Família* depositava suas esperanças no recém-eleito Lopes Trovão, “porque como homem, como patriota e como democrata não pode deixar de ser no parlamento o paladino necessário à emancipação da mulher brasileira” (A FAMÍLIA, 1890, p. 1). Maria Amélia de Queiroz, por seu turno, citou outro homem como aliado, o mestre e professor Tobias Barreto, “não viciado pelo contágio de certas mediocridades pretensiosas” (A FAMÍLIA, 1890, p. 2).

Enfim, no dia 11 de dezembro de 1890 publica-se com o título “O direito de voto” a notícia de que apenas sete, dos vinte e um votos, foram favoráveis à obtenção do direito de voto às mulheres. Naturalmente, Zefa descarregou toda a sua revolta diante desse fato consumado:

Para que não tivéssemos o direito de julgar perdida a nossa causa neste primeiro congresso nacional; era necessário não conhecer o espírito dos homens – seres perturbados sempre por todos os egoísmos que os torna inaptos para as grandes generosidades.

Por si sós os homens nunca fariam grandes cousas. Em qualquer dos maiores rasgos humanos, encontrar-se-á o espírito da mulher iluminando as almas. E a lei da nossa emancipação política e social só será um fato, no dia em que todas nós repudiarmos esta condição aviltante em que somos mantidas, graças ao orgulho, ao egoísmo e a falta de discernimento dos nossos opressores (A FAMÍLIA, 1890, p.1).

As declarações de Josephina Azevedo e o seu estilo ácido, combativo e direto, geraram polêmica entre os jornalistas. A publicação do seu livro *A mulher moderna*, que reuniu seus artigos publicados em *A Família* encontrou ecos num cronista da folha *Diário de Santos*. É importante destacar que Zefa afirmou não responder a todas as críticas que recebia, na medida em que tais “querelas” não acrescentassem qualquer tipo de ganho para a causa defendida por seu jornal. Contudo, Zefa resolveu responder à crítica veiculada pela folha de Santos, transcrevendo-a na primeira página de *A Família*, “para que as leitoras avaliem de quanto é má a causa do egoísmo masculino” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2).

O cronista Thiers Minor de Santos iniciou pelas informações básicas sobre a autora e obra, informando que *A mulher moderna* é composta por 152 páginas, com uma introdução escrita pela própria Josephina Azevedo, a comédia *O voto feminino* e, finalmente, uma série de artigos abordando a emancipação feminina, os quais foram publicados em *A Família*. Até aqui, nada demais. A querela iniciou-se no próximo parágrafo e se estende até o final da breve e infame crônica, comparando Josephina Azevedo a Guiomar Torrezão, escritora portuguesa que também defendia a emancipação feminina, mas era contrária ao direito de voto, por considerar as eleições um “espetáculo quase lúgrube, à força de ser cômico”, ao dizer “eu sempre pensei que a maior aspiração da mulher, mãe, filha ou esposa, fosse gozar no lar uma vida gorjeada, sem nenhum sopro que lhe devaste a felicidade, sem nenhuma sombra que lhe

venha obscurecer as quimeras”. O que desfez essa imagem, diz o cronista teria sido *A mulher moderna*, ao apontar “que as adoráveis leitoras [...] não querem mais continuar a rotineira existência que têm tido e pretendem um lugar no Congresso, ao lado dos [...] mais ilustres representantes da nação.” Nesse lugar da vida pública, as mulheres seriam um perigo, enunciando sofismas com seus belos lábios e seduziriam os congressistas do “sexo feio” que se abandonariam “sem restrições, sugestionados a qualquer projeto apresentado por uma deputada” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2). Há nisso, além de preconceito, uma alta dose de malícia.

O cronista demonstrou defender as ideias “fúteis” e “gastas” que, segundo Zefa, informavam o discurso de muitos contemporâneos. O “pedacinho de ouro” que mereceu todo o ataque de Zefa diz respeito ao fato de Thiers Minor argumentar que as mulheres, ao discutir os interesses públicos, terão mais autoridade do que os seus colegas do “sexo feio”. A ironia mal formulada do autor recebeu a crítica de Zefa, que rebateu nos mesmos termos, asseverando que isso foi justamente identificar a superioridade da mulher e, portanto, pergunta a autora de *A mulher moderna*, “não acha que de preferência nos devem caber cargos que os homens não podem desempenhar tão perfeitamente?” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2). No que tange a influência feminina sobre o “sexo feio”, faz-se necessário dizer que os homens não se deixavam influenciar totalmente por uma mulher, por exemplo, argumenta Zefa, nas “transações comerciais” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2).

Outro trecho da crônica do jornal *Diário de Santos* revela a outra face da política positivista de início da República ao afirmar que a instrução da mulher deve ser voltada única e exclusivamente para a formação de seus filhos e filhas: “cabe à mulher o lugar de educadora da prole” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2). Ao que Zefa responde que expandir o horizonte educacional da mulher, bem como sua atuação social e profissional não significa torná-la inapta para a criação e educação de seus filhos, muito pelo contrário, se a formação da mulher for mais completa melhor ainda será a qualidade da educação que ela proporcionará à sua prole. Ademais, uma mulher que trabalha e atua politicamente pelo bem da sociedade será uma companheira mais útil e mais digna ao homem e também à sociedade.

O ápice da desilusão e conseqüente revolta de Josephina Azevedo com o Congresso se deu ao final da Constituinte. O Congresso, afirmou Zefa, não poderia receber os aplausos dos brasileiros e brasileiras, “porque amplo e vasto como é o horizonte da liberdade humana, ele ficou acanhado nos limites de um pacto exíguo e preconceituoso em fase de todas as aspirações hodiernas e das expectativas populares” (A FAMÍLIA, 1891, p. 1). O principal motivo deve-se ao fato da nova Constituição não ter acatado as demandas da mulher moderna por uma emancipação completa e “bem regularizada”. Cezar Zama, deputado federal da Constituinte

pela Bahia e Costa Machado teriam sido os dois aliados das mulheres nesse processo da Constituinte, os quais sofreram com o desdém de seus pares, causando riso nos adversários aos direitos das mulheres.

Cezar Zama, na sessão de 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição Republicana, defendeu o sufrágio universal para que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país. Em 1891, o constituinte Almeida Nogueira, defendeu a participação das mulheres como eleitoras e lembrou, na sessão de 02 de janeiro de 1891, que não havia legislação que restringisse seus direitos e mesmo o projeto da nova Constituição não cerceava esse exercício cívico. No mesmo raciocínio, Lopes Trovão, ao discutir a Declaração de Deveres, usou da palavra para defender com afínco essa causa, que para ele era como uma reparação que vinha tardiamente. Suas palavras foram contestadas com apertes veementes dos adversários da idéia, mas a cada frase, ele contestava com idêntico vigor (MARQUES, 2018, p. 64), mas os inimigos eram fortes e em maior número.

Mesmo assim, a propaganda pela emancipação feminina e pela participação na vida política da Republica continuou em *A Família*, com pautas como a defesa do que Josephina Azevedo denominou “mulher moderna”. No texto “A mulher no Brasil”, publicado em 25 de abril de 1891, Azevedo afirma que as brasileiras começaram a sua conquista pela educação, “além do vulgar”, ou seja, do aquilo que se considerava apropriado para a educação de uma moça, sobretudo nas províncias. E, após terem adquirido uma considerável fluência no campo da literatura, sem terem se desvinculado aos seus afazeres de esposas e mães, lançaram-se para o “árido afã da imprensa e até da tribuna” em defesa dos ideais de emancipação. E os exemplos dados por Zefa são as próprias colaboradoras da revista: Anália Franco, Maria Amélia de Queiroz, Octavia Mululo, Ignez Sabino, Zalina Rolim, Maria Jorandes, Presciliana Duarte, Maria Clara, Corina Coaracy. Embora Zefa afirme que uma mudança completa na concepção da educação destinada ao sexo feminino estava muito distante, pois ainda persistiam “o jesuitismo maléfico, a moral teológica, com seus dogmas tirânicos e atrozes” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2).

Simultaneamente aos artigos exaltando a atuação literária de suas companheiras, Zefa também escrevia artigos sobre organizações políticas fundadas por mulheres, geralmente nos Estados Unidos e na Europa. Por exemplo, no artigo “Mulheres políticas, publicado em 02 de maio de 1891, há um panorama da participação das mulheres na política formal no estado do Kansas, praticamente governado por mulheres. O jornal também exaltou a Associação Nacional Sufrágio da Mulher e o Conselho Nacional das Mulheres, ambos fundados nos

Estados Unidos, referência de ativismo feminista que será mencionada em outras ocasiões em *A Família* nos anos 1890.

Por aqui, a seção “Novidades” de 01 de junho de 1891 trouxe uma boa notícia para as leitoras: a fundação do Partido Feminino em Santa Maria Madalena, Rio de Janeiro, com a liderança da colaboradora d’*A Família*, a escritora Amélia Feijó. Enquanto isso, Zefa, mais ativa do que nunca, criticava ferozmente o presidente da República Deodoro da Fonseca, logo na primeira página da revista Josephina Azevedo critica o Partido Republicano e o estado anômalo em que o Brasil se encontrava alertando para a derrocada do país, que sendo “o mais fulgurante astro da constelação sul-americana” estava a “consumindo-se lentamente, cientificamente, e desaparecerá no telescópio da história para sempre, ou para surgir de novo, se a sua existência não se traduzirem em leis fixas que previnam o fato” (A FAMÍLIA, 1891, p. 1). Talvez porque, além de negar a participação da mulher na política, a República tão sonhada proibia também o voto dos analfabetos por meio do Decreto n. 6, de 19 de novembro de 1889, o que aprofundou a marginalidade de grande parte da população nos rumos da República nascente (NICOLAU, 2004, p. 18).

Contudo, Zefa relembra suas leitoras de que a abertura do Parlamento significaria a vivificação daquela esperança depositada na Constituinte, dado que a causa do voto feminino conquistou 30 votos de parlamentares da câmara dos deputados que poderiam ser aliados da pauta das feministas e da sociedade brasileira esclarecida, a qual se fosse contemplada com a emancipação feminina, se tornaria mais moralizada, pois “a tutela do homem, tirando à mulher parte da responsabilidade dos seus atos, permite que ela deixe de afirmar aquela rigidez de caráter e força de prestígio que só aos seres completos são dados” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2).

A organização de mulheres em outros países inspirava as pautas e anseios das brasileiras, por isso em 02 de julho de 1891 comentava-se em *A Família* sobre os clubes que nasceram nos Estados Unidos e logo se alastraram para a Inglaterra e consistiam em espaços dedicados às mulheres, sendo alguns deles mistos, nos quais se realizavam conferências políticas, científicas e literárias. Isso apontava para dois fatores importantes: primeiro, a influência exercida pelo movimento sufragista internacional nas pautas brasileira e, segundo, a participação e propagação dessas ideias via imprensa feminista carioca, que promovia um diálogo profícuo entre o periodismo nacional e estrangeiro.

O artigo, escrito pela colaboradora parisiense Mme. Pierre e traduzido do francês, teve como foco relatar a inauguração do Círculo de Paris, onde as leitoras encontrariam conforto e distração, podendo almoçar, merendar e até demorar-se por lá. Havia um salão no qual as mulheres poderiam organizar rendez-vous, e também carruagens disponíveis para as

associadas, que poderiam usá-las para se deslocar a qualquer parte; enfim todo um apoio para a florescência e independência da atuação pública feminina.

O artigo “Emancipação da mulher”, publicado em 18 de julho de 1891 e escrito por Zefa, rememorou alguns dos marcos das últimas discussões e embates à questão da emancipação feminina, tais como pedido de alistamento eleitoral negado à poetisa Isabel Dillon e o apoio dos parlamentares Dr. Zama e do Dr. Costa Machado, demonstrando com isso que a demanda das mulheres estaria mais do que clara na consciência de todos, restando apenas a aquiescência total dos representantes do povo. Zefa argumenta que essa seria uma bela oportunidade de a República se consagrar com um grande feito e se equiparar a outras repúblicas, sobretudo a francesa. O lembrete foi complementado com a publicação da tradução do apelo escrito pela francesa Catharina Paturot, eleitora, defensora da causa da liberdade civil da mulher, solicitando assim que todos os franceses fossem iguais perante a lei.

O recurso da tradução de textos franceses foi recorrente a partir de então, reforçando os argumentos das jornalistas brasileiras e estreitando os laços e redes de sociabilidade estabelecidas entre Brasil e Paris, por meio do intercâmbio com o jornal *Droit des Femmes* que inclusive publicou um pequeno artigo, transcrito em 29 de agosto de 1891, na segunda página de *A Família*, que abordou a atuação de Zefa no jornal carioca e a publicação de seu último livro *A mulher moderna*, bem como os embates travados pelo periodismo feminista em prol da emancipação do sexo feminino. As informações, o reconhecimento e a divulgação de exemplos exitosos da atuação política feminina estavam postos, faltando apenas a garantia legal para o exercício pleno dessas potencialidades políticas das mulheres brasileiras.

Zefa também traduziu do francês dois artigos de Maria Martin. O primeiro, “O direito de voto”, resumia em sete itens o que uma república de nome precisava fazer para tornar-se uma república de fato. São eles: 1) “que as mulheres [...] sejam submetidas às regras do direito comum”; 2) que o sufrágio torne-se realmente universal; 3) “Que a Constituição a qual estão submetidos igualmente as mulheres e os homens, seja revista por uma Assembleia composta de homens e mulheres”; 4) “Que o mesmo desenvolvimento seja dado sem distinção de sexo”; 5) Que as mulheres sejam admitidas em todas as funções e em todos os tipos de empregos e funções públicas; 6) “Que o Estado dê às mulheres retribuição igual, aquela que concede ao homens” e 7) “Que os tribunais e os júris tendo de julgar mulheres e homens, sejam compostos por homens e mulheres” (*A FAMÍLIA*, 1891, p. 3). E, logo em seguida, o segundo intitulado “O Congresso Internacional de Bruxelas”, que convidou a todos os partidos socialistas de todos os países a “afirmar energicamente em seus programas a completa igualdade dos dois sexos” concluindo pela união entre proletários e mulheres, que não eram “aliadas que se

desprezem”, pois “nós devemos provas, por uma ativa propaganda, em favor dos direitos dos proletários” (A FAMÍLIA, 1891, p. 3).

Em “O voto das mulheres”, também traduzido por Zefa, porém sem a indicação de autoria, elencam-se nove poderosas razões proferidas pelo reverendo Sr. G. C. Kirby para que se concedesse o voto para as mulheres, provando que até na Inglaterra a propaganda pela emancipação feminina encontrava eco entre parlamentares do sexo masculino (A FAMÍLIA, 1891, p. 6).

Paulatinamente, Zefa seguiu o conselho de Maria Martin e foi-se aliando às classes menos favorecidas, ampliando o escopo de sua propaganda pela igualdade de direitos. Em outubro de 1891, com o título “O jejum forçado”, a redatora-chefe de *A Família* dissertou sobre a escassez de alimentos que assolava “as classes proletárias dessa Capital” (A FAMÍLIA, 1891, p. 3).

Enquanto isso a questão feminina ficava no fundo da gaveta dos projetos políticos da recente República, que já não era tão nova assim dado que muito havia prometido em termos de avanços e progressos sociais. *A Família* não deixava sua pauta pela emancipação da mulher e embora a menção aos artigos e argumentos empregados pareçam demasiadamente repetitivos, faz-se necessário frisar a estratégia política dessas jornalistas incansáveis: mostrar que a mulher avança, a despeito da falta de reconhecimento formal de suas capacidades intelectuais, profissionais e políticas. Tanto é assim que nos anos de 1892, 1893 e 1894, Josephina Álvares de Azevedo e Ignez Sabino continuaram com as penas voltadas para a valorização da mulher e exigindo resoluções dos governantes republicanos.

O ano de 1892 abriu com mais um artigo de Josephina Azevedo, que pedia a suas compatriotas: “Mulheres brasileiras, mãos à obra!”. Diante do silêncio sobre as reformas mais necessárias e mais urgentes que permaneciam sem solução, principalmente diante dos deputados e senadores, Zefa concluiu que tal situação se perpetuava por causa da inação das mais interessadas, as mulheres, “avante, mulheres de todos os países empregai um pouco de energia- aparecei, falai, escrevei, requerei, agitai-vos, enfim.” Mirando-se no que ocorreria em outros países: Inglaterra, Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Alemanha, Austria, Australia, Estados Unidos, “em toda a parte as mulheres não têm medo de se agitarem e gozam de direitos que nós não possuímos” (*A FAMÍLIA*, 1892, p. 1). Parte desse movimento em direção à conquista de direitos se fazia, segundo Zefa, pela movimentação das mulheres. E, nesse sentido mais uma vez a redatora-chefe se aproximou da luta dos operários, como modelo de mobilização para as mulheres, demonstrando que o feminismo praticado por ela agregava pautas comprometidas com a modificação das estruturas da sociedade e que, portanto, não

estava restrito ao círculo das mulheres letradas, e, sim, inspirando-se no movimento operário de fins do século XIX, ou nos “obreiros das diversas profissões [...] os operários”, que “por tanto tempo” foram “explorados- eles resolutamente ergueram a frente, reivindicaram os seus direitos, e justiça lhes tem sido feita” (A FAMÍLIA, 1892, p. 2).

Zefa pergunta a suas leitoras se não era ultrajante o fato de estarem, equiparadas na lei, a menores e interditos? Se não era humilhante, quando da assinatura do contrato de casamento, jurar obediência ao homem que seria seu esposo? Evidentemente, o problema que se mostrava à época não se restringia apenas ao direito de voto para as mulheres, pois a representação política era uma das facetas da emancipação social, política e jurídica da mulher brasileira. Josephina Azevedo elencou então todas as limitações impostas à mulher: qualquer liberdade que o marido pudesse dar à mulher seria apenas uma concessão momentânea sujeita ao arbítrio masculino; suponha-se que “uma mulher, por mais poderosa que se julgue” vá “a um simples corretor para vender uma ação de 200\$000 reis ou mesmo alguns debêntures da companhia geral de Estradas de Ferro, a primeira palavra do corretor será esta: tende a autorização de vosso marido?”. Se a mulher tentasse uma ação judiciária contra o marido, a situação se complicaria mais ainda, dado que o marido era o próprio responsável pela esposa: “fazei-vos autorizar pela justiça, porque sóis julgada menor e nada podeis por vós próprias.” (A FAMÍLIA, 1892, p. 2). Estava, portanto, justificada a necessidade de associação entre as mulheres, que deveria ser levada a cabo urgentemente, pois “isoladas nada poderemos, unidas poderemos tudo” (A FAMÍLIA, 1892, p. 2). O convite à associação era, sem dúvida alguma, uma tentativa persistente de mobilização das mulheres que compreendia em suas pautas outras questões para além do voto. Na série de escritos mais longos, Josephina tratou de temas como o casamento, a separação e o divórcio, e, abordando a regularização do trabalho feminino, estabelecendo assim uma continuidade da temática mais específica do status jurídico da mulher e sua dependência em relação ao homem.

O que nos parece, num primeiro momento, uma abordagem muito complexa e sofisticada da parte de Zefa, desmistificando a concepção de um feminismo simplista e tacanho nos primórdios do movimento brasileiro, podemos ver que já havia aí a proposta de debatendo a sustentação das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições e colocando e discussão as assimetrias e relações de dominação que permeiam as instituições vigentes, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias (MIGUEL; BIROLI, 2014). Logo, o cerne do debate feminista, que seria desenvolvido no século XX e abarcaria questões de raça e classe, - posto que uma democracia igualitária deve considerar o enfrentamento do sustentáculo das engrenagens do gênero, mas, de igual modo, as de classe e raça, - estava

enunciado pelas feministas do entresséculos. Outro exemplo disso está em “A questão das mulheres”, publicada em 30 de janeiro de 1892, onde Josephina Azevedo afirmou que o acesso à educação feminina era apenas uma das reformas almeçadas pelas mulheres que pretendiam obter a emancipação, o direito comum e a completa igualdade civil e política. Estas últimas dependiam do corpo legislativo, de uma reforma completa das leis, mudanças que não dependiam da atuação direta das mulheres, seriam as “dependências impostas”. Mas, argumentou Zefa, existiam outras maneiras de libertação, as quais não dependiam de mais ninguém, “somente pelo esforço da vontade” da mulher que se rendia a “dependências voluntárias”, aqui, portanto, se impunha a necessidade de uma reforma dos costumes, “impostas pelo uso, pelos preconceitos, e pela moda- e se as mulheres não têm a precisa coragem para se libertarem destas, que somente de si dependem, como quererão que o legislador se deixe convencer da necessidade de abolir as outras?”. Desse modo, “onde as leis não as obrigam à submissão, que elas dêem provas de independência” (A FAMÍLIA, 1892, p. 1).

É importante notar que o alvo das críticas sociais de Zefa não eram exclusivamente os homens, os legisladores e a sociedade opressora da mulher. Não havia ingenuidade no ativismo político da jornalista; dado que a mulher era igualmente parte do problema, unicamente por se encontrar mergulhada nas amarras do patriarcalismo, sistema de “submissão da mulher” à “esfera privada” e sua “exclusão da esfera pública” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 18), se emaranhando em práticas cotidianas: preconceitos, modas e condutas. Desse modo, haveria um espaço de resistência cotidiana, pois a mulher, ao operar mudanças nos costumes e na cultura da sociedade, poderia promover sua própria emancipação a partir daquilo que estava ao seu alcance, porque para Zefa “a mulher não é somente *escrava por lei*, ela própria se escraviza voluntariamente por obedecer os usos do mundo [...] há [...] uma multidão de cousas que desagradam as mulheres”, mas que mesmo assim “elas fazem de preferência ao que lhes agradaria tão somente por medo do – o que se dirá” (A FAMÍLIA, 1892, p. 1).

A partir de 1892 as discussões sobre o voto feminino não mais apareceram nas páginas de *A Família*. O número de colaboradoras também diminuiu drasticamente. Os artigos de Zefa também escassearam, bem como a periodicidade da revista foi alterada, e em 04 de março de 1893 avisou-se que a redatora-chefe estava doente: “Toda a correspondência e reclamações devem ser dirigidas para a Travessa das Saudades, n. 32, onde nos achamos. A publicação será bimensal enquanto durar a enfermidade de sua redatora”. Em 17 de maio de 1893 as leitoras foram informadas que Josephina Azevedo estava “vitimada pela terrível influenza” e as correspondências deveriam ser encaminhadas para a Rua da Alfandega, n. 198, endereço da

tipografia Confiança, de propriedade de José Alves Montenegro, que estaria recebendo, por obsequio, as correspondências de *A Família*.

Conclusão

As poucas linhas que traçamos aqui sobre a atuação política e literária de Josephina Álvares Azevedo, uma mulher que viveu intensamente os conflitos e incertezas de um momento político extremamente delicado para o Brasil, a mudança do governo Imperial para o republicano, recuperam uma pequena página da agência das feministas do entresséculos brasileiro. Porém, se pudéssemos sintetizar as estratégias utilizadas por várias delas e em especial por Zefa seria: trabalho incansável e persistente. Apesar do direito de votar não ter sido conquistado na República nascente, a política foi exercida pelas mulheres no âmbito da escrita e da imprensa feminista, que permitiram a continuidade da organização de luta pela conquista desse direito que para as mulheres do século XIX significou o reconhecimento da igualdade.

Fontes:

A ESTAÇÃO. Rio de Janeiro, 1879-1904.

A FAMÍLIA. Rio de Janeiro, 1888-1894.

A MENSAGEIRA. São Paulo, 1897-1900.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1918.

AZEVEDO, Josephina Álvares de. *A Mulher Moderna: trabalhos de propaganda*. Rio de Janeiro: Typ. A Vapor, 1897.

AZEVEDO, Josephina Álvares de. O voto feminino. In: *A Família: jornal literário dedicado à mãe de família*. Rio de Janeiro, 1890.

Referências secundárias:

BLAY, Eva Alternan, AVELAR, Lúcia (Orgs). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

HAHNER, June H. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Trad. Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 11, n. 1, Florianópolis, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O Florete e a Máscara: Josefina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. Tese (Doutorado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

O município e o processo eleitoral de 1954 no Piauí

Ábdon Eres da Silva Neto¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar a relação existente entre o município e as eleições de 1954 no Piauí. Para isso, examinamos as atas da Assembleia Legislativa no referido ano e selecionamos as que se reportavam aos municípios piauienses ou às localidades que desejavam a emancipação política. A partir daí pudemos visualizar que nos seus discursos, dentro do contexto eleitoral, os deputados deixavam transparecer disputas por influência em várias localidades do estado. Escolhemos esse ano em especial, porque foi nele que percebemos um aumento considerável na criação de municípios e, longe de ser um fato isolado, apontou para comportamentos políticos que faziam parte das culturas políticas do estado, onde, principalmente, conseguir aumentar o apoio das localidades era crucial para conquistar a vitória nas eleições.

Palavras-chave: Municípios. Eleições. Culturas políticas.

Abstract: This article aims to analyze the comparison between municipalism and the 1954 elections in Piauí. It was selected the elements that were related to the reading of some lines, the leaves inprouncement, the state deputies in the year of 1954. They were selected as reference for the municipalities or the localities that wanted a political emancipation and after that they could visualize that in their speeches, within the electoral context, the deputies left transparencies for several questions in several localities of the state. We chose this year in particular, because what we perceive an increase in the generation of municipalities and is, a specificfact, aim to condition the politicians who are part of the partis an political culture of the state, where, mainly, to be able to increase the support of the localities was crucial to winning an election victory.

Keywords: Municipalities. Elections. Political cultures.

Introdução

No ano de 1950 o Piauí contava com uma população total de 1.045.696 habitantes. Grande parte dessa população, 1.037.541, declarava-se pertencente à religião católica e apenas 155.145 sabiam ler e escrever (CENSO DEMOGRÁFICO 1950). Segundo Martins et al (2003), 83, 7% da população do Estado nesse ano vivia na zona rural. Quanto à ocupação, 82,2% dedicava-se a atividades do setor primário, 3,7%, às do setor secundário e 14,1%, às do setor de serviços. Entretanto, essa maior quantidade de pessoas no setor primário não era sinônimo de grande produção, uma vez que a contribuição dessas atividades ao produto local era baixa. Os setores industriais compunham-se de pequenas unidades artesanais que produziam açúcar,

¹ Mestrando em história pela Universidade Federal do Piauí.

aguardente, rapadura, calçados, redes etc. As indústrias que se destacavam eram a química, farmacêutica e têxtil por sua maior envergadura e o comércio se responsabilizava por 22, 8% da renda interna do Estado (MARTINS et al, 2003).

No âmbito político, para a segunda legislatura que se iniciou em 1951, o governador eleito foi Pedro de Almendra Freitas² e o vice-governador e presidente do legislativo foi Tertuliano Milton Brandão³. Os deputados estaduais que iniciavam suas atividades políticas naquele ano dividiam-se em quatro agremiações partidárias: União Democrática Nacional (Alberto Tavares Silva, Antenor Martins Neiva, Alberto Bessa Luz, Ezequias Gonçalves Costa, Francisco Ferreira de Castro, Gumercindo P. Saraiva Ribeiro, João Ribeiro de Carvalho, Joaquim Gomes Callado, José Ribamar de Castro Lima, Manoel Nogueira Lima, Mário José de Andrade, Milton de Aguiar, Orlando Barbosa de Carvalho, Raimundo Vaz da Costa Neto e Wenceslau de Sampaio); Partido Social Democrático (Antônio dos Santos Rocha, Antônio Félix de Carvalho, Alcides Martins Nunes, Adalberto de Moura Santos, Augusto Rocha Neto, Constantino Pereira de Sousa, Clóvis de Melo, Caio Coelho Damasceno, Epaminondas Castelo Branco, Edgard Nogueira, Edison Dias Ferreira, João Clímaco d'Almeida, Otávio Miranda e Waldemar Ramos Leal); Partido Trabalhista Brasileiro (Darcy Fontenele de Araújo e Inácio Soares da Silva); e Partido Social Progressista (Agenor Barbosa de Almeida) (TITO FILHO, 1980).

Em 1954, ocorreu a terceira disputa eleitoral para o Senado, Câmara dos deputados, Assembleia Legislativa e governo estadual depois da queda do Estado Novo, regime autoritário de Getúlio Vargas. O que chama a nossa atenção nesse cenário refere-se aos municípios criados. Observando os dados do quadro a seguir podemos perceber que o ano da década de 1950 em que foram criadas mais unidades municipais foi 1954, sendo instituídos sete (07), de um total de dezenove (19): Conceição do Piauí, Água Branca do Piauí, Elesbão Veloso, Inhumas, Pimenteiras, Simões e Angical do Piauí.

MUNICÍPIOS CRIADOS NO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1950		
Ano	Município	Nº da Lei Estadual
1950	-	-
1951	-	-
1952	Itaueira	Lei Nº 743 de 29.10.52

² Pedro de Almendra Freitas foi comerciante e político, nascido em José de Freitas em 1º de março de 1891. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de sua terra natal. Governou o Piauí no período 1951 a 1955. Presidiu a Associação Comercial do Piauí. (GONÇALVES, 2003).

³ Tertuliano Milton Brandão nasceu em Pedro II em 1916. Foi prefeito de sua terra natal, deputado estadual, signatário da Constituição de 1947, vice-governador do Estado, presidente da Assembleia Legislativa e juiz do Tribunal de Contas do Estado. Elegeu-se deputado federal em cinco legislaturas (GONÇALVES, 2003).

1953	Matias Olímpio	Lei Nº 894, de 29.10.53
	Curimatá	Lei Nº 895, de 29.10.53
1954	Conceição do Piauí	Lei Nº 924, de 12.2.54
	Água Branca	Lei Nº 979, de 30.04.54
	Elesbão Veloso	Lei Nº 983, de 13.5.54
	Inhuma	Lei Nº 985, de 17.5.54
	Pimenteiras	Lei Nº 1.040, de 16.7.54
	Simões	Lei Nº 1046, de 22.7.54
	Angical do Piauí	Lei Nº 1054, de 24.7.54
1955	Monte Alegre	Lei Nº 1133, de 6.6.55
	Nazaré do Piauí	Lei Nº 1212, de 8.9.55
1956	Capitão de Campos	Lei Nº 1432, de 30.11.56
	Monsenhor Hipólito	Lei Nº 1445, de 30.11.56
	Santa Cruz do Piauí	Lei Nº 1446, de 30.11.56
	São Francisco do Piauí	Lei Nº 1453, de 30.11.56
	São José do Peixe	Lei Nº 1440, de 23.11.56
1957	Landri Sales	Lei Nº 1541, de 30.7.57
	Eliseu Martins	Lei Nº 1542, de 30.7.57
1958	-	-
1959	-	-

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PIAUÍ. Teresina, v.15, p. 1 – 513, 2007. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22_04cea7f8c7.pdf> Acesso em: Maio de 2018.

O que explicaria, no referido ano eleitoral, o acréscimo de unidades municipais? A nossa hipótese é a de que a criação de municípios (municipalismo) pode ter sido usada como meio para conseguir apoio eleitoral nas novas localidades instaladas, realçando as relações de compromisso estabelecidas entre grupos locais e a esfera estadual. Para isso não nos limitamos às datas em que foram inseridos, mas ao processo que levou para serem aprovados os projetos de leis para sua criação. Antes de ser aprovada a lei, o território que almejava o desmembramento encaminhava para a Assembleia Legislativa um projeto que, se aceito, entrava em discussão e passava por três votações, até obter o parecer final. Estas podiam se estender por mais de uma sessão e se prologar por vários meses. Foi no acompanhamento dessas discussões e votações por meio das atas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí no ano de 1954 que percebemos que o processo de criação municipal estava mergulhado dentro da cultura política partidária piauiense, evidenciando que a aprovação de um projeto era permeada por disputas que remetiam às formas de conduzir a política no Estado, visando, especialmente, ganhar o pleito eleitoral.

Para nossa análise levamos em conta dois elementos: o primeiro deles refere-se ao engajamento dos deputados com os municípios, que pode ser percebidos nas atas de dois modos. O primeiro pelo envio de condolências aos líderes políticos que morriam, apontando para algo que ia além de formalidades, revelando práticas políticas e religiosas do período e a segunda

pelo envolvimento dos deputados na criação de municípios, o que aponta para a possibilidade de formação, com essa prática, de currais eleitorais, encaminhando o eleitor para votar em quem o líder local mandava, caracterizando o que Vitor Nunes Leal chama de “voto de cabresto” e o segundo elemento são as referências feitas aos municípios nas falas dos deputados. Por meio delas, pudemos perceber que os políticos da Assembleia Legislativa traziam constantemente denúncias de casos de violência cometidas por membros dos partidos, especialmente, da ala situacionista. A violência era uma prática comum na política piauiense do período.

Nesse sentido, tornou-se importante, para a nossa análise, entendermos o ambiente político em que as eleições de 1954 se inseriram, pois foi nesse cenário, pós-1945, que se delinearão os grupos partidários que disputaram esse pleito. Na esfera nacional, 1945 marca a queda do Estado Novo e o início da primeira experiência democrática brasileira. Sobre essa transição, Lucilia Delgado (2010) ressalta as ações do governo em adotar estratégias para controlar o modo como as mudanças - que já eram inevitáveis - iriam acontecer. Uma delas foi a definição de regras políticas que, dentre outras, destacamos “a convocação de eleições majoritárias para presidência da República e a implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais” (DELGADO, 2010, p. 134). Com isso, os principais partidos surgidos no período foram o Partido Social Democrático (PSD) que agrupou os favoráveis a Getúlio Vargas, como os interventores que faziam parte do quadro estadonovista, representantes das oligarquias estaduais e alguns segmentos da classe média urbana; a União Democrática Nacional (UDN) que reuniu boa parte dos que eram divergentes do governo estado-novista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que agrupava, dentre outros, os trabalhadores sindicalizados e os operários e, assim como o PSD, era getulista; e o Partido Comunista do Brasil que finalmente consegue ser legalizado (DELGADO, 2010). No Piauí, a constituição desses partidos ocorreu de forma parecida. Segundo Marylu Alves de Oliveira (2016, p. 113) o PSD era composto por grandes comerciantes, líderes ruralistas e profissionais liberais que atuaram no Estado Novo. A UDN, por sua vez, era composta por ricos comerciantes e por grande número de bacharéis formados em direito. Já o PTB e PCB, de acordo com a referida autora, eram pequenos e sua penetração no Estado ainda acontecia de forma pontual e, “apesar da existência de outras siglas no Piauí, as disputas políticas partidárias, logo após o fim do *Estado Novo* em 1945, polarizavam-se entre UDN e PSD” (OLIVEIRA, 2016, p. 114).

De acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010, p. 134) essa medida rompeu com a estruturação partidária regional, tradição brasileira que alimentou por muitos anos as oligarquias estaduais. Entretanto, isso não significou a ocorrência de bruscas mudanças, como o desaparecimento de antigas práticas políticas. Segundo Lucilia Delgado, o que caracterizou

essa conjuntura foia dicotomia de “transformações com permanências” (DELGADO, 2010, p. 131). Nesse contexto de transformações com continuidades não poderíamos deixar de fora a análise que Vítor Nunes Leal (1997) faz do coronelismo, definindo-o como uma adaptação do poder privado para coexistir com um regime político de extensa representatividade. De acordo com o já mencionado autor, na história ulterior da República

A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas um sistema de compromisso que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais (LEAL, 1993, p. 123).

Desde o Império, para manter seu poder, o governo central controlava as províncias por meio do mando exercido sobre os presidentes, escolhidos segundo sua vontade. Com a República, a escolha do governo do estado, esfera que substituiu a província, não era mais privilégio exclusivo da União, pois agora, em um regime representativo, era necessário contar com o eleitorado e para garantir o controle sobre ele nas localidades mais distantes foi preciso o estabelecimento de trocas de favores entre a união (o poder público) e os chefes locais. Estes últimos, os “coronéis”, em geral donos de terras, representavam, para os roceiros, um ponto de apoio, com quem podiam contar nos momentos difíceis, trabalhando em troca de colheita ou pedindo dinheiro emprestado. Tendo os “coronéis” como benfeitores, os trabalhadores rurais lutavam “com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’”. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica e rural” (LEAL, 1997, p. 44). Tínhamos aí o estabelecimento de relação de submissão política, o que aumentava o prestígio dos “coronéis” e dava-lhes condições de negociar com a esfera estadual.

Apesar de sua análise remeter ao período político brasileiro conhecido como Primeira República, os elementos resultantes do “coronelismo”, como a troca de favores, o mandonismo e o filhotismo nos servem de base para entendermos a política municipal nos anos posteriores a 1945, pois, as mudanças que aconteceram não apagaram antigas práticas, que deram sinais de permanência na política partidária, principalmente, o que se refere à teia de acordos/favores recíprocos entre as elites locais localizadas nos municípios e governo do Estado. Ademais, alguns partidos criados em 1945, como o PSD, continuavam a agregar os mesmos grupos políticos que atuaram durante o Estado Novo. A configuração política parece ser a mesma, apenas com outra roupagem. O que queremos destacar é essa possibilidade dos grupos de tentar se adaptar à nova conjuntura, de modo a não perder as antigas redes de relações que possuíam.

Partimos da ideia de que a criação de um município é um “ato eminentemente político” (MEIRELLES, 1993, p.61), porém, mergulhado dentro do contexto cultural de um determinado lugar e tempo. Dessa forma, a cultura política definida por Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.21) como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado [...]” nos serve de chave para entendermos o comportamento dos deputados estaduais em aprovar os projetos de criação de unidades municipais. Assim, “o fenômeno da cultura política surgiu oferecendo uma resposta mais satisfatória” (BERSTEIN, p. 349) para explicarmos a fragmentação municipal do Piauí em 1954 que não seja pelo estabelecimento direto de uma causa política, mas que permita “compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado [...]” (BERSTEIN, p. 363).

Municípios, disputas e vínculo eleitoral

Consideremos a fala do deputado estadual Joaquim Gomes Callado⁴, registrada na ata da sessão de 8 de junho de 1954 da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Na ocasião, o referido deputado afirma que

[...] a sua presença na tribuna tinha por objetivo denunciar à Casa fatos criminosos e de flagrante desrespeito à Constituição do Estado, que estariam sendo praticados pelo senhor Governador do Estado, no novo município de Água Branca. Depois de outras considerações, esclareceu o senhor deputado Gomes Callado, entre outras cousas, que aquele município nem sequer fora instalado, e já o senhor Governador está lavrando uma série de nomeações ilegais e institucionais, com fins manifestamente político-partidários, para ocupar cargos ali inexistentes. Adiantou que o Chefe o Executivo Estadual se engana completamente ao atribuir que agindo dessa maneira arbitrária, consegue obter vitória eleitoral no município de Água Branca, onde o orador diz que dispõe de esmagadora maioria, porque conta com o apoio decidido da quase totalidade da população (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 8 jun. 1954).

Joaquim Gomes Callado elegeu-se deputado estadual pela UDN. A localidade a que se refere localiza-se a menos cem (100) quilômetros de Teresina, a capital do Estado do Piauí. Como relatou, o município de Água Branca ainda não estava instalado, o projeto que o desmembraria de São Pedro do Piauí, de sua autoria, ainda se encontrava em discussão na Assembleia Legislativa desde abril de 1954. A reclamação evidencia a rivalidade entre ele e o

⁴ Joaquim Gomes Callado foi comerciante e político, nascido no Ceará. Chegou a Água Branca em 1877. Foi um dos primeiros comerciantes da localidade. Deputado estadual (1951-1955). Iniciou o movimento em prol da emancipação política do povoado, conseguindo a aprovação da Lei nº 979, de 30 de abril de 1954 que criou o município de Água Branca (GONÇALVES, 2003).

governador Pedro Freiras, vencedor do pleito para governo do Estado em 1950 pelo PSD. Entretanto, o que mais chama nossa atenção é a denúncia da atitude do governador em fazer nomeações para cargos ainda inexistentes o que, de acordo com Gomes Callado buscava conquistar o eleitorado do novo município. Reparemos que o deputado em questão aponta para uma prática que não é desconhecida na política brasileira: a distribuição de cargos públicos para aliados políticos. Isso se aproxima do que Vítor Nunes Leal chamou de “negar pão e água ao adversário”, isto é:

Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o leal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. (LEAL, 1997, p. 60).

No caso, a solidariedade partidária se fez por meio da inserção na administração municipal de companheiros políticos, deixando de fora os que são aliados ao partido adversário. Se por um lado Pedro Freitas garantia o apoio do eleitorado por meio do oferecimento de emprego, por outro, o deputado Gomes Callado garantia pelo fato de ser o autor do projeto de criação do município de Água Branca. Esse é, provavelmente, um dos elementos que o faz afirmar tão veementemente que possui o apoio decidido de quase totalidade da população.

Nessa época, votar a favor da criação de um município parecia ser importante para aumentar influência naquela localidade, fator que pode ser observado no pedido do deputado Hélio Leitão⁵ (UDN)

[...] no sentido de ser adotado o critério de votação nominal com relação ao projeto de criação do município de Monsenhor Hipólito. Explicou o senhor deputado Hélio Leitão que requeria a adoção dessa medida para evitar dúvidas futuras, e prevenir a eventualidade de certo deputado reproduzir que praticou quando da votação do projeto de lei que criou o município de Itainópolis, isto é, não tendo tomado parte na votação desse projeto, posteriormente, alardeou em Itainópolis que havia votado a favor da proposição, quando na realidade nem sequer se achava presente no recinto, e para tirar ainda maior proveito político assoalhou o boato de que o orador e o deputado Alberto Monteiro⁶ não tinham votado a favor do referido projeto, quando havia acontecido exatamente o contrário.

⁵ Hélio das Chagas Leitão nasceu em 1914 em Picos. Filho do Cel. Joaquim das Chagas Leitão, intendente municipal (prefeito de Picos de 1900 a 1902) e de sua segunda esposa Anisia Ferreira Nunes Leitão. Foi escrivão da “Mesa de Renda do Tesouro do Estado do Piauí” na cidade de Picos. Em 1946 candidatou-se a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado pela UDN, sendo eleito. Na eleição seguinte, tornou-se suplente, sendo chamado para exercer o cargo (ROCHA, 2016).

⁶ Alberto de Moura Monteiro nasceu em Picos em 1913. Filho de Joaquim Monteiro de Carvalho e Joaquina Francisca de Moura Carvalho, formou-se em Direito na cidade do Rio de Janeiro. Destacou-se nos meios políticos e literários. Como político, foi eleito por seis legislaturas consecutivas, perfazendo um período de 24 anos de vida parlamentar. Em 1950 candidatou-se deputado estadual pelo PSD, tornando-se suplente e sendo chamado para assumir o cargo (ROCHA, 2016).

O pedido do deputado Hélio Leitão visava registrar a votação nominal para a criação do município de Monsenhor Hipólito, assim, era possível saber quem tinha votado a favor ou contra, evitando problemas como o que ele ressaltou em sua fala. Vejamos que a expressão usada pelo orador e que foi registrado pelo redator da ata foi “tirar ainda maior proveito político”. O episódio que ele queria evitar que acontecesse nos dá um indício de que a criação do município - no caso, Itainópolis - foi objeto de disputa dos deputados e, de acordo com a fonte, possivelmente utilizado para conseguir vantagem política na localidade. Não podemos afirmar que a intenção do deputado referido por Hélio Leitão tenha sido essa, porém deixa rastros de que este tinha a ideia de que votar contra a criação de um município era elemento de desvantagem política na nova localidade que seria instituída, caso contrário o boato espalhado pelo deputado não teria causado o efeito que causou.

O que nos ajuda a entender essa situação é o entendimento do deputado Hélio Leitão de acreditar que o voto favorável à criação do município era uma maneira de gerar vínculos com a população da localidade. Noção compartilhada pelo outro deputado que, segundo Hélio Leitão, espalhou o boato com a intenção de retirar do adversário e concentrar para si o crédito pelo apoio à criação do município. Analisando a maneira como o orador constrói seu argumento, podemos inferir que a base do seu raciocínio é a de que o voto favorável ao projeto na Assembleia era recebido pela população como um favor, passando o eleitorado a ter uma dívida com o deputado, que seria paga com o voto no pleito eleitoral.

A noção de “voto de cabresto” de Vítor Leal Nunes para definir o vínculo de dependências entre o coronel e os trabalhadores (estabelecido pela violência ou pela necessidade deste último de garantir sua sobrevivência) é uma lente interessante para enxergarmos que os deputados utilizavam a criação de unidades municipais para garantir apoio eleitoral nos novos municípios criados, construindo um vínculo de dependência baseado no serviço que o deputado realizou naquela localidade. Por mais que este político não se envolvesse diretamente com o local, o seu nome permanecia como o facilitador daquele processo, uma vez que os projetos dependem da aprovação desses líderes. Nesse sentido, o desmembramento de território para a formação de novas unidades autônomas é um processo que pode ter se ligado às práticas coronelistas: os deputados apoiavam o projeto solicitado pelos prefeitos ou líderes políticos e estes garantiam o apoio da população das comunas. É um dos casos em que a *cultura política partidária*, que se refere à concessão de favores em troca de

votos se cruza com a *cultura política popular*, que direciona o apoio eleitoral não à proposta do partido, mas ao benefício imediato que o candidato lhe trouxe⁷.

Ainda nesse sentido, o engajamento dos deputados com os municípios podia acontecer por meio de visitas a essas localidades. Tal empreendimento parecia ser o momento oportuno para reforçar laços políticos com as lideranças locais e vínculos com os demais moradores. Era bastante comum que os membros da Assembleia recebessem convites para tomarem parte das celebrações relacionadas à instalação das novas unidades municipais. O procedimento da Assembleia era a formação de uma comissão para ir à localidade para participar das solenidades.

DEPUTADOS ESTADUAIS (E RESPECTIVOS PARTIDOS) QUE COMPUNHAM AS COMISSÕES PARA VISITA AOS NOVOS MUNICÍPIOS INSTALADOS							
		Municípios					
Deputado	Partido	Itainópolis	Água Branca	Conceição do Piauí	Pimenteiras	São Félix	Matias Olímpio
Alberto Monteiro	PSD	X	X	X	X	X	
Adalberto Santos	PSD	X					
Alberto Monteiro	PSD						
Antônio Carvalho	PSD						X
Bessa Luz	UDN	X		X			
Clímaco de Almeida	PSD						X
Clovis Melo	PSD						X
Costa Andrade	UDN			X			
Darcy Araújo	PTB						X
Gomes Callado	UDN	X	X		X	X	
Hélio Leitão	UDN	X			X	X	
Inácio Soares	PTB				X	X	

⁷ De acordo com Marylu Oliveira (2016), no Piauí havia uma dissociação entre cultura política partidária e cultura política popular: “tal divisão se faz necessária pelo apartamento institucional e ao mesmo tempo simbólico do exercício das práticas culturais relativas ao universo político-partidário e o mundo das representações sociais partilhadas sobre a participação popular na política” (OLIVEIRA, 2016, p. 23). Apesar disso, a referida autora ressalta que essas culturas políticas podiam misturar-se em certos momentos, especialmente durante o processo eleitoral.

João Carvalho	UDN		X				
Martins Neiva	UDN	X					
Milton Aguiar	UDN						X
Petrônio Portella	UDN				X	X	
Santos Rocha	PSD						X
Waldemar Leal	PSD						X

Fonte: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

Não são explicitados os critérios de escolha dos representantes, porém, ao relacionar os deputados que formavam as comissões com os partidos dos quais fazem parte, pudemos tirar três conclusões: a primeira é que quem fazia o convite era, em geral, o autor do projeto de criação do município em questão; segundo, era o partido do deputado que possuía mais membros na Comissão; terceiro, percebemos que procurava-se manter representantes dos partidos que compunham a Assembleia Legislativa.

Os deputados relatavam a sua participação nos eventos festivos de instalação dos municípios. O deputado Costa Andrade⁸, por exemplo, “fez um relato minucioso das festividades que decorreram num ambiente de ordem e geral entusiasmo” nas solenidades de instalação de Conceição do Canindé (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 5 julho, 1954). Mais do que uma preocupação com esses municípios, essa relação próxima entre alguns deputados e as novas unidades municipais é uma forma de estender a teia de influência deles e do partido. Tais interesses também podem ser evidenciados nas notas de pêsames encaminhadas pelos deputados à família dos falecidos. Em sessão do dia 29 de abril de 1954 o deputado Alberto Monteiro solicita que seja “consignados em ata votos de pesar pelos falecimentos ocorridos em Pedro II das Exc^a Srs Ana Paulino Galvão e Bárbara Alves Galvão, mãe e irmã do senhor Joaquim Alves Galvão, presidente da Câmara Municipal daquela cidade, assim como da Exc^a Sra Maria Orsano Monteiro, mãe de numerosa família de alto destaque social daquela cidade serrana”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 29 abril, 1954).

⁸ José Severino da Costa Andrade nasceu em Simplicio Mendes - PI em 12 de dezembro de 1906. Foi professor, jornalista e orador. Foi Deputado Estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nas legislaturas iniciadas em 1951, 1955 e 1959. Em 1952, apresentou à Assembleia Legislativa Estadual, um projeto de lei propondo a criação do município de Conceição do Canindé, que logrou sua aprovação, instalado em 01 de julho de 1954 (GONÇALVES, 2003).

Percebamos que os pesares emitidos não eram para qualquer cidadão, eram para pessoas de destaque social e, especialmente, de importância política e, muitas vezes, os deputados deixavam isso evidente nas próprias falas, como o destacado acima ou no caso da sessão de 09 de julho de 1954, quando o deputado Constantino Pereira solicita que sejam apresentados pêsames pelo falecimento do senhor Mateus Valente de Figueredo, “cidadão de destaque social e político, cujo óbito aconteceu em Canto do Buriti” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 9 jul., 1954).

A interação, assim, entre os deputados estaduais e os municípios por meio envio de condolências é algo constante nas atas analisadas e sempre havia o retorno por meio de telegramas, onde a família do extinto agradecia as homenagens póstumas. Isso além de reforçar os laços políticos entre os deputados e os “cidadãos de destaque social” dos municípios, evidencia a existência de práticas políticas imbricadas pela religiosidade do período.

Por conseguinte, as disputas em torno da criação dos municípios, percebidas por meio da solicitação de votação nominal e o estabelecimento de diálogos com as lideranças municipais apontam para o interesse que os deputados tinham em capturar o apoio do eleitorado.

Política e violência nas eleições de 1954

Enquanto lugares de disputas políticas, os municípios possuíam considerável poder de decisão eleitoral. Conseguir o apoio de algum deles representava a oportunidade de penetrar no domínio exercido pelos partidos adversários. É possível pensar assim se observarmos que era neles que ocorriam algumas das principais disputas eleitorais e onde os embates entre os políticos podiam ser mais intensos. Em sessão do dia 18 de junho de 1954, o deputado João Carvalho⁹ (UDN), reclamou das graves ameaças sofridas pelos seus correligionários por parte de Gonçalo Castro, em Amarante, local onde ele disse querer fazer uma campanha pacífica, entretanto, adverte que se seu adversário continuar pelo caminho da violência estará “disposto a enfrentá-lo ao lado dos seus amigos, seja qual for o terreno que aquele prócer pessedista queira seguir” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 18 jun. 1954). Resolver os problemas políticos com o uso da violência fazia parte da *cultura política partidária* do Piauí, colocando-se, no caso, como a solução mais cabível, dadas as condições em que já vinham acontecendo em Amarante.

⁹ João Ribeiro de Carvalho nasceu em Amarante- PI em 1890. Farmacêutico, professor e chefe político de grande prestígio em Oeiras, antiga capital piauiense. Foi Deputado Estadual em cinco legislaturas (1947-1967). Vice-presidente da Assembleia Legislativa do Piauí. Prefeito de Oeiras, de 1935 a 1977 (GONÇALVES, 2003).

Ao tratar do Piauí no pós-1945, Marylu Oliveira afirma que

A existência de ameaças, de capangas, de revólveres e, algumas tantas vezes, de mortes, fazia parte das práticas políticas partidárias, compondo importante elemento da trama que caracterizou o *contexto cultural* do Piauí naquele período. Tais aspectos não poderiam desaparecer do exercício político local simplesmente porque o *Estado novo* ou o interventor saíram de cena, pois aquela era a forma como muitos políticos locais resolviam as desavenças (OLIVEIRA, 2016, p. 119).

Com isso, queremos destacar que as práticas políticas tradicionais, observadas no país desde os primeiros anos da República como as trocas de favores entre as esferas estaduais e municipais e o uso da violência para resolver problemas políticos (no caso do Estado Novo) tem seus resquícios nas eleições que aconteceram posteriormente. E, ademais, apontam para a existência de um conjunto de referências compartilhadas sobre a forma de agir dentro da política. Pedro Freitas, eleito governador em 1951, prometia pacificar a política local. Porém, em sua gestão “os ânimos poderiam até ter arrefecido na capital, mas mantinham-se acirrados em outras partes do Estado, pois há indícios de que no interior do Piauí as disputas entre os correligionários *pessedistas* e *udenistas* continuavam intensas” (OLIVEIRA, 2016, p. 136). É com esses traços que as eleições de 1954 ocorreram.

Em sessão do dia 18 de junho de 1954, o deputado Alberto Monteiro (PSD) propõe-se a tratar do momento de tensão política em Fronteira, denunciando as intensas perseguições que os adversários do governo vinham sofrendo, mas primeiro comunica à Assembleia a formação de uma chapa composta pelo vice-prefeito de Fronteiras, por membros da União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro “chapa essa que o orador considera indiscutivelmente vitoriosa”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954). Lembremos que no Piauí, havia uma polarização partidária representada pela UDN e PSD. Porém, durante o mandato do governador Pedro Freitas esse dualismo começou a demonstrar sinais de crise, pois o PTB passa a disputar espaço na política local (OLIVEIRA, 2016, p. 137). Desse modo, o apoio desse partido podia ser crucial para definir as eleições.

O deputado Alberto Monteiro segue adiante em sua fala denunciando arbitrariedades da polícia que intimida a mando do governo situacionista de Fronteira os “pobres lavradores” de Alagoinha “que não leem pela cartilha política do senhor governador”. Disse ainda estar informado que o prefeito “apossou-se do prédio de uma escola rural que se encontrava fechada, e lá deu posse ilegalmente a um professor” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954).

Prosseguindo, disse que quando estava no povoado Caldeirão Grande, assistiu o “Prefeito José Aquiles, juntamente com o sogro que é, ao mesmo tempo, tesoureiro da Prefeitura de

Fronteiras, a polícia e outros elementos, pressionarem o eleitorado para votar com o governo, chegando ao ponto, do sogro do prefeito retirar um revólver do coldre para atirar contra um ex-correligionário, por este ter se decidido a ficar com as oposições.” O deputado disse ainda ter sido ameaçado pelo “sogro e tesoureiro da prefeitura – senhor Noberto Ângelo Pereira” que aduziu que se o referido deputado andasse em Fronteiras, “se desgraçariam e as cousas não dariam certo”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954).

Da fala do deputado Agenor Almeida¹⁰ podemos observar duas características do coronelismo: o filhotismo e a sua outra face, o mandonismo. Reparemos que, nas suas palavras, o orador enfatiza e repete que o senhor Noberto Ângelo Pereira, que é quem lhe ameaça, é, ao mesmo tempo sogro e tesoureiro da prefeitura. A forma como trata disso dá a entender que pretende denunciar que a escolha do prefeito para o cargo de tesoureiro foi em virtude da relação familiar e que, por terem essa proximidade, as ações do tesoureiro convergem com as do prefeito. Dessa forma, as características negativas não pairam sobre um ou outro sujeito, mas sobre todo o governo daquela cidade. Além disso, isso evidencia uma característica das formas de fazer política no Brasil, da qual o Piauí não está isento, que é a nomeação de pessoas conhecidas, amigas ou da família para ocupar cargos administrativos, excluindo qualquer um que não “leia pela cartilha” dos políticos situacionistas. Ou, nas palavras de Vítor Nunes Leal (1997, p. 61) a convocação “de muitos agregados para a ‘gamela’ municipal”, mesmo que não possuam preparo técnico para ocupar o cargo. Este é um elemento que fazia parte da *cultura política partidária* do Piauí nesse período.

O mandonismo, por sua vez, se refere às relações entre o chefe local e os adversários e se traduz pela perseguição a esses últimos: “para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 1997, p. 61). A hostilidade, o uso de armas e a decisões autoritárias são elementos que continuaram a caracterizar o clima eleitoral piauiense. O discurso do deputado em questão é pautado pela sua posição enquanto opositor do governo do estado, mostrando-se, sempre que possível, comovido com a situação dos “pobres” que são oprimidos pela ala governista, representada pelo PSD que, comete, na leitura do deputado, arbitrariedades em praticamente todos os povoados e tem a conivência da polícia local. Entretanto, lembremos que os “documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento” (BACCELAR, 2008, p. 69), dessa forma, o objetivo das

¹⁰ Agenor Barbosa Almeida foi médico e político, nascido em Palmeirais. Coronel e médico reformado da Polícia Militar. Foi diretor do Hospital Getúlio Vargas de Teresina. Presidente do Instituto de Assistência Hospitalar e Secretário-geral do Estado. Deputado estadual e primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Nessa qualidade esteve no exercício de Governador do Estado (04 a 11 de março 1952) (GONÇALVES, 2003).

atas era apenas registrar o que havia ocorrido na sessão. É possível que o orador, que teve sua fala registrada na ata, tenha pautado seu discurso nas características negativas dos adversários políticos por acreditar que isso enfraqueceria o poder eleitoral deles.

Em sessão de 21 de junho de 1954, o deputado Agenor Almeida (PSP) relata perseguições contra Vicente Macedo perpetradas pela polícia na localidade Água Branca. O referido deputado relatou que Vicente Macedo, “se encontra privado de ir àquela cidade, transportar a sua família, por estar ameaçado de espancamento pela polícia” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 21 jun. 1954). Finaliza sua fala culpando o governo do Estado, ressaltando que a oposição trabalhará por um governo mais justo e honrado. Reparemos que nos dois casos, em Fronteira e Água Branca, a situação parece ter poder para proibir membros da oposição até de entrar na cidade, a custo de grande violência caso isso ocorra.

Mais uma vez, Vítor Leal Nunes nos auxilia no entendimento desse contexto. Ao tratar sobre a importância do apoio do governo estadual para os grupos situacionistas dos municípios, lista, dentre outros, a colocação de empecilhos a iniciativas da oposição, ignorar perseguição dos inimigos políticos, negar favores e destaca que “nada disso, via de regra, se compara a esse trunfo decisivo: pôr a polícia do Estado sob as ordens do chefe situacionista local” (LEAL, 1997, p. 69). Ter a polícia sob seu controle permitia aos chefes políticos perseguir, ameaçar e forçar os adversários a votar nos candidatos que lhes interessava. Mas precisamos entender essas denúncias ao PSD dentro da disputa política daquele momento. As palavras vêm de um opositor e elas buscam minar o poderio do PSD nas diversas localidades do estado. Lembremos que esse erao partido situacionista e, como já evidenciamos, foi constituído, especialmente, pelos apoiadores do Estado Novo. Assim, o que pode ter intensificado essas denúncias aos pessedistas foi a associação desse partido, especialmente na figura de Leônidas de Castro Mello¹¹, seu líder, ao governo estadonovista, este último lembrado no Piauí pelo seu caráter autoritário e “respaldado pela força policial” (OLIVEIRA, 2016, p. 119).

Leônidas de Castro Mello, entre as décadas de 1930 e 1940, permaneceu como interventor e governador, acumulando nesse tempo “grande força política nas várias instituições jurídicas, administrativas e públicas no Estado” (OLIVEIRA, 2016, p. 114). Acreditamos que esse seja um dos elementos que podem ter norteado a campanha oposicionista (UDN), que

¹¹Leônidas de Castro Mello foi médico e político, nascido em Barras do Marataoan, Estado do Piauí. Foi Delegado do Serviço Industrial Pastoril, professor e Diretor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Elegeu-se Conselheiro Municipal de Teresina, deputado federal (1951- 1955) e senador da República (1955- 1963). Presidiu como Conselheiro o Tribunal de Contas do Estado. Fez parte do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Governador do Piauí (3 de maio de 1935 a 23 de novembro de 1937) e Interventor Federal (24 de novembro de 1937 a 9 de novembro de 1945). Nenhum político governou o Estado por mais tempo do que Leônidas Melo (GONÇALVES, 2003).

foi direcionada para as diversas localidades do interior do Piauí, buscando reunir forças nesses lugares e combater o partido situacionista (PSD), que há tempos havia fincado suas raízes. Por mais que a UDN tivesse vencido as eleições de 1946, elegendo médico Rocha Furtado, o PSD “era ligado aos tradicionais coronéis da política, que mantinham ‘currais eleitorais’ no interior” (TAVARES, 2000, p.57). Com isso, vale ressaltar que as estratégias para vencer as eleições, tanto de um como de outro, passavam pela necessidade de manter ou de conquistar votos nos municípios.

Em sessão de 17 de maio de 1954, o deputado Alberto de Moura Monteiro (PSD) relatou a sua participação em uma “grandiosa concentração política que tivera oportunidade de assistir ontem no Sítio Paraíso, do Município de São Pedro, na residência de Dona Cristina Araújo de Arêa Leão, viúva do saudoso Deputado Miguel de Arêa Leão” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 17 maio, 1954). Participaram da reunião pessoas com grande influência política: do Partido Social Progressista (PSP), estiveram presentes os representantes a nível estadual, municipal e da capital; da União Democrática Nacional (UDN) dois membros da bancada do Legislativo Estadual e dois membros do diretório daquele partido em São Pedro; o prefeito de Pedro II; o vereador de Fronteiras e Raimundo Rodrigues Matos, representando o deputado Gomes Callado, que é do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); representantes da Ala trabalhista e da Ala Dissidente do Partido Social Democrático, este na figura de Cristina de Arêa Leão; além de vários membros da família Arêa Leão. Pela presença de importantes representantes políticos, podemos ter noção da relevância dessa reunião para a configuração política do período, evidenciando o enfraquecimento da polarização PSD e UDN, já que outros partidos estavam entrando em cena como o PSP e o PTB. Quanto ao primeiro, podemos citar o ingresso às suas fileiras do deputado Alberto Monteiro e do vice-governador Milton Brandão, saídos do PSD. Em sessão de 15 de julho de 1954, Alberto Monteiro “exibiu credenciais que lhe foram conferidas pelo Partido Social Progressista para organizar diretórios em municípios do Sul do Estado, aduzindo que idênticos documentos foram também expedidos ao senhor Moura Filho, de Pedro II [...]” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954), o que nos permite visualizar a movimentação desse partido pelo estado.

Sobre o Partido Trabalhista, nesse período, emergia com cada vez mais força no cenário político piauiense, sendo seu apoio disputado para a sucessão de 1954, pela força de decisão que continha (OLIVEIRA, 2016, p. 164). Em nível nacional foi um dos partidos que mais cresceu. Segundo Lucilia Delgado (2010, p. 142) em 1945, era o partido com menor representatividade na Câmara Federal, apenas 8%. Porém, em 1962 ostentava o segundo lugar, com 29,8%. Vale destacar que a presença na reunião pessedista de membros udenistas deve-se

ao fato de que, “o PTB, naquele momento [1954], era percebido como um desdobramento da UDN” (OLIVEIRA, 2016, p. 166), pois este último sofreu desentendimentos internos, culminando com a cisão de parte de seus membros para a ala petebista.

O apoio do PTB foi para o PSD, formando a “Aliança Democrática Trabalhista”: como candidatos à disputa eleitoral de 1954 foi indicado o general Jacob Manoel Gayoso e Almendra¹² que, além de representar o PSD, era cunhado do então governador Pedro Freitas e para vice-governador Francisco Ferreira de Castro, representante do PTB. Tal escolha de candidatos, segundo Zózimo Tavares (2000, p. 65) consolida o sistema oligárquico no Piauí, já que culminou com a vitória do parente de Pedro Freitas sobre o candidato da UDN Joaquim Lustosa Sobrinho.

Reparemos que os políticos de outros municípios do estado fizeram-se presentes naquela reunião, como o prefeito de Pedro II, dando sinais de que a estratégia da coligação era conquistar apoio das diversas municipalidades. Em sessão de 13 de julho de 1954, o deputado Costa Andrade (UDN) toma a palavra para falar sobre a dificuldade que o PSD vinha enfrentando para encontrar o candidato para substituir Pedro Freitas no governo do Estado. O deputado citado afirma que um dos pretendentes ao cargo de Presidente do Executivo Estadual pelo PSD não recebeu apoio por parte “das forças políticas ponderáveis”, ressaltando-se entre estas as dos municípios de Picos, Valença e São Miguel do Tapuio. Ou seja, os municípios com maior força eleitoral não apoiavam o candidato a governador sugerido pelo PSD, o que o deixava num grande impasse. O deputado Costa Andrade (UDN) “aduziu que esse desajustamento político no seio do PSD também indica a ausência de um nome que inspire confiança às forças eleitorais chamadas a participarem da *grande batalha política de 3 de outubro*” (ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 13 julho, 1954).

Não podemos deixar de destacar que as críticas feitas ao PSD fundamentam-se na ideia da importância do eleitorado municipal. O partido precisava definir um candidato que fosse capaz de agregar os interesses dos grupos políticos das municipalidades e, pelo visto, estava falhando, pois, ao discorrer sobre a reunião “disse o senhor deputado Alberto Monteiro, que dona Cristina Arêa Leão, como acontecera com ele, orador, em Picos, fora vítima de um esbulho por parte do Diretório Municipal do Partido Social Democrático em São Pedro do Piauí”(ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 17 maio, 1954). O “esbulho” sofrido por Cristina de Arêa Leão levou-a a representar uma Ala dissidente desse Partido em São Pedro. O

¹² General do Exército e político, nascido e falecido em Teresina (1899-1976). Comandante da Polícia Militar e Chefe de Polícia no governo de Landri Sales. Deputado Estadual e presidente da Assembleia Constituinte de 1925. Governador do Piauí. Deputado Federal (1963-1967). Secretário Geral do Estado (GONÇALVES, 2003).

acontecido relatado pelo deputado nos leva a pensar sobre a possibilidade de as escolhas políticas do PSD não está agradando aos aliados das municipalidades, evidenciando um problema que a oposição insistia em realçar.

A reunião ocorreu em um local emblemático: na residência de Cristina Arêa Leão, em São Pedro do Piauí. Como o orador destaca, ela era a viúva do deputado Miguel de Arêa Leão, que faleceu em 1951, mas cujo nome continuou remetendo a enorme influência política que detinha na região. Era bem comum que a imagem desta mulher estivesse associada à figura do falecido esposo, já que era apresentada não como Dona Cristina, mas como Dona Cristina, a viúva do ilustre deputado Arêa Leão. Isso pode ser uma forma de perpetuar a influência do deputado depois de morto, utilizando sua imagem política a favor das eleições. E ainda como meio de criar um “lugar de memória” em torno do nome do deputado falecido. Pierre Nora, ressalta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]”, desse modo o nome Miguel de Arêa Leão é repetido nas atas, destacado como deputado ilustre e ligado ao nome de sua esposa com o objetivo de perpetuar a sua imagem, não permitindo que seja varrida pelo esquecimento. Dentro do contexto cultural piauiense também podemos destacar, baseado no estudo de Marylu Oliveira, que “a morte – e todos os valores e crenças que a envolviam” (OLIVEIRA, 2016, p. 39) podia ser usada com fins eleitoreiros. A sensibilidade é um elemento que faz parte da *cultura política popular* na medida em que ela pode servir de motivação para votar no morto pelo sentimento em relação a ele. Mesmo que os políticos não controlem essa sensibilidade, fazia parte da *cultura político partidária* capturá-la e adequar às necessidades da campanha.

Desta maneira, as formas de fazer política no Piauí - as alianças entre os partidos, as ações tomadas, as disputas, a religiosidade, os meios de resolver os problemas – insere o municipalismo e os municípios como meio de angariar apoio eleitoral nas diversas regiões do estado, demonstrando o peso que os municípios possuíam para decidir as eleições que se aproximavam e denunciando a presença de antigas práticas políticas, que não só puderam ser vistas no pleito de 1954, mas que ainda permanecem nos dias de hoje.

Considerações finais

As atas são apenas uma das possibilidades pelas quais podemos adentrar nessa temática, assim a relação entre as eleições e o município não se esgota com essa análise, podendo servir de ponto de partida para outros trabalhos. Esta pesquisa nos permitiu vislumbrar o município

enquanto área de interesse para os deputados que, em seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa, deixavam transparecer conflitos partidários pela força eleitoral que essas comunas representavam. Isso somente pode ser entendido quando consideramos a inserção dos comportamentos políticos dos deputados em relação às municipalidades dentro do contexto cultural do Piauí nesse período, dando margem para que as ações políticas dos representantes e da população sejam apreendidas em um cenário comum, de referências, costumes e códigos conhecidos por todos e que ajudam a justificá-los.

Tais referências compartilhadas fazem parte das culturas políticas do estado, estando presentes no cotidiano da sociedade desde longo tempo. Isso evidencia a força que esses referenciais possuem, sobrevivendo às mudanças pelas quais a sociedade vem passando. Nesse trabalho realçamos elementos que tem permanecido nas práticas políticas do Estado, como a violência, o estabelecimento de vínculos entre os políticos e o eleitorado e a religiosidade e como estes estiveram imbricados com a questão municipal.

A narrativa que construímos nos permite afirmar que tanto os municípios como o municipalismo foi utilizado como parte das estratégias políticas do ano 1954 para aumentar a força eleitoral. É interessante vermos essa estratégia como uma exigência da configuração política do período, quando era necessário desmontar os currais eleitorais do interior do Estado ou, trazê-los para o seu domínio.

Fontes:

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *7ª sessão de 29 de abril de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *21ª sessão de 17 de maio de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *45ª sessão de 18 de junho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *47ª sessão de 21 de junho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *57ª sessão de 05 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *61ª sessão de 09 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *64ª sessão de 13 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. *66ª sessão de 15 de julho de 1954*. Livro de atas do ano de 1954. Forma física.

Referências:

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PIAUÍ. Teresina, v.15, p. 1 – 513, 2007. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22_04cea7f8c7.pdf. > Acesso em: Maio de 2018.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa; Estampa, 1998, p. 349-366.

CENSO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICOS 1950: Estado do Piauí. Rio de Janeiro, 1956.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 127 - 154.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001*. Teresina: Halley, 2003.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação Cepro, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG :Argvementvm, 2009, p. 13- 80.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. Tese (Doutorado), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

ROCHA, Vilebaldo Nogueira. *Cadeira n°18 patrono*: Hélio das Chagas Leitão. Disponível em: <<http://www.alerp.com.br/index.php?nave=navbar/principal&topico=178>> Acesso em: Jan 2019.

_____ *Cadeira n° 06 patrono*: Alberto de Moura Monteiro. Disponível em: <<http://www.alerp.com.br/index.php?nave=navbar/principal&topico=190>> Acesso em: Jan 2019.

TAVARES, Zózimo. *O Piauí no Século 20*: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TITO FILHO, José de Arimathea. *O Poder legislativo do Piauí*: síntese histórica. Teresina: COMEPI, 1980.



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Os partidos, as esquerdas, as mulheres e a democracia: entrevista com Céli Regina Jardim Pinto

Douglas Souza Angeli¹
Paula Vanessa Paz Ribeiro²

Céli Regina Jardim Pinto é professora titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), exercendo a docência no Programa de Pós-Graduação em História. Também na UFRGS cursou a graduação em História e obteve o título de mestre em Ciência Política. Realizou seu doutorado em Ciência Política na University of Essex na Inglaterra. Realizou pós-doutorado nas seguintes instituições: University of California, nos Estados Unidos; Freie Universität Berlin, na Alemanha; e University of Oxford, na Inglaterra. Sua dissertação de mestrado teve como título *Contribuição ao Estudo da Formação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)*. Na temática dos partidos políticos, além de artigos sobre o PRR, organizou obras como *Partidos no Cone Sul novos ângulos de pesquisa*, além de orientar teses e dissertações sobre partidos e publicar artigos, capítulos e livros sobre as eleições no Brasil. Sua tese de doutorado, defendida em Essex sob orientação de Ernesto Laclau, teve como título *Positivism – an alternative political project in the Old Republic in Brazil*.

Pesquisadora 1B do CNPq, sua produção científica compõe-se de livros, capítulos e artigos sobre Teoria Política, enfatizando teoria da democracia e teoria feminista, bem como política brasileira, feminismo e participação política. Recentemente, publicou os seguintes artigos: *Mulheres com carreiras políticas longevas no Legislativo Brasileiro*; *Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas nos anos de 1950 no Brasil*; e *A trajetória discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015)*. Circundando estes temas, a professora Céli nos concedeu

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. douglasangeli@hotmail.com.

²Professora da EMEB Antônio Saint Pastous de Freitas, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. paulavpaz@gmail.com.

gentilmente essa entrevista para a revista *Aedos*. Nela, há importantes reflexões sobre o momento atual da política brasileira e uma percepção histórica acerca do papel dos partidos políticos, da relação entre as esquerdas e a democracia, das causas da pouca representatividade das mulheres no parlamento brasileiro e do processo político que desagua nas eleições de 2018.

Douglas Angeli: Professora Céli, a senhora começou estudando o Partido Republicano Rio-Grandense, organizou obras sobre partidos políticos na América Latina e já orientou trabalhos de mestrado e doutorado sobre partidos. Fazendo um apanhado geral, o que se pode dizer com relação aos partidos políticos brasileiros, suas características e peculiaridades? Qual o papel dos partidos políticos hoje, e especialmente, nesse momento de instabilidade política?

Céli Pinto: É possível responder essa pergunta a partir de duas chaves: primeira, o que são os partidos políticos brasileiros; segunda, qual o papel dos partidos. O que são os partidos políticos brasileiros? Há sempre um senso comum quando se fala nos partidos políticos no Brasil, que os partidos políticos não são ideológicos, que os partidos políticos não são programáticos, o que é um engano. Se nós observarmos os partidos políticos desde a redemocratização em 1946, tirando o período militar – mas até mesmo incluindo o período militar – e depois com a redemocratização e a reforma partidária em 1979, vemos um padrão ideológico bem claro nos partidos políticos até hoje. Nós temos sempre partidos claramente de centro-direita, partidos claramente de centro-esquerda e partidos de centro que organizaram por longo período a política brasileira. Obviamente que à direita da centro-direita sempre vão aparecer partidos da extrema direita e à esquerda da centro-esquerda vão aparecer partidos de esquerda, mas o padrão era esse até agora. Se observarmos a chamada democracia populista – por mais que eu não goste da denominação para definir 1945-1964 – veremos lá uma UDN e um PTB na centro-direita e na centro-esquerda, um PSD no centro, depois veremos um PRP, um partido de feição integralista na extrema direita, e o PCB na outra ponta. No período militar, por mais artificial que tenha sido, a ARENA e o MDB tinham duas posições bem distintas. E posteriormente, quando acaba o bipartidarismo e se institui o pluripartidarismo como temos ainda hoje, vemos claramente um partido de centro-direita que seriam o PP e o DEM, na centro-esquerda o PT, o PDT o PSB, e temos um

centro com o PSDB, MDB e PSDB. No Brasil há 30 partidos representados na Câmara dos Deputados, apesar disso essa estrutura se mantém mais ou menos igual com algumas variações. Nós temos vários partidos na Câmara com um deputado só, na sua grande maioria de partidos de extrema-direita e aí que reside essa imensa fragmentação partidária, de que se fala no caso brasileiro, mas que se resume a esse campo de partidos de aluguel, de partidos fisiológicos. Mas, o que é importante pontuar é que essa estrutura centro-direita, centro e centro-esquerda continua fundamental para a democracia brasileira. Essa estrutura partidária foi muito bem montada. Evidentemente que ela se rompe em algum momento, com PRN que era o partido do Fernando Collor – que não existia e continua não existindo – e, agora, com o PSL do Jair Bolsonaro – que venceu as eleições e, ao contrário do partido de Collor, faz uma bancada expressiva na Câmara dos Deputados. Estas duas eleições são momentos rompimentos dessa estrutura e por isso estamos em um momento tão grave da política brasileira, pois há um rompimento de uma estrutura político-partidária que sustentava a democracia brasileira desde a década de 1980 bem como sustentou entre 1945 e 1964. Uma estrutura que, repito, se baseia na centro-esquerda e na centro-direita, com partidos importantes como o PSDB, o MDB, o PT e o PDT que são estruturantes da política brasileira. Então, quando surgem *outsiders*, temos uma questão muito complicada. O momento é muito complicado porque o PSL não é em si um partido, mas uma avalanche que veio com Bolsonaro e que não sabemos a que vem exatamente, um crescimento do chamado baixo-clero, com uma massa de deputados novos e essa renovação é péssima.

Paula Ribeiro: As eleições legislativas desse ano atingiram altas taxas de renovação política tanto na Câmara dos Deputados (52%) quanto na Assembleia Legislativa (56%). Como a senhora analisa esse aumento da renovação parlamentar?

Céli Pinto: Ao contrário do que diz o senso comum, essa alta renovação é algo tóxico para a democracia. Há imagens de senso comum muito batidas pela mídia no Brasil, por exemplo de que o político profissional é algo deprimente. Não é. Pierre Bourdieu demonstrou, com grande habilidade, que os políticos profissionais constroem a política. Essa é uma ideia de que a cada quatro anos temos de pegar um grupo de pessoas que jamais soube nada sobre o funcionamento da política e jogá-los na política para que faça algo maravilhoso. Não vai fazer. Até que os eleitos entendam como funciona a estrutura, acabaram-se os quatro anos de mandato. Nessa visão negativa do político profissional, os candidatos se apresentam como não sendo políticos

profissionais. Então a alta renovação é muito ruim. Obviamente que tem de haver alguma renovação, mas a alta renovação não é boa para a democracia. Isso nos leva a pensar na outra pergunta, sobre o papel dos partidos políticos. Não existe democracia sem partidos políticos, estou absolutamente convencida de que os partidos são fundamentais para qualquer regime democrático. Em 2011 tivemos as manifestações pelo mundo, como a primavera árabe e os movimentos na Espanha. Se nos perguntarmos onde houve consequências benéficas para a democracia após esses movimentos, teremos Espanha e Tunísia. Na Espanha, temos o surgimento de um novo partido político, o Podemos. No processo de democratização da Tunísia, também vemos o papel dos partidos. Não se pode pensar que os partidos não servem para nada. Essa é uma ideia de fragmentação completa. Se não há partidos que organizem as posições políticas dentro de um país, o que teremos é cada um com um cartaz dizendo “eles não nos representam”, como aconteceu no Brasil em 2013. E isto é a negação da política, que está perigosamente perto de soluções autoritárias.

Douglas Angeli: No início da década de 1980 o Brasil viveu um momento de valorização da democracia e do voto, com o movimento das Diretas Já e, depois, com a Assembleia Nacional Constituinte. Trinta anos depois da promulgação da Constituição Cidadã, estamos vivendo um momento de forte rejeição à política, à democracia e aos Direitos Humanos. O que faltou para que tivéssemos, em nossa sociedade, uma valorização da democracia e dos Direitos Humanos?

Céli Pinto: O que aconteceu no Brasil foi um conjunto de questões bastante complicadas a partir de 2013 e que chegam a 2018, mas há um antecedente que é em 2005. Por um lado, há a erosão da hegemonia do discurso petista. É um discurso que articulou, em certo momento, as visões políticas de uma vasta parcela da sociedade brasileira. Em 2005, com o mensalão, o PT começa a perder com parte da população a sua credibilidade, pois o partido havia se colocado como a sigla da retidão moral. Os efeitos desse caso são muito graves para o PT. O Supremo Tribunal Federal, sob a presidência de Joaquim Barbosa, vai condenar o José Dirceu em 2012. Há sete anos de sangria nesse processo. As manifestações de 2013 também devem ser pensadas levando em consideração essa erosão da hegemonia do PT como partido popular e capaz de angariar uma quantidade imensa de votos – tão grande que consegue reeleger Dilma Rousseff em 2014. No Brasil, 2013 é, acima de tudo, a expressão do fim da hegemonia do PT nas ruas e na centro-esquerda. Foram manifestações que em um curso espaço de tempo passaram de protestos pelo passe livre, com feições de esquerda, para um

movimento claramente de direita. Isso é importante para se pensar como nós chegamos até aqui. O que devemos analisar é uma dinâmica da política brasileira nesse processo histórico que nos leva a isso. Nós temos, por outro lado, um expressivo crescimento das Igrejas neopentecostais, que de alguma forma substituem esse discurso popular por um discurso radical de direita, moralista, homofóbico, altamente conservador. Outro fator interessante a se observar é uma vasta parcela da população que durante os governos petistas foi chamada, talvez erroneamente, de nova classe média. Ali o PT formou uma massa de gente que viria a votar contra ele. Essas pessoas são as que tiveram acesso à universidade, a programas como Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos e uma valorização real do salário mínimo. É normal que tenha acontecido assim: a não ser que se tenha uma militância política muito clara, quando se trabalha uma vida inteira, se trabalha duro e se consegue comprar uma casa ou apartamento, as pessoas atribuem isso ao seu esforço pessoal e não a uma política pública. Em grande medida elas têm razão: adquiriram aquilo por esforço, porque trabalharam. Mas isso só foi possível porque havia uma política pública. Não fosse isso, elas poderiam trabalhar a vida inteira e continuar sem a casa própria. Essa associação entre o esforço pessoal e a política pública não foi feita, por culpa, inclusive, do próprio PT, que começa a criar um consumidor não somente de bens que antes não consumia, mas um consumidor de políticas públicas. Então todo esse esforço de melhoria que foi importante na história do Brasil – pela primeira vez um partido faz um esforço real de reduzir a desigualdade social – não foi articulado a uma nova forma de se pensar o Brasil. Esse grupo de pessoas agora abandonou o PT. É sempre preciso considerar os resultados eleitorais anteriores para se entender melhor o quadro: de 1994, na primeira eleição do Fernando Henrique Cardoso, até 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff, Fernando Henrique se elegeu duas vezes em primeiro turno; Lula se elegeu duas vezes no segundo turno, bem como a Dilma. Então é preciso ter claro que havia *grosso modo* metade da população brasileira que não era petista e nunca votou no PT. Essa perda que o PT teve agora não foi a perda de uma grande quantidade de votos, é uma perda que está localizada nessa fração chamada classe C. Outro fator a ser considerado, na crise atual, é a crise do PSDB, importante para explicar o que acontece hoje no Brasil. Os votos que migraram do PT para Bolsonaro são uma pequena parte. O grande fator explicativo da vitória de Bolsonaro é a crise da centro-direita no Brasil. Uma das razões básicas dessa crise foi a aposta errada que o PSDB fez no governo Temer, de que de haveria uma recuperação na economia que lhe permitiria deslanchar a partir daí. Mas, principalmente a partir de

maio de 2017, o governo Temer, com a divulgação dos áudios com Joesley Batista, não fez mais nada senão criar formas de se defender e se manter no governo. É inacreditável que alguém que tenha governado o Estado de São Paulo por duas vezes tenha obtido menos de 5% dos votos. As apostas do PSDB na direita foram muito desastrosas, a começar pelo impeachment de Dilma Rousseff. O Brasil vinha muito bem em termos de democracia quando havia dois grandes blocos que se enfrentavam nas eleições: PSDB e PT. Quando isso ruiu, o PSDB sabia brigar com o PT, mas não sabia brigar com Bolsonaro. A cabeça ideológica do PSDB não foi feita para brigar com a extrema-direita e sim com a esquerda. O PT também não sabia como brigar com a extrema-direita. O que havia era Fernando Henrique e Lula trocando gentilezas em debates. A campanha da extrema-direita desestruturou os dois grandes partidos. E depois veio o caso da facada e ninguém sabia o que fazer. O PSDB morreu. Dificilmente vai se recompor como partido. Então, voltando a tua pergunta, não é o que faltou, mas o que aconteceu. Há também os quatorze anos de PT no governo, que é desgastante para qualquer partido. A forma como a corrupção foi associada ao PT também foi muito bem-sucedida, mas não por quem queria tomar o poder, o PSDB, apostando em tirar o PT, tentou acabar com o PT sendo inclusive um *player* chave no processo de impeachment de Dilma. Mas o resultado não foi satisfatório para os tucanos: não acabaram com o PT, que saiu das eleições derrotado para presidência, mas com a maior bancada na Câmara de Deputados e com um expressivo número de governadores.

Douglas Angeli: Em vários períodos da nossa República, partidos de esquerda defenderam um discurso revolucionário e rejeitaram a participação eleitoral, ou participaram de eleições apenas para denunciar o que seria a farsa da democracia representativa. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores gradualmente se tornou uma sigla capaz de vencer eleições para o Poder Executivo e eleger bancadas expressivas no Congresso Nacional, conseguindo, por meio do voto, implementar parte de seu programa. Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, o PT, outros partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais convocaram manifestações contra o golpe e a favor da democracia. Qual balanço a senhora faz dessa relação entre as esquerdas brasileiras, a democracia representativa e o voto? E, para estas esquerdas e seus projetos, quais os limites dessa democracia?

Céli Pinto: Se nós observarmos um processo mais longo, vamos ver que durante boa parte do século XX a democracia era algo que combinava muito bem com os

Estados Unidos e com a Inglaterra. Em geral, a direita não era democrata, era fascista desde a década de 1920; e a esquerda também não era democrata, a esquerda era revolucionária e associava a democracia à “democracia burguesa”. A democracia era algo escorregadio, que era sempre associada à palavra “liberal” e aos Estados Unidos ou à Inglaterra. Então as esquerdas e as direitas não eram democratas, especialmente na América Latina. A UDN, que se dizia liberal, no Brasil sempre bateu às portas dos militares pedindo golpes de Estado. Então a democracia era um discurso para tentar tirar o outro do poder. No Brasil, antes de 1964, o que temos como esquerda revolucionária é o PCB, um partido de inspiração soviética, muito pouco independente. Havia aí um profundo desprezo pela democracia. Durante a ditadura, os partidos de esquerda vão se tornar revolucionários no sentido de partirem para a guerrilha. Havia todo um imaginário na América Latina com relação à guerrilha, a guerrilha que deu certo em Cuba, depois a guerrilha de Che Guevara na América Latina. Mas, acima de tudo, não havia saída. Eu tomei parte na Comissão da Verdade no Rio Grande do Sul e há vários depoimentos de pessoas que foram para a luta armada e o que elas dizem: não tinha saída. Hoje elas pensam: como podiam ter imaginado que com meia dúzia de armas enfrentariam os militares, mas o fato é que não havia outro espaço. O que ocorre na América Latina é que, com as derrotas das guerrilhas, tanto no Brasil como na Argentina e no Uruguai, há todo um processo de luta contra as ditaduras que se apropria de uma ideia de democracia. A primeira vez que a ideia de democracia é importante nas fileiras da esquerda e da centro-esquerda, no mundo, é quando se começa a pensar em democratização da América Latina, na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai essa ideia de democracia aparece de forma muito importante. Também começa a aparecer na Itália com o Partido Comunista Italiano um pouco antes, a ideia de que se deveria disputar o poder nas eleições parlamentares com uma visão contrária à do Partido Comunista Francês muito soviético. Na América Latina, há a publicação de um livro importante do Francisco Weffort, *Por que a democracia?*, onde falava em democracia como valor universal. Agora parece óbvio que todo mundo lute por democracia, mas naquele momento o livro foi debatido, as pessoas leram, foi um acontecimento dizer que a democracia era uma coisa boa. A democracia é, portanto, uma coisa nova para a esquerda. A extrema-direita continua não democrata. Mas na esquerda, mesmo se observarmos alguém como Guilherme Boulos, que é de uma esquerda mais à esquerda, ele disputa uma eleição democraticamente e seu partido o PSOL disputa e ganha eleições legislativas tanto no nível federal quanto nos estados. A direita não, pois temos

Donald Trump, Marine Le Pan, a Liga Norte da Itália, Bolsonaro no caso brasileiro, que são claramente antidemocratas. A democracia, para eles, vai existir enquanto for mais caro acabar com ela. Nas perdas e ganhos da extrema-direita no mundo, a democracia só existe enquanto for mais barata tê-la do que não tê-la. As esquerdas se democratizaram e se reinventaram a partir da crise da União Soviética e do Leste Europeu e, a partir do final do século XX e agora no século XXI, há toda uma ideia na esquerda de radicalização da democracia, tanto teoricamente quanto em termos de movimentos políticos, há a ideia de que é possível chegar a algo parecido com o socialismo através do processo democrático. E uma radicalização da democracia também demonstrando que a democracia representativa tem limites. Surge espaços para junto com a democracia representativa, construir experiências de democracia direta. Um fenômeno que precisa ser melhor estudado são os três primeiros Fóruns Sociais Mundiais que aconteceram em Porto Alegre, ali estava borbulhando uma ideia de uma nova democracia, uma democracia radicalizada ou uma democracia participativa, ou seja, formas de democratizar o poder e não o deixar somente nas mãos de uma elite política. Isso é muito difícil e complicado. As experiências que temos na América Latina com relação a isso não têm sido muito vitoriosas. Mas é evidente que a democracia, da forma como é posta, apenas através pela representação, é muito limitadora. De alguma forma, os governos petistas tentaram algo nesse sentido. O número muito grande de conferências nacionais realizadas durante os governos Lula e Dilma foi algo importante. Por exemplo, as Conferências Nacionais das Mulheres, as quatro conferências envolvendo um número muito expressivo de mulheres, primeiro as conferências municipais, depois as estaduais depois a nacional. Na 4ª Conferência em 2016 150 000 mulheres estiveram diretamente envolvidas. Assim também aconteceu com a Pesca, com Saúde, com a Igualdade Racial, foi um movimento fantástico no Brasil, mas que morreu nele mesmo. São, entretanto, experiências.

Douglas Angeli e Paula Ribeiro: Tivemos, a partir dos anos 1930, a incorporação das mulheres ao eleitorado, sendo elas, hoje, a maior parte desse eleitorado (52%). Nas eleições desse ano, a equiparação salarial entre homens e mulheres foi um dos temas recorrentes, bem como o movimento de mulheres contra o candidato da extrema direita. A senhora tem estudado e publicado artigos sobre a presença das mulheres na política, especialmente sobre as candidatas a deputadas a partir dos anos 1950. Quais são os principais fatores que explicam,

ainda hoje, o baixo índice de representação feminina nos poderes legislativo e executivo? Apesar disso, quais os impactos do voto feminino na política brasileira?

Céli Pinto: Há três aspectos importantes para se pensar a relação entre as mulheres e a política no Brasil. Um deles é considerar que existe um movimento feminista no Brasil que se cria na década de 1970, dentro da chamada segunda onda do feminismo. Nisso, há uma grande politização. Agora foram lançados dois volumes de um trabalho muito grande chamado *O feminismo de Estado*. O Brasil teve um feminismo de Estado nos governos petistas, um feminismo muito politizado e muito demandante de direitos. Quando o PT chega ao governo, as feministas também chegam ao poder. Há uma quantidade expressiva de mulheres feministas ligadas ao PT que assumem posições nos governos. Soma-se a isso, uma das primeiras medidas que Lula tomou em 2006 foi a criação da Secretaria de Políticas das Mulheres com status de ministério. Há também as quatro conferências nos governos Lula e Dilma. Há, portanto, políticas públicas direcionadas às mulheres nesse período, tanto em termos de saúde reprodutiva, a questão da violência, do trabalho, questão racial, etc. No Brasil houve uma lua de mel entre feminismo e Estado durante 14 de governos Lula e Dilma. Isso foi uma parte da história. A outra parte é a história das mulheres com a política. Essa é uma história de fracasso. Até esse momento, na América Latina, somente o Haiti tem menos mulheres do que o Brasil no parlamento. Isso é muito difícil de ser mudado. Mesmo com algum crescimento nas eleições de 2018, há poucas mulheres no parlamento. Foi eleita uma única governadora de Estado que é a Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte – que era uma senadora de altíssimo nível. Por que há tão poucas mulheres? As mulheres não entraram na política por várias razões. Primeiro que os partidos políticos brasileiros são sexistas, misóginos, machistas e homofóbicos. Quando eu entrevistava mulheres candidatas a vereadoras, a primeira coisa que as mulheres falavam: meu maior inimigo é o próprio partido. De esquerda e de direita. As oligarquias partidárias no poder em todos os partidos são masculinas e oferecem muita resistência. Colocar candidatas mulheres e não dar dinheiro, não dar espaço junto ao candidato da majoritária, não dar espaço de televisão, não adianta. Eleição se ganha com espaço público e com dinheiro. As mulheres não ganham nem dinheiro nem espaço. Então ficam as candidatas-laranja. Soma-se a isso uma estrutura familiar extremamente conservadora no Brasil. Bolsonaro não vence com esse discurso assustador contra ideologia de gênero porque ele é doido, doido ou não, está interpelando alguns valores muito entranhados na sociedade brasileira. Vamos a um exemplo: imaginemos um

homem de 35 anos que tem um filho de quatro anos e outro de dois, mora em Livramento, no interior do Rio Grande do Sul e é deputado federal. Ele sai segunda-feira de Livramento, chega a Porto Alegre, vai a Brasília fica lá até quinta-feira à noite e volta para Livramento. Isso é completamente normal. Agora imaginemos uma mulher com um filho de dois anos e outro de quatro saindo segunda-feira de Livramento indo para Brasília e voltando sexta-feira todas as semanas, é impensável isso, pois por melhores que sejam as condições econômicas, a mulher gerencia a família no Brasil. Se ela é pobre, não só gerencia mas sustenta a família. As de classe média ou alta, também gerenciam a família. Temos uma estrutura familiar hierárquica e absolutamente conservadora em termos de gênero. Então há dois pesos diferentes. Há muita dificuldade de uma mulher romper essa estrutura. Nenhum país que conseguiu modificar a feição de seus parlamentos o fez sem políticas de cotas reais. No sistema eleitoral brasileiro temos voto proporcional em listas abertas. Ou se criam listas fechadas, mantendo os 30% de mulheres na lista, ou seja, no mínimo uma mulher para cada dois homens, isso garantiria a presença de muitas mulheres no parlamento. Mas em lista aberta, que o eleitor vai lá e vota no seu Joãozinho e não no partido, as mulheres não são eleitas, ficam sempre nas rabeiras das votações. Ou se faz outra coisa: se define 30% de cadeiras para mulheres. Em países onde as mulheres conseguiram espaços criaram-se reais possibilidades de disputa. Não há outra forma. Outra coisa importante é pensar esse movimento do “Ele não”. É um movimento que precisa ser analisado e estudado. Foi uma forma de organização de mulheres feministas ou não, mas um movimento muito importante. Há aí uma nova forma de fazer política. A vitória das mulheres do Partido Democrata nas eleições legislativas nos Estados Unidos está relacionada às manifestações de rua das mulheres contra o governo Trump. As mulheres se organizaram desde o primeiro momento do governo Trump. A renovação na Câmara dos Deputados foi realizada com muitas mulheres, pois o Partido Democrata teve de ir lá buscá-las. Elas surgiram nas manifestações. É importante pensar a manifestação “Ele não” também como viveiro para futuras participações. Houve uma parte da esquerda que chegou a culpar as mulheres pelo crescimento de Bolsonaro, mas o movimento tem um grande potencial. O fato é que da forma que estamos, não vamos sair do lugar. É um absurdo que em 27 estados da federação, tenha sido eleita apenas uma mulher como governadora.



República, voto e democracia no Brasil: entrevista com Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Paula Vanessa Paz Ribeiro¹
Douglas Souza Angeli²

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi é Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou Pós-Doutorado na Manchester Metropolitan University e na Universidade de Lisboa. É Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, bolsista de produtividade do CNPq, pesquisadora da Fapemig e membro da Diretoria Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH). Foi presidente da Seção Regional Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH-MG), coordenadora do Grupo de Trabalho em História Política da ANPUH e da Rede Internacional de Pesquisadores "Conexões Lusófonas: ditadura e democracia em português". Foi também pesquisadora visitante na Manchester Metropolitan University (2007-2008, com apoio da CAPES), na Fundação Casa de Rui Barbosa (2011-2013) e na Universidade de Lisboa (2015, com apoio da CAPES).

Possui uma ampla produção historiográfica sobre a história política e social da República Brasileira. Sua obra mais importante é o livro "Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite", em que investigou as alianças constituídas durante as sucessões presidenciais e contesta a tese que explica a estabilidade do Regime Republicano como sendo o resultado da aliança entre Minas Gerais e São Paulo. Recentemente, em 2017, publicou o livro "Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro", que versa sobre o movimento republicano e a primeira fase da República Brasileira. Nessa obra, apresentou

1 Professora da EMEB Antônio Saint Pastous de Freitas, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. paulavpaz@gmail.com.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. douglasangeli@hotmail.com.

uma nova leitura sobre os processos eleitorais da Primeira República e uma interpretação alternativa a “política dos estados” de Campos Sales.

A entrevista a seguir, concedida gentilmente pela Professora Cláudia Viscardi, aborda as eleições e o voto no Brasil durante o contexto político da Primeira República (1889-1930) e do governo Vargas (1930-1945), reforçando a necessidade de se romper com os esquematismos e com as simplificações sobre tais períodos. Além dos temas centrais de suas pesquisas, também nos relatou curiosidades de sua trajetória acadêmica e sobre seu contato com as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação do país.

Paula Ribeiro: Professora Cláudia, suas produções são consideradas referências fundamentais no estudo da história do Brasil Republicano. Poderia nos contar quais foram suas motivações em pesquisar a história política da Primeira República?

Cláudia Viscardi: Obrigada pela oportunidade. Eu sempre gostei da História Política. Havia feito mestrado em Ciência Política, ocasião em que estudava a questão da cidadania no Brasil Contemporâneo. Quando fui admitida no Departamento de História da UFJF, optei por fazer o Doutorado na área de História. Me interessei primeiro por estudar o Partido Republicano Mineiro (PRM). Não sei explicar exatamente o que me levou a estudar a Primeira República. Acho que foi curiosidade, porque me sentia muito ignorante sobre o período. E claro, sempre gostei muito de estudar as instituições políticas.

Paula Ribeiro: Há cerca de um ano você publicou o livro “Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro”, em que analisou os projetos republicanos da propaganda de 1870 e 1880 e o modelo de institucionalização do regime aplicado pelos constituintes de 1891. Poderia comentar sobre os princípios que convergiram e divergiram na propaganda republicana e na Carta constitucional, no que se refere à soberania popular e à relação das unidades federadas com o Estado?

Cláudia Viscardi: A ideia do livro foi fazer uma continuidade às avessas (de trás para frente) do meu primeiro livro autoral, O Teatro das Oligarquias, no qual analisei a república quando já se encontrava um pouco mais estabilizada, vencidos os conflitos da primeira década do novo regime. Mas eu tinha duas questões que me intrigavam em relação ao período anterior: como os republicanos conseguiram viabilizar seus diferentes projetos de república e o que pretendia Campos Salles com a chamada “política dos estados”. O “Unidos Perderemos” se propõe a responder a essas duas questões. Em relação à primeira, objeto de sua questão, em

relação à soberania popular, acredito que os republicanos tenham conseguido viabilizar integralmente o seu projeto. Romperam com o voto censitário, estabeleceram eleições diretas em todos os níveis e mantiveram a proibição ao voto do analfabeto e do voto feminino. Não se pode, no entanto, tratar tais limitações ao exercício da cidadania política como algo excepcional. O regime imperial já mantinha uma multidão de excluídos e quase a totalidade dos regimes liberais no período, tanto na Europa quanto nas Américas, também o faziam. Em relação ao federalismo, os republicanos foram igualmente bem-sucedidos. O modelo previsto – embora não muito detalhado pelo movimento – foi o que vigorou na Carta de 1891 até 1934, com ligeiras alterações feitas pela reforma de 1926.

Paula Ribeiro: Em sua obra “Teatro das oligarquias: uma revisão da ‘política café com leite’”, você demonstrou que o caráter pragmático das alianças formadas em cada sucessão presidencial conferiu estabilidade ao regime político da Primeira República, na medida em que impediu a monopolização do poder e renovou seus quadros a cada quatro anos, embora sob a predominância dos estados hegemônicos. Professora Cláudia, durante as sucessões presidenciais as convicções ideológicas compartilhadas pelos atores políticos influenciaram na articulação e na ruptura das alianças?

Cláudia Viscardi: Paula, se formos analisar o quadro partidário brasileiro hoje, é difícil identificar claramente “convicções ideológicas” nos mais de 30 partidos políticos que disputam o poder. Imagina na Primeira República, quando as estruturas partidárias, além de descentralizadas, eram comandadas por interesses personalistas e pragmáticos. Não contesto a hipótese de que tenham surgido grupos “ideológicos” que se moviam na política em função de suas convicções teóricas. Há trabalhos sobre a Primeira República que explicam ou tentam explicar os comportamentos políticos por meio dessa lógica. Não é a minha forma de ler o regime. Havia no período liberais, positivistas, conservadores, autoritários, nacionalistas e até fascistas (os integralistas nos anos 20). Mas a grande maioria se movia na política com base em interesses pragmáticos e amparados em redes familiares de apoio. Daí as alianças se formarem e se desfazerem muito ao sabor das conjunturas e das lutas pelo poder. Essa é uma das características mais marcantes dos regimes oligárquicos. O Brasil não fugiu à regra.

Douglas Angeli e Paula Ribeiro: No Simpósio Nacional de História realizado na UNB, em 2017, você fez uma crítica aos esquemas interpretativos sobre a Primeira República, lembrando que a democracia pode ser vista como construção e acúmulo. Nesse sentido, seria possível fazer uma análise comparativa sobre a lógica de funcionamento do sistema político-partidário implantado durante a Primeira República e o instituído a

partir de 1945? Quais foram as mudanças e permanências na estrutura da competição nesses dois períodos?

Cláudia Viscardi: Existe uma tendência, bastante simplificadora e esquemática, que vê a Primeira República como um período de predomínio exclusivo da fraude eleitoral, do controle absoluto do voto pelos coronéis, da ausência de um mercado político competitivo e de uma predisposição das elites a serem demofóbicas, o que as levaria a rejeitar totalmente a participação do *demos* na *polis*. O que disse naquela conferência e que escrevi em um dos capítulos do “Unidos Perderemos” e em outros textos meus mais recentes, é que temos que romper com tais esquematismos, que empobrecem as análises. Estudos recentes têm apontado para direções alternativas, revelando um regime político de intensa disputa, onde não só o voto era disputado como, sobretudo, a presença do eleitor – uma vez que o voto era facultativo. Havia espaço para a eleição de setores da oposição, havia significativa renovação do parlamento a cada legislatura e uma certa margem de autonomia dos eleitores. Por parte das elites governantes, pelo menos entre os juristas, havia uma preocupação muito grande em torno da inibição e contenção das fraudes eleitorais, frequentemente denunciadas, bem como um papel pedagógico da imprensa com esse mesmo propósito. Formalmente, o Estado republicano era liberal e democrático. Os cidadãos, por sua vez, se organizavam mais do que antes imaginávamos e manifestavam seus interesses por meio de um repertório diversificado de ações. Claro que esse conjunto de posturas não tornava o Estado Republicano democrático, como vimos ocorrer após a queda do Estado Novo, se levarmos em conta o que consideramos como democracia hoje. Mas certamente não era muito diferente do que viviam os países vizinhos e mesmo a maior parte dos países europeus. A democracia é um valor que se constrói ao longo de gerações por parte daqueles que lutam por ela e pela sua preservação. Ela não cai como um paraquedas ao fim do Estado Novo. Ela é um processo de acúmulo de experiências que se consolidaram ao longo do período. Indispensável ressaltar os grandes avanços nesta direção conferidos pelos Códigos eleitorais de 1916 e, principalmente o de 1932, que incorporou as mulheres e instituiu a Justiça Eleitoral, além de outras mudanças em prol da democracia. Certamente, as experiências prévias de sufrágio universal e de uma sociedade civil mobilizada, interrompidas em 1937. Foram indispensáveis para a retomada da democracia nos anos 40. O processo de centralização do modelo federalista, com a fragilização das oligarquias regionais, foram elementos importantes para a criação de partidos nacionais competitivos, sem contar as experiências democráticas de outros países no pós-guerra que nos serviam de referências.

Paula Ribeiro: Nos últimos anos o sistema político da Primeira República Brasileira tem sido revisado em teses, dissertações e artigos a partir da temática das eleições do Executivo e do Legislativo, dos partidos estaduais e da competição política. A sua obra “Teatro das Oligarquias” tem sido uma das principais referências no estudo e investigação das sucessões presidências durante a Primeira República, assim como a tese de Carmem Magalhães, “O mecanismo das ‘comissões verificadoras’ de poderes”, tem sido basilar no estudo dos processos eleitorais do legislativo federal. O que você pensa sobre as mais recentes produções historiográficas acerca da revisão da Primeira República?

Cláudia Viscardi: Como disse antes, alguns estudos, ainda poucos, têm surgido nessa direção. A dissertação de Magalhães é da década de 1980, e até por não ter sido publicada, circulou muito pouco. Eu a encontrei por acidente, quando começava as minhas pesquisas que deram origem ao “Unidos Perderemos”. Trata-se de um trabalho bastante renovador em relação ao que entendíamos sobre as “degolas”. Tenho participado de muitas bancas, o que demonstra que a história política da Primeira República tem sido revisitada sob outra ótica. São trabalhos muito inovadores, produzidos em diversas regiões do Brasil, graças à expansão da Pós-Graduação. Mas ainda há muita coisa a ser pesquisada sobre o processo político e também social no período.

Douglas Angeli: As interpretações sobre a competição política na Primeira República são marcadas pelas ideias de fraude e violência. Com a produção recente que busca revisar esse período, o que pode se dizer acerca da competição eleitoral, sobre a participação dos eleitores e sobre o que estava em jogo para as elites políticas quando, na Primeira República, competiam eleitoralmente? E mesmo com relação à fraude e à violência, qual o seu papel na competição política?

Cláudia Viscardi: A fraude e a violência faziam parte do processo eleitoral, não só do Brasil como em várias outras regiões do mundo, como afirmam Ricci e Zuline em seus artigos. Todos fraudavam, situações e oposições. Mas havia mecanismos de coibição e um entendimento generalizado de que os comportamentos políticos poderiam ser alterados por dois caminhos: o da legislação e o da educação. Nesse sentido, havia um esforço por parte de juristas, imprensa e setores da elite política que agiam com vistas a atingir o que chamavam de “verdade das urnas”. É claro que com os processos de urbanização e modernização, as coisas começam a melhorar. Nos estados mais divididos politicamente, havia mais espaço para a competição. Nos mais hegemônicos, por exemplo Minas Gerais, a oposição não atingia mais de 10% das cadeiras parlamentares, como afirma Vítor Figueiredo em seu livro, o que era pouco, mas

contraria a hipótese da monopolização. Não queremos aqui dizer que a Primeira República foi um regime democrático de ampla competição. Não, todos sabemos que o regime era oligárquico, que menos de 4% da população votava, que em alguns períodos a imprensa foi censurada e os regimes de exceção – estados de sítio – foram constantes. O que os novos trabalhos têm tentado evitar é a generalização e têm levado em conta que o regime político no período era bem mais complexo do que até então imaginávamos. Quer tanto o Estado quanto a sociedade civil apresentavam clivagens e brechas para a contestação e para a competição.

Paula Ribeiro: Tendo em vista os trabalhos que você orientou e avaliou em bancadas de mestrado e doutorado, sobre o Brasil Republicano, quais temas e enfoques teóricos necessitam serem explorados pela historiografia?

Cláudia Viscardi: Acho que as pesquisas sobre votos, eleições e partidos merecem enfoques mais particularizados. Há boletins eleitorais disponíveis online, além de relatórios e da imprensa. Esse vasto material pode subsidiar pesquisas necessárias nesse campo. Estudos sobre redes familiares e seus vínculos com o poder também existem poucos. Sobre as organizações da sociedade civil, para além dos sindicatos, também faltam estudos. São os que mais me chamam a atenção.

Paula Ribeiro: Nas últimas eleições o número de eleitores que se abstiveram votaram em branco e nulo tem aumentado significativamente. Esse quadro produziu o debate sobre a necessidade de se instituir o voto facultativo no Brasil. Professora Cláudia, poderia fazer uma breve análise sobre a experiência brasileira com o voto facultativo e o compulsório, assim como opinar sobre esse debate na política atual?

Cláudia Viscardi: O voto obrigatório foi estabelecido no Brasil pela lei Eleitoral Agamenon Magalhães em 1945. Até então o voto sempre fora facultativo. Nas principais democracias do mundo, votar não é obrigatório. Nesses lugares, os indicadores de abstenção são muito altos. Pessoalmente, sou contrária ao voto facultativo no Brasil. Na realidade, quem quer se abster tem condições de fazê-lo com tranquilidade, basta ir a uma seção eleitoral e justificar. Caso não o faça, há sempre a chance de justificar mais tarde com o pagamento de uma multa irrisória. Ademais, pode-se sempre abster votando nulo ou branco. Tais requisitos são mínimos para quem quer ficar indiferente ao processo político. O voto compulsório acaba por promover um engajamento do eleitor ao processo democrático, sem gerar um ônus muito grande para quem o recusa. A democracia no Brasil é muito recente e foi por diversas vezes interrompida ao longo da História. Temos uma cultura política autoritária muito forte, somos um país que ainda trata a política com a violência, nossos valores são muito conservadores e nosso déficit educacional imenso. O debate político a cada dois anos contribui para a reflexão

do povo em torno de temas caros ao país, promovendo discussões e contrapontos, que contribuem para o fortalecimento da democracia e ampliação da experiência política. Se o voto fosse facultativo a maioria das pessoas ficaria ainda mais indiferente, o que é ruim para o país e para o regime. Portanto, sou contra o voto facultativo nesse momento.